

# PARTICIPAÇÃO

Revista de Extensão da Universidade de Brasília • Pesquisa aplicada na prática

ANO 17 - n° 30  
JULHO/2017  
ISSN 1677-1893



## PROJETO RONDON COMEMORA 50 ANOS

UnB resgata sua história  
no projeto por meio do relato  
de professores e rondonistas

# PARTICIPAÇÃO

Revista de Extensão da Universidade de Brasília • Pesquisa aplicada na prática

ANO 17 - n° 30  
JULHO/2017  
ISSN 1677-1893



PROJETO  
RONDON  
COMEMORA  
50 ANOS

UnB resgata sua história  
no projeto por meio do relato  
de professores e rondonistas

R4S4

REVISTA PARTICIPAÇÃO, IRACILDA CARVALHO PIMENTEL, EDITORA CIENTÍFICA.  
– ANO 17, nº. 30 (JULHO. 2017) – BRASÍLIA: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, DECANATO DE  
EXTENSÃO, 1997 – .

N (100) P.: IL. COLOR. ; 30 CM.

SEMESTRAL

DESCRIÇÃO BASEADA EM: ANO DE 16, N. 29 (DEZ 2016)

TEMÁTICA: PROJETO RONDON

ISSN 1677-1893

1.EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. 2. FORMAÇÃO ACADÊMICA. 3. INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO  
SUPERIOR - BRASIL. 4. PROJETO RONDON.

I. TÍTULO. II. CARVALHO, IRACILDA PIMENTEL (ED).

CDU 378.147.867

# APRESENTAÇÃO

É com grande prazer que a Universidade de Brasília, por meio do seu Decanato de Extensão, apresenta os artigos publicados neste número especial da sua Revista Participação. Agradecemos imensamente aos autores por terem atendido ao convite feito pela Coordenação do Núcleo do Projeto Rondon da UnB (NPR-UnB).

Apesar da participação efetiva da UnB nas duas etapas em que o Projeto se desenvolveu, o registro desta participação é escasso. Contudo, havia uma história oral importante a ser registrada. Este passou a ser um dos objetivos da gestão do Decanato de Extensão no período 2012-2016. O trabalho iniciou-se por meio de entrevistas com personagens que foram indicados pelos próprios colegas da UnB. Com base nos relatos colhidos, resolvemos realizar um workshop em que se pudesse reunir um número significativo de “contadores” da história do Projeto Rondon.

Realizamos no ano de 2013 o workshop: “Projeto Rondon: ontem, hoje... amanhã”. Nesta oportunidade, houve a aproximação com a professora Leda Del Caro, que trouxe informações preciosas, por meio de sua memória, reveladas em sua apresentação no workshop. Desde então, a publicação dos relatos mostrou-se ainda mais necessária e urgente.

Por meio da professora Leda chegamos às professoras Maria Osanette e Maria Luiza Frago. As três são autoras de relatos significativos sobre o *Campus* Avançado do Médio Araguaia, vinculado à UnB nas décadas de 1970 e 1980, e aqui publicados. Por indicação das professoras, chegou-se ao professor José Quintas que, da mesma forma, revela nos seus dois textos detalhes riquíssimos sobre a implantação e funcionamento do *Campus* Avançado do Médio Araguaia, assim como sobre a conjuntura sócio-política brasileira àquela época.

Não menos importantes são as contribuições dos estudantes rondonistas que atenderam ao convite e relatam aqui experiências vividas e aprendidas. O texto de Mathaeus Lazarini registra o olhar de quem é protagonista desta história marcante e o de Everton Lagares descreve a complexidade de se fazer a cobertura jornalística de uma Operação. Os coordenadores do Projeto Rondon no Ministério da Defesa coroam este número especial com seu texto detalhando a concepção e toda a fina logística empregada para que uma operação do Projeto Rondon aconteça.

Evidencia-se que neste número especial, principalmente pelo caráter pessoal que os textos em sua maioria apresentam, não houve exigência estrita quanto ao formato de artigo comumente publicado. Procuramos nas revisões não interferir no estilo de cada autor, já que o conteúdo interessa muito mais que a forma.

Nas comemorações do Cinquentenário do Projeto Rondon, é com orgulho que oferecemos essa singela homenagem aos fazedores desta história de sucesso. Também agradecemos às comunidades atendidas nas Operações pela generosidade com que acolhem nossos alunos e professores rondonistas.

Carmen Regina Mendes de Araújo Correia

**Coordenadora do Núcleo do Projeto Rondon da UnB (NPR-UnB),  
no período de dezembro de 2012 a abril de 2017.**

# EXPEDIENTE

## **PARTICIPAÇÃO**

Revista do Decanato de Extensão da Universidade de Brasília

Ano 17 - nº 30 - Junho/2017 - ISSN 1677-1893

ISSN On-Line - 2238 - 6963

**Periodicidade:** Semestral

**Tiragem:** 450

## **UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

### **Reitora**

Márcia Abrahão Moura

### **Vice-Reitor**

Enrique Huelva Unternbäumen

### **Decana de Administração**

Maria Lucília dos Santos

### **Decano de Assuntos Comunitários**

André Reis

### **Decana de Ensino de Graduação**

Cláudia Garcia

### **Decana de Extensão**

Olgamir Amancia Ferreira

### **Decana de Pós-Graduação**

Helena Shimizu

### **Decana de Pesquisa e Inovação**

Maria Emília Walter

### **Decana de Gestão de Pessoas**

Carlos Vieira Mota

### **Decana de Planejamento, Orçamento e Avaliação Institucional**

Denise Imbroisi

## **DECANATO DE EXTENSÃO**

### **Diretoria de Integração Social e Desenvolvimento Regional (DDIR)**

Iracilda Pimentel Carvalho (Diretora)

**Diretoria Técnica de Extensão (DTE)**

Márcio Florentino Pereira (Diretor)

**Diretoria de Difusão Cultural (DDR)**

Alex Sandro Calheiros (Diretor)

**EDITORIAL****Editora Científica e Executiva**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Iracilda Pimentel Carvalho (DEX/UnB)

**Edição e Organização da Publicação**

Dr.<sup>a</sup> Carmen Regina Mendes de Araújo Correia (IB/UnB)

**Projeto gráfico e Diagramação:** Virgínia Soares

**Edição e Revisão de texto:** Fabiana Oliveira Machado, Guilherme Alves e Juliângela Alves Damaso Gameiro

**Contato**

Telefone: (61) 3107-0310

*Campus* Universitário Darcy Ribeiro

Prédio da Reitoria, 2º piso, Sala B1-42,

CEP: 70910-900. Brasília, DF.

[www.dex.unb.br](http://www.dex.unb.br)

**SEER:** <http://periodicos.bce.UnB.br/index.php/participacao/index>

**E-mail:** [participacao@unb.br](mailto:participacao@unb.br)





# O DESEJO DE ABRAÇAR O BRASIL

Maria Luiza P. G. Fragoso<sup>1</sup>

## Um contexto muito peculiar

Nosso contato inicial com o Projeto Rondon se deu na Universidade de Brasília no momento em que a Universidade vivia o fim de uma ditadura militar. Como aluna do Departamento de Desenho, naquele momento um apêndice da Faculdade de Arquitetura após a extinção do Instituto Central de Artes (ICA), cursei Licenciatura em Artes Plásticas, não pela imposição de ser o único curso superior em artes oferecido naquele período, mas porque foi minha opção. Boa parte do curso era “fantasma”, não haviam professores suficientes para cobrir as disciplinas, uma condição que causava imensa frustração e indignação, e que estimulava a militância e o engajamento aos movimentos estudantis contra a ditadura. Por outro lado, esse estado de abandono abriu espaço para a utilização de salas de aula e ateliês pelos estudantes, momentos em que produzíamos coletivamente e intensamente. Durante essas atividades/ocupações, o tempo era dividido entre produção artística e a socialização entre estudantes de toda UnB. O princípio de universalização de saberes se aplicava diariamente entre aqueles que acreditavam e defendiam a universidade pública brasileira, convivendo, discutindo e se manifestando pelo *campus* enquanto o Estado tentava manter a instituição adormecida.

Diante da situação política brasileira, e suas inúmeras influências na vida universitária daquele período, no contexto do Projeto Rondon, e pelo fato do *Campus Avançado* da UnB estar localizado na região

<sup>1</sup> Professora Doutora na Escola de Belas Artes, Departamento de Comunicação Visual da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ),

do médio Araguaia, a logística de apoio do exército cumpria inúmeras funções, inclusive a de vigilância sobre as atividades e deslocamentos de professores e estudantes. É fato que cada *campus* tinha pessoa ou pessoas cuja função era vigiar e relatar atividades suspeitas ou não. No caso de Xavantina, a informação que se tem é de que esses registros foram queimados quando o *campus* foi fechado. Se, de um lado, o apoio de infraestrutura e logística oferecido pelas forças armadas, ainda dentro do lema “integrar para não entregar”, era fundamental para se ter acesso e manter os pontos de atuação do Projeto Rondon, por outro lado servia também de instrumento de controle do Estado. Ainda, se por um lado o Projeto oferecia aos estudantes universitários brasileiros uma noção de realidade do interior do país e propiciava a integração desses estudantes nessas comunidades remotas — muitos desses estudantes optaram por trabalhar nelas profissionalmente após concluir seus cursos universitários — por outro lado carregou consigo uma mancha ideológica que foi, a meu ver, um dos fatores que provocou o fechamento do *Campus Avançado* em Xavantina. Era preciso limpar essa mácula para reativar o programa com outra política, outros conceitos, outro espírito.

Naquele momento, por intermédio da professora Lygia Saboia, alunos do Departamento de Desenho tiveram a oportunidade de apresentar propostas para o Rondon como atividade integrante das disciplinas de estágio em Licenciatura. O período foi entre 1980 a 1984, mesmo período em que o *Campus avançado* da UnB foi transferido de Barra do Garças para Xavantina (MT). O Projeto Rondon em sua primeira fase foi extinto em 1989, o *Campus* da UnB em Xavantina foi fechado em 1987.

## Quase uma estrangeira

Cabe abrir um parêntese para esclarecer alguns fatos sobre minha história familiar e educação primária, que foram decisivos para meu voluntariado Rondonista. Sou filha, neta e bisneta de diplomatas, homens que, por quase um século, representaram e defenderam o Brasil em diversos países. Nasci na Alemanha e pelos primeiros quinze anos de minha vida vivi em sete cidades diferentes, cinco países, fui alfabetizada em inglês, bilíngue desde sempre, trilingue desde os cinco anos, poliglota desde os onze anos. Em 1978 cheguei ao Brasil, com quinze anos, sem conhecer meu país, era uma turista. Tinha sim uma boa bagagem cultural europeia e uma vocação para as artes que se confirmou ao passar no vestibular em 1979 para Educação Artística. Como descrito acima, o curso decepcionou, mas a universidade cumpriu seu papel e o Rondon me apresentou ao Brasil.

## Primeiras experiências

Durante dois anos participei, junto com outros alunos do Desenho, de três viagens com o Projeto Rondon para o *Campus* de Xavantina. Para se candidatar era preciso que cada aluno propusesse um projeto de atividades junto à comunidade do local onde estava sediado o *campus*. Os cursos propostos tinham como premissa a interdisciplinaridade, nestes casos foi possível agregar Educação Artística à Matemática, Geografia, Pedagogia, Letras, Agronomia, Engenharia Florestal, entre outras. Não tínhamos a noção de transdisciplinaridade, mas podia-se identificar alguns de seus princípios aplicados nos processos e metodologias nas colaborações e produções coletivas ao reunirem conhecimentos para atender as demandas das comunidades. O acompanhamento da diretora do *Campus*, Leda del Caro Paiva, bem como suas orientações, eram imprescindíveis para estabelecer o diálogo e o planejamento junto a popula-

ção, escolas, e grupos comunitários. O engajamento das atividades no *Campus* tinham como premissa conhecer, oferecer e compartilhar conhecimentos. Enquanto estudantes universitários, exercitávamos a escuta, a generosidade no exercício da compreensão, o respeito ao próximo nas proposições e nas ações, e a autocrítica nas avaliações e reflexões realizadas diariamente nos encontros dos grupos na sede do *Campus*. Quinze dias de atividades se transformavam em meses de envolvimento e produção, pré e pós viagens. A ociosidade decorrente do esvaziamento dos cursos na UnB passou a ser demanda de pesquisa, elaboração e produção de ações educativas para projetos de trabalho de campo em Xavantina.

De turista estrangeira passei a ser turista nacional, e o que me surpreendeu foi o fato de que não estava sozinha. Praticamente nenhum de meus colegas conhecia o Brasil. Os estudantes da UnB naquele tempo eram filhos de uma elite política e econômica do centro-oeste acrescida de jovens que se mudaram para a capital com seus pais, funcionários ou servidores de diversos setores do governo federal. Ninguém, com pouquíssimas exceções, tinha experiências fora de seus quintais ou suas cidades de origem, muito menos na Amazônia ou no centro-oeste. Estamos falando de uma geração de estrangeiros no coração do Brasil. Por exemplo, uma turma de trinta alunos na UnB tinha em média representantes de quinze estados brasileiros, e quase ninguém da mesma cidade.

O desejo de abraçar o Brasil não era só meu. Jovens de muitas regiões do país se deparavam com o sucateamento da educação superior e alimentavam seus sonhos com a vontade de trabalhar para reconquistar e aparentemente as soluções não estavam mais nas capitais políticas e culturais. Era preciso andar, viajar, explorar as realidades brasileiras. Quem cresceu em Brasília naquela época ainda pôde sentir o que motivou os pioneiros que construíram a nova

capital, deparar-se com o olhar para o interior, conhecer as estórias das expedições para o centro do país, abandonar o olhar perdido no litoral, sempre voltado para o mar, para o continente europeu.

### Com o Rondon a partir de 2005

Vinte anos depois, já como professora concursada na UnB, fui convidada a participar da reabertura do Projeto Rondon. A primeira reação foi de receio, apreensão, um sentimento de desconfiança herdado das experiências anteriores com setores das forças armadas que coordenavam o Projeto. No entanto, o momento era outro. A grandiosidade da proposta de compartilhamento de conhecimentos e de conscientização da realidade brasileira para nossos estudantes universitários estimulou a um grupo de professores que iniciaram a discussão do novo Rondon na UnB. O novo formato proposto pelo Ministério da Defesa, via Secretaria de Estudos e de Cooperação e Coordenação-Geral do Projeto Rondon descartou a necessidade de *campi* avançados e abriu editais públicos que permitiram que qualquer Instituição de Ensino Superior, estando regularizada pelo MEC, encaminhasse propostas e participasse do Projeto. Isso significou uma mobilidade impossível no sistema anterior. Desde a primeira participação da UnB nos editais do Rondon a adesão de estudantes foi grande. As reuniões de preparação não cabiam em salas de aulas e foram transferidas para auditórios. Foi preciso criar uma disciplina para que os estudantes pudessem justificar suas atividades acadêmicas e agregar o tempo dedicado aos currículos. A seleção dos rondonistas passou a ser um processo complicado e demorado devido ao número de candidatos. Uma metodologia foi criada com questionários e grupos de trabalho que passaram a fazer parte da disciplina e do treinamento que durava um semestre. O desejo de abraçar o Brasil continua. A dedicação, o respeito e a alegria que cada rondonista tem pela sua formação, pela sua instituição e pelo nosso país motivam os professores e mantém o Projeto Rondon vivo.

Os editais disponibilizados no portal do Ministério da Defesa<sup>2</sup> têm hoje como objetivos:

- Contribuir para a formação do universitário como cidadão;
- Integrar o universitário ao processo de desenvolvimento nacional, por meio de ações participativas sobre a realidade do País;
- Consolidar no universitário brasileiro o sentido de responsabilidade social, coletiva, em prol da cidadania, do desenvolvimento e da defesa dos interesses nacionais;
- Estimular no universitário a produção de projetos coletivos locais, em parceria com as comunidades assistidas.

### O processo de participação passa por onze etapas<sup>3</sup>:

1. Definição da região e dos estados onde a operação será realizada;
2. Reconhecimento - quando os municípios selecionados recebem a visita de um integrante do projeto, para: informar à prefeitura e às lideranças locais sobre as possibilidades e as limitações do trabalho dos rondonistas, verificar se os conjuntos de ações selecionadas para a operação respondem às principais necessidades do município e carências da população, e apresentar a contrapartida solicitada aos municípios;
3. Divulgação do convite para as IES;
4. Inscrição da instituição;

---

<sup>2</sup> <http://projetorondon.defesa.gov.br/portal/>. Acessado em 03 de junho 2016.

<sup>3</sup> <http://projetorondon.defesa.gov.br/portal/index/pagina/id/386/area/C/module/default> informações extraídas do endereço eletrônico do Projeto Rondon em 03 de junho de 2016.

5. Elaboração do plano de trabalho pela IES;

6. Seleção das propostas de trabalho das IES por uma comissão de avaliação que inclui a participação de técnicos de diversos ministérios;

7. Viagem precursora quando os professores que coordenarão as equipes de rondonistas visitam os municípios e ajustam com as lideranças municipais e as prefeituras as ações que serão realizadas pela universidade durante a operação;

8. Preparação e composição das equipes multidisciplinares;

9. Cadastramento de todos os rondonistas – professores e alunos;

10. Operação com duração de 15 dias;

11. Relatório das IES sobre os trabalhos desenvolvidos no município.

### **Operação AMAZONIA ORIENTAL 2007**

**Município:** Curionópolis – Pará (Serra Pelada)

#### **Equipe:**

Professor Detlef Hans-Gert Walde,

Geologia – Coordenador.

Professora Maria Luiza Pinheiro Guimarães Fragoso,

Artes Visuais – Subcoordenadora.

#### **Rondonistas:**

Letícia Martins dos Santos – Biologia

Eduardo Guimarães Amorin – Psicologia

Lucas Vieira Antonietto – Biologia

Francisco Márcio Amado - Pedagogia

Fabiana de Souza – Geologia

Tainá Rangel Pinagé – Medicina Veterinária

Período de 19 a 31 de janeiro de 2007

Selecionei dentre as diversas ações realizadas aquelas que melhor ilustram o espírito rondonista de nossa equipe.

#### **19/01/2007 (sexta-feira)**

- 16:00 → saída de Brasília – horário inicialmente previsto: 14:00. **Motivo do atraso:** problemas com o Hércules C-130 procedente do Rio de Janeiro, responsável pelo transporte das demais equipes.

#### **20/01/2007 (sábado)**

- 14:00 → saída do 23 B LOG para o treinamento de selva. O treinamento consistiu de módulos sobre obtenção de fogo e água, construção de abrigos, ofidismo, orientação e guia e reconhecimento e utilização da flora regional.

#### **22/01/2007 (segunda-feira)**

- 10:00 → as equipes se reuniram nas seguintes localidades:

1. Secretaria de Mineração e Meio Ambiente (assunto: garimpo e cooperativismo)

2. Casa do Professor (assunto: ensino em Serra Pelada e em Curionópolis, com exposição de projetos).

3. Secretaria de Saúde (assunto: Programa Saúde da Família, PACS e *web*-conferência de hanseníase).

#### **23/01/2007 (terça-feira)**

- 8:00 → comparecimento dos rondonistas à cerimônia de hasteamento da bandeira na prefeitura do município, seguida de recepção na prefeitura, com apresentação do corpo de funcionários da Prefeitura.

- 10:30 → saída para Serra Pelada – horário inicialmente previsto: 8:30.

### 24/01/2007 (quarta-feira)

- 10:00 → realização em Serra Pelada das PAs propostas na Casa dos Professores. Compareceram gestores e membros da comunidade.
- Visita pela cidade e garimpo
- 14:30 → oficina sobre cooperativismo ministrada pelo professor Detlef e pelos rondonistas Francisco, Letícia e Lucas na Creche Municipal. Na abertura da atividade estava presente o prefeito em exercício Nunes e um funcionário da prefeitura. Compareceram os membros das cooperativas locais e membros da comunidade.

### 25/01/2007 (quinta-feira)

- 8:30 → início da Feira Cultural, com as seguintes atividades:
  1. Concurso de embaixadinhas.
  2. Apresentação dos rondonistas, com descrição de suas áreas de atuação.
  3. Apresentação de um esquete de teatro.
  4. Apresentação de uma palestra com o capitão Brito.
  5. Realização das seguintes oficinas:
    - Cidadania.
    - Saúde Preventiva e Integral.
    - Geologia.
    - DSTs.
    - Orientação Profissional.
- 11:30 → encerramento da Feira Cultural, com entrega de prêmio ao vencedor do concurso de embaixadinhas e homenagens ao coordenador da escolinha de futebol.

### 26/01/2007 (sexta-feira)

- 12:30 → almoço. Visita do prefeito Sr. Sebastião Curio as instalações dos rondonistas.

- 17:00 → apresentação das palestras com os seguintes temas: Cidadania, Educação Inclusiva, Arte e Esporte, Saúde, Saúde ambiental e Educação Ambiental.

### 28/01/2007 (domingo)

- 09:40 → oficina “A Arte de Gerenciar com Arte”. Presença de gestores, artista e membros da comunidade. Oficina ministrada pela rondonista Fabiana e Taina.

### 29/01/2007 (segunda-feira)

- 18:30 → oficina “O Dono e Seu Animal”, com a presença de zootecnista, representando a EMATER, funcionários da prefeitura, professores e membros da comunidade.

### 30/01/2007 (terça-feira).

- 16:20 → oficina “Recursos Geoambientais”, com presença de gestores, professores, agentes de saúde, funcionários da prefeitura e membros da comunidade. Ministrada pelos rondonistas Fabiana, Lucas e Letícia com apoio do professor Detlef.

### 31/01/2007 (quarta-feira).

- Visita à Companhia Vale do Rio Doce na Serra dos Carajás.

### Blog e TV UnB

A Assessoria de Comunicação da UnB enviou na equipe para Curionópolis uma estudante estagiária, rondonista Cristiane Bonfanti, que ficou responsável pela alimentação do Blog da equipe de Curionópolis. A página foi atualizada com as atividades duas ou mais vezes ao dia com depoimentos, entrevistas, reportagens e fotos

<http://unb-agencia.blogspot.com/>

Outras matérias publicadas pela Assessoria de Comunicação da UnB

<http://www.unb.br/acs/especiais/ind-rondon.htm>

**TV UnB** – as atividades na região de Marabá foram acompanhadas pela equipe de TV da UnB. Os professores Sergio Leme, Detlef e Maria Luiza participaram do programa “Diálogo” com depoimentos sobre as atividades dos rondonistas e as experiências de campo.

<http://www.cpce.unb.br/>

### **Entrevistas jornal Correio Braziliense**

Correio Brasiliense publicou no caderno Cidades, página 28, do dia 13 de fevereiro de 2007 matéria com o depoimento dos rondonistas alunos Fabiana e Eduardo e da Professora Maria Luiza.

# FAZENDO MEMÓRIA: CAMPUS AVANÇADO DO MÉDIO ARAGUAIA/ARAGARÇAS – NOVA XAVANTINA

Leda Del Caro Paiva<sup>1</sup>

## RESUMO

Neste texto, busco relatar a experiência vivida no *Campus* Avançado do Médio Araguaia no período de 1982 a 1984. Ver com o olhar de hoje a experiência que considero significativa em minha trajetória pessoal e profissional. Ser professora foi opção. Ir para o *Campus* Avançado foi realização de sonho. Sair da universidade e chegar à “terra”, à “origem” e depois retornar ao Centro, onde se constrói e se reelabora, o visto e aprendido é encantamento, é missão. Considero a Extensão o caminho “sonhado e realizado”, sempre em construção. O espaço superior de contemplação do céu que Niemayer deixou no ICC (Minhocão) se integra no projeto de Lúcio Costa estendendo a área física além do *campus* universitário, a ser continuamente ocupada. O conhecimento e a transcendência se concretizam nos programas da universidade e de modo muito especial na Extensão. Busca de caminhos e de realizações, de compromissos. Busca contínua, eterna travessia. A história se faz de sonhos, coragem, audácia.

**Palavras-chave:** Sonho; *Campus* Avançado; Extensão

## ABSTRACT

In this text, I try to report the experience lived in the *Advanced Campus* of Médio Araguaia from 1982 to 1984. To see with the look of today the experience that I consider significant in my personal and professional trajectory. Being a professor was an option. Going to the *Advanced Campus* was a dream fulfillment. To leave the university and reach the “land”, the “origin” and then return to the Center, where we can built and reelaborate, the seen and learned is enchantment, it is the mission. I consider the Extension the path “dreamed and fulfilled”, always under construction. The upper space of contemplation of the sky that Niemayer left in the ICC (Minhocão) is integrated in the project of Lúcio Costa extending the physical area beyond the university *campus*, to be continuously occupied. Knowledge and transcendence

---

<sup>1</sup> Professora aposentada do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB)

are embodied in the programs of the university and in a very special way in the Extension. Search for ways and achievements, of commitments. Continuous search, eternal crossing. The story is made of dreams, courage, audacity.

**Keywords:** Dream; Advanced *campus*; Extension



## Introdução

Escrevo em homenagem a Severino Márcio Meirelles e Paulo Bertran, companheiros de trabalho e de sonhos, e a todos que estiveram comigo nessa travessia. Foi do presidente Getúlio Vargas a iniciativa de conquistar, efetivamente, para a nação, as vastas regiões do Brasil Central. Para a concretização desse ideal, foi instituída a Marcha para o Oeste, que buscava maior integração nacional e desenvolvimento do Brasil. Esse projeto gerou um conjunto de ações, sendo a principal delas a Expedição Roncador-Xingu, instituída pela portaria nº 77, de 3 de junho de 1943 (BRASIL, 1943). À época, o ministro João Alberto de Lins e Barros foi nomeado presidente da Coordenação da Mobilização Econômica do empreendimento.

Em seu discurso de saudação ao povo brasileiro, no limiar do ano de 1938, Vargas enalteceu o valor histórico e econômico do Oeste brasileiro e enfatizou: “O verdadeiro sentido de brasilidade é a Marcha para o Oeste [...] e lá teremos de ir buscar: dos vales férteis e vastos, o produto das entranhas da terra, o metal com que forjar os instrumentos da nossa defesa e do nosso progresso industrial” (VARGAS, 1938, p. 124).

De acordo com Escobar (1941, p. 81), “a Expedição Roncador-Xingu tinha vários objetivos, dentre eles a penetração nos vastos sertões de Goiás e Mato Grosso”. Organizada em setembro de 1942, a expedição alcançou, em 8 de fevereiro de 1944, a margem direita do Rio das Mortes, onde deveria ser fundado um estabelecimento de colonização.

A expedição se fez com vários objetivos, “(...) dentre eles a penetração nos vastos sertões de Goiás e Mato Grosso” (ESCOBAR, 1941, p. 81). Segundo esse mesmo autor, penetrar esses sertões seria de grande importância para os destinos do País.

Os expedicionários que a fizeram, homens sertanejos que nunca perderam sua condição de simplicidade, humildes, amantes da pátria – símbolo de mãe, amante, mulher –, fizeram a caminhada, abrindo picadas, desbravando matas, trabalhando... trabalhando... cumprindo papel na história da construção/conquista do Centro Oeste. Realizando sonho. Às margens do Rio das Mortes, a Expedição fez ponto e pouso e, mais que isto, fez chegada.

Construíram-se as primeiras casas de alvenaria, ao redor da praça e para fora da praça. A igreja, a farmácia, o armazém, a olaria, a serraria, o hospital, a escola – serviços essenciais ao atendimento dos moradores do novo espaço. Devagar, e muito devagar, a vila foi crescendo... o tempo passando. O Brasil crescendo... e se desenvolvendo.

Segundo Schmidt (1985, p.33), “em 1750 o geógrafo Francisco Tossi Columbina assegurou para si e sua companhia uma concessão para abrir uma estrada de São Paulo a Cuiabá, cruzando Goiás [...]”, tornando-se pioneiro no conceito de interiorização. Ele desenhou mapas apontando as rotas existentes por terras e rios, que se tornaram pontos de referência para a interiorização.

Com o objetivo de dar continuidade a esse projeto, propostas surgiram, demandando a construção de uma nova capital para o Brasil, localizada no centro do país. Além das aspirações políticas, econômicas etc., é conhecida a visão religiosa-mística, consubstanciada na visão de Dom Bosco, sobre o surgimento de uma nova civilização em uma região que correspondia ao Planalto Central e, mais especificamente, à área onde se localiza Brasília.

O “estabelecimento de colonização” não se deu como o proposto, mas a Marcha para o Oeste continuou. Garimpeiros das Minas dos Araés indo e vindo. Mais tarde, os sulistas, colonos excedentes das já

totalmente ocupadas terras do Sul (todos ditos “gaúchos”), que pela manhã e ao entardecer, nas varandas de suas casas, tomam o seu chimarrão e, nas fazendas, plantavam, principalmente, soja e milho.

Gente de várias partes do País. Os eubiotas (membros da Sociedade Brasileira de Eubiose) paulistas e mineiros, em sua maioria, em busca da terra da promessa – o espaço do terceiro milênio. Os índios gradativamente sendo incorporados à “civilização”.

Para muitos, chegada e pouso. Para outros, passagem... ocupando o Centro Oeste, arribando para o norte, cumprindo o ideal de Vargas – penetrar os sertões de Goiás e Mato Grosso e muito além, para o Norte, para o Brasil.

Nessa direção, Paiva (1983, p. 21) pontua que:

de todos esses que vieram e que ficaram formar-se-á, provavelmente, o rosto do brasileiro – um rosto síntese do homem do ‘coração do Brasil’. E uma história se contará, que começou por volta de 1500 e entrou no terceiro milênio, rompendo os limites do tempo, das características culturais e, quem sabe um dia, rompendo os limites da dominação.

### **Nasce Brasília. Nasce e se faz do sonho e da bravura de muitos**

A construção de Brasília constituiu uma das metas do governo de Juscelino Kubitschek e apresentava-se como chave para o desenvolvimento da região Centro-Oeste e, logicamente, do país. De fato, Brasília é um centro de convergência e de crescimento potencial para a região geoeconômica, e sua construção trouxe influência significativa no redirecionamento da migração interna, contribuindo para a efetiva ocupação do centro-oeste.

Como a Expedição Roncador-Xingu, Brasília se fez por decisão governamental, competência e compromisso dos governantes, e se construiu do trabalho dos candangos – homens nordestinos, nortistas, mineiros – brasileiros todos, humildes, trabalhadores, corajosos, amantes da Pátria. Cumpriram papel na história.

Com base em informações obtidas no *site* da Universidade de Brasília, “com apenas dois anos Brasília ganha sua primeira Universidade, [...] fundada com a promessa de reinventar a educação superior, entrelaçar as diversas formas de saber e formar profissionais engajados na transformação do país” (BRASÍLIA, s/d, não paginado).

A construção do *Campus* da UnB resultou do encontro de mentes geniais, sonho de gigantes – Darcy Ribeiro, Anísio Teixeira e outros que se foram juntando, sonhando juntos, tornando o sonho realidade, na interpretação arquitetônica de Oscar Niemeyer, Lúcio Costa e sua equipe.

A educação, ideal buscado, como base de todo o caminho a ser trilhado pelo homem, na construção de sua vida – SER plenamente, foi o centro do projeto. Na entrada do *Campus*, ergue-se a Faculdade de Educação, símbolo do compromisso maior da Universidade, que recebe, acolhe, ensina, forma. Universidade Centro de Excelência, sacralizado por definição e por missão. Quem ali chega e dali sai diplomado/formado vai realizar o compromisso de partilhar o aprendido, colaborar na construção do mundo novo.

Depois desse símbolo fundante, vem o Instituto Central de Ciências (ICC), o Minhocão. Estende-se por 780 metros – ao nível, abaixo e acima da terra – buscando, no silêncio do seu seio, no húmus que é sua base de sustentação – a essência da humanização.

No minhocão, Niemeyer deixou aberto o espaço superior de “contemplação do céu” – busca do alto, do transcendente – sempre em construção. Lúcio Costa deixou livre o espaço físico, vasto e aberto à população a ser tratado, paisagisticamente, com o cuidado de preservar a beleza da vegetação original (BRASÍLIA, 1962).

Nesse imenso espaço, construíram-se e continuam sendo construídos os “membros” do grande corpo.

Três pontos são fundamentais na distribuição dos seus componentes – na entrada, a Faculdade de Educação. O ICC – no centro – iniciação aos diversos caminhos da formação acadêmica. A Reitoria – centro de comando e articulação de todo o Universo/ Cidade.

O Decanato de Extensão é o responsável pelo estabelecimento e manutenção dos relacionamentos com a “cidade”. É nessa instância administrativa/ acadêmica que se situa o “ponto” de abertura, de diálogo, de encontro da Universidade com o “outro”, o exterior, o caminho para “fora”. Trilhar esse caminho exigiu e continua a exigir ingentes esforços... e o caminho vai se fazendo.

Um grande passo na abertura das universidades brasileiras para a comunidade foi a criação do Projeto Rondon, com a ideia de levar a juventude universitária a conhecer a realidade brasileira e a participar do processo de desenvolvimento do país.

Em 28 de julho de 1968, o decreto nº 62.927 estabeleceu um GT denominado “Grupo de Trabalho Projeto Rondon”, em homenagem ao “bandeirante” do século XX, Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, subordinado ao Ministério do Interior. Em 1970, esse GT foi transformado em Órgão Autônomo da Administração Direta, pelo decreto 67.505, de 6 de novembro de 1970 e, em 1975, pela Lei nº 6.310, de 15 de dezembro de 1975, foi instituída a Fundação Projeto Rondon

Dois grandes objetivos definiram o projeto:

1. A formação do jovem universitário como cidadão;
2. O desenvolvimento sustentável nas comunidades carentes.

Constituíam-se, desse modo, o Projeto Rondon como a ferramenta de integração nacional e, acima de tudo, de formação de consciência e compromisso de nação com base na educação.

Os universitários fazem, assim, a passagem da Universidade para a comunidade, plenos de conhecimentos, de ideias, de sonhos – chegam, pisam a terra, encontram os homens da terra, descendentes, filhos e continuadores do trabalho dos que vieram pra ficar... e de outros que continuam chegando.

### **Serra do Roncador**

A Serra do Roncador é símbolo místico dessa “entrada” na terra iluminada. A Universidade de Brasília, pelos seus professores e alunos – no *Campus* Avançado do Médio Araguaia (CAUnB) em Aragarças até 1982, e em Nova Xavantina de 1982 a 1985 –, faz presença e realiza os objetivos do Projeto Rondon: formar cidadãos comprometidos com a realidade e contribuir para o desenvolvimento de comunidades. Enfim, levar às comunidades o que tem de mais precioso – o conhecimento. Realizar a troca. Vida vivida no cotidiano e conhecimento se fundem.

Ao “derrubar os muros” que a cercam, a Universidade nada perde de sua excelência, formadora de “elites” do conhecimento e se aproxima da realidade que a faz mais “sábua”.

No encontro “Universidade/comunidade”, são tecidos os fios do conhecimento, desafios, solidariedade, compromisso. Aqueles que se



**Figura 1:** Serra do Roncador – Vale dos Sonhos – Barra do Garças (MT). **Fonte:** Gustavo de Medeiros Lasneaux (2010).

dispõem a “ouvir o outro”, sentir suas necessidades e encaminhar respostas a essas necessidades sentem a alegria de partilhar a vida, além de saberes. O “outro” da universidade é a comunidade. Lá, ela realiza a troca, ensina e aprende, aprende e ensina. E faz a síntese.

O homem, o universo, as instituições estão a caminho. A travessia é permanente. O espaço aberto para o céu, que Niemeyer realizou no Minhocão, continua “contemplando o infinito”.

### **A caminho do *Campus* – em busca do sonho**

Conheci o *Campus* avançado da UnB, em Aragarças (GO), quando participei, em 1977, do projeto “Treina-

mento de Comissário de Menores”, promovido pelo Juizado da Comarca para os técnicos, funcionários e voluntários. Fui a convite do diretor do CAUnB, Professor José da Silva Quintas, por indicação do Márcio Meirelles, médico coordenador do Programa Integrado de Saúde Comunitária do Médio Araguaia (PIS-CMA). Continuei, por alguns anos, como assessora do PISCMA, sempre com o Dr. Márcio Meirelles, com quem atuava no desenvolvimento de um Programa de Medicina Comunitária na região de Planaltina (DF).

No ano de 1981, no período de 6 de julho a 19 de agosto, estive no *Campus* em Aragarças, designada pela “*Portaria nº 02/81 – GTU – Diretora do CAUnB – substituição do Professor Carlos Alberto Vieira, em férias no período de 06/07 a 19/08/1981*”, (BRASÍLIA,

1981). Particpei de reuniões com os secretários de saúde e de educação do município e Delegacia Regional de Ensino, Companhia de Desenvolvimento de Barra do Garças (CODEBARRA), Programa Integrado de Atendimento ao Menor e Família (PIAMF), e outras organizações da comunidade, conhecendo o trabalho e as expectativas relacionadas ao *Campus*.

Então, tive certeza que queria ficar, assumir o compromisso e viver intensamente essa realidade. Retornei a Brasília, ao Departamento, às aulas, guardando o sonho de voltar.

Sonhos não se realizam rapidamente. Nascem e vão crescendo. Há sempre quem nos ajuda a chegar... no Grupo Tarefa Universitário (GTU), especialmente a professora Lucília Alencar e o Bira, como carinhosamente era tratado por todos, por sua generosidade, competência e alegria; o Professor José da Silva Quintas, Professor Carlos Alberto Vieira e o meu parceiro de trabalho e de ideal, Márcio Meirelles, me ensinaram a amar o trabalho do *Campus Avançado*, a esperar e a confiar – existe a hora certa... paciência, persistência e muito amor. Uma terapia preparatória muito me ajudou a construir a ponte para a travessia.

Chegou a hora, 2 de fevereiro de 1982: Diretora do *Campus Avançado do Médio Araguaia*. Ato da Reitoria nº 004/82, a nomeação tão desejada! (BRASILIA, 1982).

Nessa ocasião, já se preparava a transferência do *Campus* de Aragarças para Nova Xavantina. Barra do Garças contava com uma Unidade Avançada da UFMT, recém-instalada, portanto, uma estrutura capaz de contribuir para o desenvolvimento local. Os primeiros contatos com a nova área vinham sendo feitos para um projeto em Campinópolis (distrito de Nova Xavantina) entre o diretor do *Campus* e o diretor da instituição Dharmakaya, Orlando – que de-

envolvia um trabalho na comunidade, e solicitara a colaboração da Universidade. Campinópolis era área essencialmente agrícola.

### ***Campus Avançado do Médio Araguaia*** **– a realidade**

No dia 6 de fevereiro de 1982, deixei Brasília rumo à minha nova morada, à concretização do meu sonho. Sem tensão, sem euforia. No silêncio de mim mesma, fazia a travessia importante para o novo. Com força, carregava dentro de mim a esperança e a fé. A coragem pra recomeçar a cada dia, como condição. Dava, assim, continuidade ao que fizeram os que me precederam e com os quais muito aprendi.

Comigo viajou a primeira equipe, composta de onze estudantes de diversas áreas do conhecimento. Um grupo bem entrosado e cheio de entusiasmo. Os primeiros participantes que acolhi na “minha nova casa” e por eles fui acolhida em um clima de confiança, generosidade, alegria.

Pessoas da comunidade nos visitavam, se apresentando e dando boas-vindas. Acolhendo. Sonho e realidade se fundem e o sonho ajuda a viver a realidade. Tempos difíceis... a experiência de chegar ao fundo do Rio das Mortes e de lá retornar no “colo” das suas águas. Estava batizada para a missão.

“Mestre, onde moras?”. “Vem e vê” (BÍBLIA, Jó 1, 38-39). É um lugar de onde não se retorna. Sonho não é fantasia. É desejo intenso, cheio de encantamento, mas também pleno de desafios.

No *Campus* não se está só – professores e estudantes, funcionários, amigos são o nosso apoio, acompanham o nosso trabalho e nos escutam quando precisamos de diálogo, de avaliação, de ajuda.

Mas a realidade é, às vezes, desafiadora. Relendo o meu “diário”, encontro registro de momentos bem

diversos. “Só se pode ficar aqui dentro de uma opção de vida. Eu renovo o “sim” – estarei com as pessoas que precisarem da minha presença. Com elas aprenderei, a cada dia, o que fazer. Estendo as minhas mãos para dar-me. Assim espero”.

Foram dois anos de trabalho intenso, alegrias, desânimo, encantamento, realização. No dia 2 de abril de 1984, deixei a direção do *Campus* e retornei a Brasília, ao Departamento de Serviço Social, à sala de aula. Realizei o sonho, vivi intensamente esse tempo na cidade de Nova Xavantina, na região do mistério do Roncador.

Trazia, dentro de mim, a marca profunda do vivido. O caminho feito não tem volta. Aquele que o fez carrega, dentro de si, o feito.

“Cada um de nós compõe a sua história e cada ser em si carrega o dom de ser capaz, de ser feliz”... (Almir Sater; Renato Teixeira).

## Referências

BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**. Tradução da CNBB, com introduções e notas. Brasília: CNBB; São Paulo: Canção Nova, 2012.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Gabinete do Coordenador da Mobilização Econômica. Portaria nº 77, de 03 de junho de 1943. Organiza a Expedição Roncador-Xingu. Rio de Janeiro: **Diário Oficial da União**, p. 11, Seção 1, 04/06/1943. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2328230/pg-11-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-04-06-1943>. Acesso em: 10/05/2016

BRASÍLIA, Universidade de Brasília – UnB. **Ato da Reitoria nº 004/82**. – Nomeia para Diretora do *Campus* Avançado do Médio Araguaia a Prof<sup>a</sup> Leda Del Caro Paiva. Brasília – DF, 1982.

BRASÍLIA, Universidade de Brasília – UnB. **Portaria 02/1981**. GTU – Diretora do CAUnB. Substituição do Prof. Carlos Alberto Vieira em férias, no período de 06/07 a 19/08/81. Brasília, DF, 1981.

BRASÍLIA. Universidade de Brasília – UnB. Principais capítulos: criação. Brasília: UnB, s/d. Disponível em: [http://www.unb.br/sobre/principais\\_capitulos/criacao](http://www.unb.br/sobre/principais_capitulos/criacao). Acesso em: 10/05/2016

BRASÍLIA. Universidade de Brasília – UnB. **Plano Orientador da Universidade de Brasília**. UnB. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1962. Disponível em: [http://www.dpo.UnB.br/documentos/Relatorios\\_antigos/PDE\\_UnB\\_Plano\\_Orientador\\_UnB\\_1962.pdf](http://www.dpo.UnB.br/documentos/Relatorios_antigos/PDE_UnB_Plano_Orientador_UnB_1962.pdf). Acesso em: 25/05/2016

ESCOBAR, Ildefonso. **A Marcha para o Oeste**. Ed. A Noite: Rio de Janeiro: RJ, 1941.

PAIVA, Leda Del Caro. **Anotações pessoais**: projetos de pesquisa e estudos. Universidade de Brasília: Nova Xavantina, 1982 –1984.

SATER, Almir; TEIXEIRA, Renato. Tocando em frente. **Almir Sater Ao Vivo**. Columbia/Sony Music, 1992.

SCHMIDT, Benício V. Brasília como centro político. In: **Brasília, Ideologia e Realidade**. Espaço urbano em questão. CNPq/Projeto. Brasília. Out. 1985 – pp. 33/34.

VARGAS, Getúlio. **A Nova Política do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1938, vol. V.

# NO INTERIOR DO PROJETO RONDON: COMO SÃO PLANEJADAS AS OPERAÇÕES

Alexandre Scholtz<sup>1</sup>

José Antônio Gomes da Silva<sup>2</sup>

## RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar as fases das Operações do Projeto Rondon, demonstrando quais medidas são desenvolvidas para executá-las. Pretende também abordar os aspectos da primeira operação realizada após a retomada do Projeto Rondon e de duas operações realizadas no Estado de Mato Grosso, nos anos de 2015 e de 2016, sendo uma nacional e a outra regional, citando diferenças básicas entre elas.

**Palavras-chave:** Projeto Rondon; Rondonista Extensão; Desenvolvimento sustentável; Cidadania.

## ABSTRACT

The aim of this paper is to present what are the stages of the Rondon Project operations, demonstrating what measures are designed to execute them. Also aims to address aspects of the first operation after the resumption of Rondon Project and two operations in the State of Mato Grosso, in 2015 and 2016, with a national and regional other, citing basic differences between them.

**Keywords:** Rondon Project, Rondonista, Extension, sustainable development, citizenship.

---

<sup>1</sup> Pós-graduado em Gestão da Comunicação nas Organizações pelo UniCEUB e Coordenador de Comunicação Social do Projeto Rondon, alexandre.scholtz@defesa.gov.br

<sup>2</sup> Licenciado em Matemática pela Faculdade da Região dos Lagos e Coordenador do Projeto Rondon, jose.gsilva@defesa.gov.br

## Introdução

O brasileiro é um explorador por natureza. No século XVI, os Bandeirantes, primeiros desbravadores do Brasil, adentraram o sertão para conhecer terras do interior do país, ainda uma colônia portuguesa, e buscar riquezas minerais como o ouro e a prata.

Os desbravadores de hoje buscam uma riqueza que não é palpável, gerando uma satisfação tão grande quanto descobrir uma pepita de ouro, e compartilham seu conhecimento com aqueles que não tem a mesma oportunidade, doando um pouco de si e fazendo a diferença em locais onde a realidade não é tão alegre. Esses novos bandeirantes são chamados de Rondonistas.

O Projeto Rondon é um dos mais longevos programas sociais do Estado Brasileiro e sua primeira visita aos pontos mais distantes do território nacional foi em 11 de julho de 1967. Naquela ocasião foi realizada a Operação Piloto, ou Operação Zero, quando uma equipe formada por 30 universitários e dois professores de universidades do antigo Estado da Guanabara conheceram de perto a realidade amazônica no então território federal de Rondônia. A primeira missão teve a duração de 28 dias. No entanto, o Projeto Rondon teve suas atividades encerradas no ano de 1989, retornando somente em 15 de janeiro de 2005, na cidade de Tabatinga, no Amazonas (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2016).

Na retomada do Projeto Rondon o Ministério da Defesa passou a realizar a coordenação, contando, ainda, com a participação, por intermédio do Comitê de Orientação e Supervisão (COS), dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate a Fome<sup>3</sup>, do Desenvolvimento Agrário<sup>3</sup>, da Educação, do Espor-

<sup>3</sup> Em maio de 2016, os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate a Fome e do Desenvolvimento Agrário foram extintos e substituídos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

te, da Integração Nacional, do Meio Ambiente e da Saúde, além da Secretaria-Geral da Presidência da República<sup>4</sup>, conforme o Decreto de 14 de janeiro de 2005. Também são parceiros do Projeto Rondon os Governos Estaduais e Municipais e as Instituições de Ensino Superior (IES), reconhecidas pelo Ministério da Educação.

De 2005 até os dias atuais, o Projeto Rondon promove o desenvolvimento sustentável de comunidades carentes, buscando soluções diferenciadas e perenes para os problemas sociais das comunidades, contribuindo para a formulação de políticas locais, participativas e emancipadoras e contribui na formação acadêmica do estudante, proporcionando-lhe o conhecimento da realidade brasileira (BRASIL, 2015).

Tais ações são levadas a efeito durante as operações do Projeto Rondon. Segundo Brasil (2015), as operações são realizadas nos meses de janeiro, fevereiro e julho, coincidentes com o período de férias escolares. As operações podem ser de três tipos, a saber: Operação Nacional, com a participação das IES sediadas em qualquer ponto do território nacional; Operação Regional, com a participação das IES sediadas na área onde será realizada a operação; e Operação Especial, com área geográfica, objetivos e metas definidos, para a realização de trabalhos específicos, com a participação das IES sediadas ou não na área onde será realizada a operação.

Assim, o objetivo deste artigo é apresentar quais são as fases das Operações do Projeto Rondon, demonstrando quais medidas são desenvolvidas para executá-las. Apresentaremos também os aspectos da primeira operação realizada após a retomada do Projeto Rondon e de duas operações realizadas no Estado de Mato Grosso, nos anos de 2015 e de 2016, sendo uma nacional e a outra regional.

<sup>4</sup> Em outubro de 2015, a Secretaria-Geral da Presidência foi extinta e substituída pela Secretaria de Governo.



## A Metodologia Rondon

A fim de facilitar a execução das operações do Projeto Rondon, a Coordenação Geral utiliza uma metodologia própria, com intuito de determinar os melhores caminhos para chegar com êxito ao fim das operações, entregando os Rondonistas de volta às suas famílias cheios de histórias para contar. Tal metodologia é fruto de nossa experiência na condução das Operações e nos relatos de outros coordenadores do Projeto Rondon.

### Fase de planejamento

O planejamento é iniciado com a definição das regiões e dos estados onde a operação será realizada, para isso deve:

Priorizar as regiões Norte e Nordeste, particularmente as áreas que apresentem baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e exclusão social, bem como áreas isoladas do território nacional que necessitem de maior aporte de bens e serviços (BRASIL, 2015).

Levando-se em consideração a estimativa de custo da operação e o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), define-se a quantidade de municípios que receberão as operações do Projeto Rondon.

Na sequência, com base em informações estatísticas disponibilizadas por institutos oficiais de pesquisa e órgãos/entidades governamentais e não governamentais, identificam-se os municípios que atendam e se enquadrem nas características citadas acima. Outro fator importante na escolha do município é a distância do Centro Regional (CR), cidade que fornece todo apoio logístico para a operação. Este fator, bem como as condições das estradas que ligam o CR ao município escolhido também são levadas em consideração no momento da escolha dos

municípios, tendo em vista facilitarem a logística de saúde, suprimento e transporte.

Vale ressaltar que, neste momento, os municípios escolhidos são o dobro dos que realmente receberão os rondonistas. Assim, as desistências que ocorrerem durante o processo não atrapalharão o planejamento.

De acordo com a Metodologia Rondon, o próximo passo será realizar contato telefônico com os prefeitos dos municípios escolhidos. Tal contato tem o objetivo de explicar o Projeto e perguntar se a prefeitura gostaria de receber os rondonistas para contribuir no atendimento das necessidades específicas das comunidades. Neste momento também são realizados contatos com as Organizações Militares (OM) presentes nas regiões selecionadas para a realização da operação, tudo com o objetivo de definir onde será o CR.

Com todos estes dados disponíveis, elaboram-se um plano para a execução das próximas fases.

### Fase de execução

Nesta fase iniciam-se as atividades de campo. A primeira a ser realizada é a Viagem de Reconhecimento. Durante esta viagem, os coordenadores realizam contatos pessoais com os entes públicos daqueles municípios que aceitaram receber o Projeto Rondon em sua cidade. São feitas reuniões com os prefeitos, secretários municipais e lideranças comunitárias, com o objetivo de explicar o funcionamento do Rondon, discutir as condições de participação da cidade na operação e, principalmente, informar sobre as contrapartidas que o município deverá oferecer aos rondonistas, tais como: alimentação, alojamento e transporte, durante o tempo em que permanecerem nos municípios.

Durante a viagem de reconhecimento os coordenadores também visitam as instalações das OM e apresentam as necessidades do Projeto Rondon para a realização da operação. Itens como transporte, alimentação e alojamentos são avaliados e, quando necessário, são realizadas melhorias.

A seguir, é realizada a escolha definitiva dos municípios e a finalização da escrituração do chamamento público do processo de seleção e da participação das IES para as operações, que depois de validado pelo COS, é publicado em Diário Oficial da União (DOU) e divulgado no site<sup>5</sup>.

O foco das ações dos rondonistas é capacitar as lideranças comunitárias, os agentes multiplicadores, os difusores e os replicadores, os professores, os agentes de saúde, os servidores públicos, as organizações da sociedade civil e a comunidade em geral, nos seguintes conjuntos de ações, segundo o Ministério da Defesa (2016):

## Conjunto A

---

### Saúde

- Capacitar agentes de saúde em: saúde da família, doenças endêmicas, saúde bucal, acolhimento e humanização do atendimento em saúde e saúde ambiental;
- Capacitar agentes multiplicadores em saúde sexual e reprodutiva de adolescentes e jovens, na prevenção da prostituição infantil, na prevenção do uso do álcool e drogas, e na prevenção da violência contra mulheres, crianças, adolescentes e idosos;
- Capacitar agentes multiplicadores em ações de incentivo ao esporte e lazer;

---

<sup>5</sup> [www.projettorondon.defesa.gov.br](http://www.projettorondon.defesa.gov.br)

- Capacitar agentes multiplicadores em nutrição, com incentivo na utilização de alimentos regionais.

### Educação

- Capacitar educadores dos ensinos fundamental e médio sobre técnicas de ensino e aprendizagem, motivação, relacionamento interpessoal, distúrbios de aprendizagem, educação inclusiva e no atendimento de necessidades educativas especiais.

### Direitos Humanos e Justiça

- Capacitar gestores municipais, conselheiros e lideranças comunitárias em gestão de políticas públicas, particularmente na área de desenvolvimento social, como acesso a renda, enfrentamento das situações de trabalho infantil e exploração sexual de crianças e adolescentes;
- Instalar, dinamizar ou atualizar os conselhos municipais, dentre outros os de educação, de saúde, tutelar, de assistência social, da criança e do meio ambiente.

### Cultura

- Capacitar agentes multiplicadores para o desenvolvimento de atividades que valorizem a cultura local e promovam o intercâmbio de informações.

## Conjunto B

---

### Trabalho

- Capacitar produtores locais, com especial atenção a pequenos agricultores e pecuaristas;

- Incentivar o cooperativismo, associativismo e empreendedorismo para a geração de renda e o desenvolvimento econômico sustentável;
- Promover ações que desenvolvam o potencial turístico local, incluindo a capacitação de mão de obra ligada ao comércio de bens e serviços; e
- Capacitar servidores municipais em gestão pública e de projetos.

### Meio Ambiente

- Capacitar, mobilizar e realizar campanhas na área de saneamento ambiental, particularmente no que se refere a resíduo sólido, esgotamento sanitário e água.

### Tecnologia e Produção

- Disseminar soluções autossustentáveis – tecnologias sociais – que melhorem a qualidade de vida das comunidades.

### Comunicação

- Capacitar agentes multiplicadores e servidores municipais na produção e difusão de material informativo para a população usando meios de comunicação, em particular as rádios comunitárias;
- Divulgar às lideranças e aos servidores municipais os benefícios, serviços e programas oferecidos na esfera federal.
- Para dar maior visibilidade as ações sociais existe uma outra equipe que atua com os seguintes objetivos:

## Conjunto C

---

- Divulgar as atividades desenvolvidas pelas equipes dos Conjuntos “A” e “B”, durante as operações, conforme orientação e aprovação da Coordenação-Geral do Projeto Rondon.

Ao término do período do envio das propostas de trabalho das IES, a Comissão de Avaliação de Propostas do Projeto Rondon (CAPP), nomeada pelo Coordenador-Geral do Projeto Rondon, analisa e julga as propostas de trabalho apresentadas em resposta ao chamamento público. Por fim, as IES selecionadas serão informadas em quais municípios atuarão.

Após a seleção e designação dos municípios, o Projeto Rondon realiza a Viagem Precursora. Esta viagem proporcionará o primeiro contato do professor-coordenador com o município que trabalhará durante a Operação. Ela inicia com uma apresentação do coordenador regional sobre o Rondon e como devem ser realizadas as atividades nos municípios. Após a apresentação, os professores-coordenadores realizam o deslocamento até o município de destino, quando entrarão em contato com a prefeitura e a comunidade local. Assim, as propostas de trabalho poderão ser reajustadas com o intuito de atender às reais necessidades da população. Neste momento as IES iniciam a seleção e a preparação dos rondonistas.

Para terminar esta fase temos a execução da Operação. Os rondonistas se deslocam de sua cidade até o CR, onde ficarão alojados na OM apoiadora. Após os eventos de abertura da Operação, os rondonistas chegam ao município e desenvolvem os trabalhos propostos, sempre em parceria com a prefeitura local e as lideranças comunitárias. Após o retorno dos municípios e da cerimônia de encerramento da Operação, retornam para as cidades de origem.

## **Fase de avaliação**

Nesta fase, tendo como base os indicadores, avaliaram-se os resultados alcançados de acordo com as metas estabelecidas. Um dos documentos que fornecem informações para o processo de avaliação é o relatório sobre os trabalhos realizados pelos rondonistas no município (BRASIL, 2015).

## **Fase de análise**

Nesta fase, analisam-se os resultados obtidos na fase anterior. Os resultados positivos serão considerados as melhores práticas, enquanto que os resultados não satisfatórios serão considerados como oportunidades de melhoria (BRASIL, 2015). Assim, o edital de chamamento público do processo de seleção e da participação das IES para as Operações do Projeto Rondon pode sofrer modificações com vistas a melhorar cada vez mais o atendimento às necessidades sociais, ambientais e econômicas da população e proporcionar ao estudante universitário conhecimento de aspectos peculiares da realidade brasileira.

## **A primeira operação da retomada do Projeto Rondon**

A retomada do Projeto Rondon foi dividida em duas fases. A primeira fase, denominada fase de diagnóstico ou Operação “Amazônia”, fez um levantamento socioeconômico de 13 municípios amazonenses, formulado com base em pesquisas realizadas com entidades representativas da comunidade, lideranças locais e dados estatísticos. Esta fase foi executada no período de 15 a 29 de janeiro de 2005. Seu planejamento foi iniciado oficialmente em 10 de março de 2004, quando foi designado o coordenador do Projeto Rondon no âmbito do Ministério da Defesa, conforme Brasil (2004). A segunda fase, denominada Operação “Acre”, teve seus objetivos formulados

de acordo com o diagnóstico da fase anterior e foi realizada de 7 a 23 de outubro de 2005.

Assim, para este artigo, consideraremos como a primeira operação da retomada do Projeto Rondon a Operação “Acre”, tendo em vista que nesta operação foram executadas ações efetivas em prol da população que poderão ser comparadas com outras executadas atualmente.

Das 549 ações levantadas na Operação “Amazônia” apenas quatro foram escolhidas para serem executadas no estado do Acre, a saber: realizar campanhas educativas relacionadas com a proteção dos direitos da criança, do adolescente e do idoso e exploração sexual de crianças e adolescentes, gravidez precoce, uso de drogas ilícitas e prevenção de DST e AIDS; elaborar projetos técnicos (engenharia e saneamento ambiental para a construção de aterros sanitários e para a coleta e tratamento de resíduos sólidos); capacitar recursos humanos das prefeituras em gestão pública e em gestão de projetos; e organizar e capacitar os Conselhos Municipais.

A Operação “Acre” foi um projeto piloto e não dispunha de verbas orçamentárias. Para que fosse levada a efeito, buscaram-se parcerias que pudessem empreendê-la a baixo custo e que dispusessem de uma logística própria. Assim, foi escolhido o estado do Acre pela disposição em custear parte da Operação e pela quantidade de OM das Forças Armadas que forneceriam o apoio logístico necessário.

O diagnóstico socioeconômico foi elaborado pelo Governo do Acre, que indicou quais ações pretendia ver desenvolvidas pelo Projeto Rondon, além de sugerir os seis municípios participantes. Após a divulgação do Convite (Edital) e do envio das propostas, as IES selecionadas deveriam indicar um professor para participar da viagem precursora, realizada de

28 de agosto a 2 de setembro de 2005, realizando um detalhamento do diagnóstico e contatos com as entidades e comunidades beneficiárias que lhes permitiriam o planejamento dos trabalhos e a composição das equipes.

Cada IES participou da Operação com uma equipe composta por doze rondonistas, sendo quatro professores e oito alunos. Dessa forma, para cada ação a realizar haveria um professor e dois alunos. A Universidade Federal do Acre participou da Operação fornecendo de um a dois alunos por município. A operação envolveu 112 rondo-

nistas, que desenvolveram ações nos seguintes municípios: Assis Brasil, Jordão, Manuel Urbano, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter e Santa Rosa do Purus.

O deslocamento aéreo entre as cidades de partida (São Paulo-SP e Brasília-DF) foi realizado em aeronave militar da Força Aérea Brasileira e o alojamento foi feito, na maioria das vezes, em OM do Exército Brasileiro.

Além do Governo do Acre e das Forças Armadas, as seguintes parcerias também foram realizadas:

<b>ORGANIZAÇÃO</b>	<b>FUNÇÕES NO PROJETO</b>
Ministério da Educação	Colaborar no planejamento e no estabelecimento da metodologia
Fundação Cultural Exército Brasileiro - FUNCEB	Gerenciar os recursos financeiros obtidos de patrocinadores
PETROBRAS	Patrocínio do Projeto
Caixa Seguros	Patrocínio do seguro de vida dos Rondonistas
Associação Nacional dos Rondonistas - ANR	Divulgar o Projeto no âmbito da Associação e apoiar com a experiência da fase anterior
União Nacional dos Estudantes - UNE	Divulgar o Projeto na esfera universitária

Antes do retorno às cidades de origem os rondonistas foram concentrados em Rio Branco para uma avaliação. Naquela oportunidade, os professores e suas equipes, juntamente com os representantes dos Ministérios da Defesa e da Educação, fizeram uma apresentação dos trabalhos, quando puderam identificar os aspectos que merecem atenção ou correção em Operações futuras.

A Coordenação-Geral do Projeto convidou o Governo do Estado do Acre e as Prefeituras Municipais participantes da Operação a confeccionar uma avaliação governamental, informando os resultados obtidos e as necessidades vislumbradas. Tal avaliação não foi encontrada nos arquivos do Projeto Rondon.

## Operação Bororos

A Operação “Bororos” foi uma Operação Nacional realizada no estado do Mato Grosso, no período de 10 a 26 de julho de 2015, em 15 municípios da região: Acorizal, Arenápolis, Barão de Melgaço, Barra do Bugres, Chapada dos Guimarães, Diamantino, Jangada, Juscimeira, Nortelândia, Nossa Senhora do Livramento, Nova Olímpia, Poconé, Rosário Oeste, Porto Estrela e São Pedro da Cipa. Envolveu 306 rondonistas e 31 Instituições de Ensino Superior de todo país. Vale ressaltar que cada município recebeu duas equipes de dez rondonistas cada, uma para o conjunto “A” e outra para o “B”. Foi ainda, escolhida uma equipe de Comunicação Social para as atividades do conjunto “C”.

Esta Operação surgiu no contexto da comemoração dos dez anos do relançamento do Projeto Rondon e optou-se por ser realizada no Mato Grosso, terra de nascimento do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, herói brasileiro cujo nome o Projeto herdou.

A operação foi batizada de “Bororos” em homenagem aos povos indígenas que habitam o estado do Mato Grosso, e também uma homenagem à origem indígena dos bisavós maternos do Marechal Rondon.

A Operação teve como CR a cidade de Cuiabá e como OM de apoio o 44º Batalhão de Infantaria Motorizada. Nos municípios, os rondonistas ficaram alojados nos colégios do município, creches municipais e Seminários. Todas as instalações ofereceram condições dignas de salubridade, tais como salas com ar condicionado, separados por sexo, banheiros e chuveiros adequados, mesmo que em pouca quantidade.

Esta Operação seguiu todos os passos da Metodologia Rondon, o que facilitou sobremaneira a sua coordenação. Assim, a Operação cumpriu os objetivos propostos de permitir ao universitário conhecer di-

ferentes realidades, exercitar sua cidadania, desenvolver seus trabalhos acadêmicos, colocando em prática o que aprendeu na sala de aula e permitiu o caminho para que o aluno possa assumir um compromisso social perante a sociedade. E ainda mais, deixou uma semente para as comunidades visitadas e uma grande responsabilidade para os gestores públicos, agentes de saúde, professores, dentre outros difusores do conhecimento, em regar e colher os frutos.

A Operação “Bororos” não foi patrocinada por nenhuma empresa privada e foi custeada integralmente com recursos orçamentários.

## Operação Paiaguás

A Operação “Paiaguás” foi uma Operação Especial/Regional desenvolvida entre os dias 9 a 24 de janeiro de 2016, em quatro municípios do estado de Mato Grosso: Alto Paraguai, Cáceres, Poxoréu e Santo Afonso. Envolveu 82 rondonistas e cinco Instituições de Ensino Superior de Mato Grosso. A quantidade de rondonistas por município foi a mesma da Operação “Bororos”.

Esta operação surgiu devido ao sucesso da Operação “Bororos” em 2015, e em comemoração ao “Ano do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon”. Este evento foi instituído pela lei 10.273 em razão dos 150 anos de Rondon, que nasceu em 05 de maio de 1865.

A Operação foi batizada de “Paiaguás” em homenagem ao Palácio do Governo, em Cuiabá, sede do poder executivo do estado de Mato Grosso, e à antiga etnia indígena Paiaguás que habitavam o Estado.

O CR da Operação foi a cidade de Cuiabá e teve como OM de apoio o 44º Batalhão de Infantaria Motorizada.

A Operação teve o caráter Regional e foi especial em face do apoio do Governo do Estado, materializado em Acordo de Cooperação, que teve como contrapartidas: fornecimento de informações sobre os municípios escolhidos; transporte para a coordenação do Projeto durante a execução do reconhecimento, da viagem precursora e da operação propriamente dita e para os rondonistas, nos trechos compreendidos entre o CR e os municípios da Operação; seguro de acidentes pessoais aos rondonistas durante todo o período de execução da Operação e a cessão dos locais para as cerimônias de abertura e encerramento da Operação.

O envolvimento do Governo de Mato Grosso tornou possível a Operação devido aos escassos recursos orçamentários disponíveis no Projeto Rondon no final de 2015. Também foi importante ao gerar um profundo envolvimento das administrações dos municípios participantes.

Nesta Operação, pela primeira vez, as IES de Comunicação Social participaram do Edital de Chamamento Público enviando propostas para o conjunto “C”.

Vale ressaltar que o Edital previa a participação de dez municípios e 21 IES do Estado de Mato Grosso, todavia apenas cinco IES participaram desta Operação. Isso se deve ao fato de que apenas nove trabalhos foram aprovadas pela CAPPR. Assim, esta Operação teve um alcance reduzido mas, mesmo assim, os objetivos propostos foram alcançados.

### **Considerações finais**

As histórias vividas durante as Operações inspiraram as modificações ocorridas no Projeto Rondon ao longo do tempo. A meta é sempre melhorar a Metodologia Rondon para atender da melhor forma possível os dois principais participantes do Rondon, os rondonistas e a população das comunidades carentes.

O Projeto Rondon mantém a sua essência, que reside na filosofia de motivar os jovens universitários e professores a saírem do casulo de suas famílias, dos seus bairros, cidades e estados e se envolverem com a realidade brasileira, tendo contato com outras culturas, obtendo conhecimento e colocando em prática o que aprenderam, como afirma a acadêmica Fabiana de Souza Pereira, da Universidade de Brasília (UnB):

“No fundo, todo jovem tem o desafio de mudar o mundo. Participar do Projeto Rondon foi a primeira oportunidade que tive de fazer isso (BARRETO, 2008).”

As diferenças entre as Operações são poucas, mostrando que a Metodologia Rondon é basicamente a mesma desde o início da retomada do Projeto, em 2005.

As ações a realizar são informadas no edital. Na primeira Operação, tais ações foram fruto do diagnóstico realizado na Operação “Amazônia”. Já nas Operações “Bororos” e “Paiaguás”, as ações são recorrentes e fixadas para que o trabalho possa ser interdisciplinar e sanar diversas necessidades da população.

Na Operação “Acre” o governo estadual forneceu o diagnóstico da região. Nas outras duas Operações citadas, o diagnóstico foi feito pela IES, na ocasião da confecção do trabalho.

Com relação às avaliações, na Operação “Acre”, houve uma reunião, em Rio Branco, com a participação dos Ministérios da Defesa e da Educação. Nas outras Operações citadas as IES enviaram um relatório que se encontra nos arquivos do Projeto Rondon.

As equipes da primeira Operação e as das de 2015 e de 2016 são diferentes. A Operação “Acre” atendia à demanda de uma equipe de um professor e dois

alunos por ação a realizar. Já as Operações “Bororos” e “Paiaguás” atendem à multidisciplinaridade dos conjuntos de ações “A” e “B”, sendo formadas por dez rondonistas em cada conjunto, sendo dois professores e oito alunos.

Com relação aos recursos disponibilizados, apenas a Operação “Bororos” foi realizada com recursos orçamentários do Projeto Rondon. Já a Operações “Acre” e “Paiaguás” foram realizadas em parceria com os Governos Estaduais, ressaltando que a Operação de 2005 também contou com recursos de patrocinadores.

Assim, as medidas e passos executados nas Operações, consolidados na Metodologia Rondon, foram apresentados. Lembramos que apenas o Ministério da Defesa coordena as atividades do Projeto Rondon. Todavia, tal Metodologia pode ser executada pelas IES em suas atividades de extensão, como afirma Rieder (2012), o Projeto Rondon se revela como uma oportunidade ímpar de exercício da extensão universitária, tendo imensurável valor para todas as partes bem como é unânime a opinião de que as universidades precisam se envolver e propiciar mais participações nas operações do Projeto. Desta forma, as IES devem se inspirar nessas Operações e ter o cuidado de não nomeá-las como Projeto Rondon.

## Referências

BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria Normativa nº 255, de 10 de março de 2004. “**Políticas Públicas da Juventude**” – “**Projeto Rondon**” – Designação de representante – suplente – coordenador e adjunto.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Portaria Normativa nº 2.616**, de 7 de dezembro de 2015. Aprova a Concepção Estratégica do Projeto Rondon.

BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria Normativa nº 2.617, de 7 de dezembro de 2015. Aprova a Concepção Política do Projeto Rondon.

BARRETO, Luiz H.M. **Projeto Rondon: Planejamento, opiniões e motivações: janeiro e fevereiro de 2007**. Ed. Do autor. 2008.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Nossa história. **Projeto Rondon**. Disponível em: <http://www.projettorondon.defesa.gov.br/portal/index/pagina/id/9718/area/C/module/default>. Acesso em: 30 de junho de 2016.

RIEDER, Arno: **A extensão universitária através do Projeto Rondon: participação das universidades públicas de Mato Grosso**. Revista GUAL, Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 58-71, ago. 2012.



# COBERTURA JORNALÍSTICA DAS OPERAÇÕES DO PROJETO RONDON: UMA TENTATIVA DE HUMANIZAR AS PAUTAS ATRAVÉS DO ALUNO DA GRADUAÇÃO

Everton Lagares<sup>1</sup>

## RESUMO

Este artigo expõe a cobertura jornalística realizada na Operação Capim Dourado do Projeto Rondon, em julho de 2012, no estado de Tocantins. A organização é feita através da coleta de dados do trabalho desenvolvido por alunos da Universidade Católica de Brasília e os resultados obtidos durante esse trabalho pioneiro. O artigo contempla trechos de reportagens escritas, técnicas de construção de notícias e levantamento de dados gerais do trabalho jornalístico efetivo antes e depois da viagem. Busca-se, assim, motivar a aplicação de pautas mais humanizadas, com procedimentos de trabalho que enalteçam o ser humano envolvido nos trabalhos de extensão em função da atividade desenvolvida pela Academia.

**Palavras-chave:** Cobertura Jornalística; Projeto Rondon; Extensão Universitária; Pautas humanizadas.

## ABSTRACT

This article shows the journalistic coverage performed during Rondon Project's Operation Capim Dourado, in the state of Tocantins, Brazil, July 2012.. The process was developed by collecting statistics and facts from work developed by students of the Catholic University of Brasilia, Brazil, and the results obtained during this pioneering work. The article includes parts of written reports, building techniques of news and raising general data collection of the effective journalistic work before and after the trip. Through this information, it seeks to motivate the application of more humanized guidelines, on working procedures that enhance the human being involved in the operation of extension in function of the activity developed by the Academy.

**Keywords:** Journalistic Coverage; Rondon Project; University Extension; Humanised Agendas.

---

<sup>1</sup> Jornalista, integrante da equipe de comunicação que realizou a cobertura jornalística da Operação Capim Dourado, e, atualmente, é aluno de Medicina na Escola Superior de Ciências da Saúde - ESCS/DF. À época da produção deste trabalho, era aluno da disciplina Construção de Projetos Sociais Multidisciplinares, na UnB.

## Introdução

O estudante da graduação chega com suas pastas e artigos debaixo do braço e é desarmado por um sorriso de um munícipe que tem a coragem de lutar diariamente por uma nova oportunidade no dia seguinte, sem muitas perspectivas e, talvez, à espera de uma mão amiga. Nesse ambiente o aluno de comunicação imbuído de cobrir a Operação do Projeto Rondon se depara com a necessidade de falar sobre oficinas e palestras propostas por outros alunos, sobre dados municipais gerais e sobre os resultados das ações dos rondonistas. Parece pouco diante da possibilidade de reportar as belezas das cidades visitadas, a força dos trabalhadores do interior do Brasil e a expressão de cada pessoa que recebe um rondonista perto de casa.

Humanizar a pauta jornalística, no ambiente do trabalho de extensão, pressupõe correr riscos na produção da notícia, mas também significa produzir conteúdo com olhar alternativo através de uma informação comumente tratada de maneira fria e direta. Neste artigo, a cobertura da Operação Capim Dourado, que abrangeu 16 municípios e a capital do Estado de Tocantins (Figura 1 - Mapa com indicação de municípios visitados) durante os dias 13 e 29 de julho de 2012, serve como exemplo prático, por se tratar de um trabalho pioneiro, mas também serve como motivação de debate sobre a maneira como se pode construir a argumentação jornalística na notícia.

São descritos breves exemplos, além da divulgação de números do trabalho realizado para motivar um resultado prático. É destinado um foco maior às reportagens escritas, embora seja elucidada a importância do trabalho audiovisual na cobertura jornalística. Com isso, espera-se que o debate abranja a argumentação jornalística na escolha de temas e a maneira como são tratados os personagens citados nas notícias. Conclui-se que o repórter é o respon-

sável pelo recorte das informações, tendo a possibilidade de escolher por técnicas e sentidos da notícia em que o ser humano prevaleça em relação ao que o envolve durante a captação das histórias.

## A extensão no ambiente do jornalismo universitário

A Universidade Católica de Brasília (UCB)<sup>2</sup> é uma referência em atividades de extensão, principalmente no atendimento à comunidade vizinha ao *campus* de Taguatinga (DF). Através da experiência institucional também nas Operações do Projeto Rondon, foi possível, em 2012, a assinatura do acordo de cooperação<sup>3</sup> firmado entre a Universidade e o Ministério da Defesa para o trabalho pioneiro de cobertura jornalística.

Embora a UCB seja uma instituição com antecedente de alto nível em participações no Projeto Rondon, é possível afirmar que a nova proposta destoava das competências já comprovadas nos anos anteriores. Não existiam moldes formais para escolha, capacitação e configuração de trabalho para os alunos no quesito 'cobertura jornalística'.

Sabia-se, no entanto, que a participação efetiva de alunos no ambiente da Extensão Universitária é potencialmente um gerador de mudança individual, tanto do cidadão que recebe atendimento específico, quanto do aluno que abdica do conforto e da monotonia da sala de aula para aplicar os conhecimentos adquiridos na Academia. Assim, no sentido da cobertura jornalística, os alunos de comunicação teriam o desafio de servir a rondonistas e ao pró-

<sup>2</sup> A UCB destinou alunos de jornalismo para cobrir a Operação Capim Dourado, em Tocantins, e a Operação Açai, no estado do Pará. Operações simultâneas com trabalho de cobertura pioneiro. As equipes foram compostas por alunos diferentes.

<sup>3</sup> A UCB continuou com a prestação de serviço em outras Operações até que outras instituições passaram a realizar o serviço, modificando a concorrência e a participação efetiva nas Operações.

prio Ministério da Defesa, através de captação de histórias e produção de conteúdo para divulgação. O contato com a comunidade visitada serviria como pano de fundo para o ambiente de transformação pessoal implícito no desenvolvimento de serviços comunitários.

## **Campo de trabalho e alunos definidos**

O lançamento do edital de chamamento para alunos de Comunicação Social para cobertura Jornalística Projeto Rondon UCB 02/2012 foi realizado dia 02 de maio de 2012, devidamente assinado pelo Professor Doutor Ricardo Spíndola Mariz, Pró-Reitor de Extensão, contendo as diretrizes e prazos para alunos interessados. Após as diversas etapas devidamente anunciadas, os alunos de Comunicação Social foram escolhidos e passaram por treinamentos.

No primeiro momento, a capacitação foi em comum com os alunos que participariam da Operação Capim Dourado no formato regular, em Arapoema-TO. Na parte final do treinamento, as reuniões foram separadas e direcionadas às coberturas jornalísticas em campo comunitário. Foram ministradas aulas para aprimoramento técnico e foram realizadas diversas reuniões com representantes do Ministério da Defesa, com o intuito de potencializar o trabalho que estava prestes a ser realizado nas Operações.

A cobertura jornalística da Operação Capim Dourado contou com a participação, portanto, de cinco alunos da UCB. A equipe foi constituída pelos alunos: Michelle Paulino Brito e Raiane Samara da Silva (Edição e produção de vídeos), Francisco Apolinário de Assis Junior (Produção e edição em Rádio), Leandro Viana Lacerda (Fotojornalismo) e Everton Lagares Vedovato (Produção textual) e contou com a supervisão do professor Lunde Braghini Junior (Figura 2)<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Na Operação Açai a supervisão foi responsabilidade do professor Thiago Sabino.

Durante a estadia no 22º Batalhão de Infantaria do Exército, em Palmas (TO), e as viagens dentro do estado, a equipe recebeu a cobertura militar do Sargento Ulisses e do Cabo Lucena, servidores do Batalhão que se voluntariaram para a função conhecida nas Operações por “Anjo”, zelando pela segurança dos alunos.

## **O jornalismo cotidiano**

O lead, o deadline, o sutiã, o chapéu e o cuidado com a barriga. Durante a graduação em Comunicação Social os alunos se deparam com muitas teorias e muitos termos. E existe a real necessidade de que se aprendam todos esses termos e que se saibam aplicar os conceitos trabalhados em sala de aula (BARBEIRO, 2011).

Com a prática acadêmica, percebem-se, também, as técnicas que propõem mudanças na maneira de se trabalhar a notícia. De acordo com Castro (1991), nas produções escritas, o lead pode ser trabalhado através de fórmulas. As dez propostas que o autor apresenta em sua teoria podem tornar o texto mais dinâmico, de acordo com a intenção do repórter.

Entre as diversas maneiras de se criar um *lead*, existe a fórmula do “ao”, por exemplo, pode ser usada quando se quer relacionar dois fatos importantes, para dar ênfase maior ao que for referido em segundo lugar. A fórmula do “particípio” permite fazer uma afirmação indiscutível. A fórmula das “aspas” pode ser usada quando a fonte fez uma declaração que se destaca excepcionalmente. O autor também cita a fórmula do “depois de”, do “enquanto”, do “embora, mesmo ou apesar de”, do “com”, do “por”, do infinitivo e do gerúndio (CASTRO, 1991). Todas essas maneiras de se iniciar um texto são apenas técnicas vazias de sentido que se completam pelas perguntas do lead e pela maneira que o repórter constrói seu texto.

“Como numa notícia não cabem reticências, nem subentendidos, e entrelinhas só servem em

tempos de obscurantismo, podemos concordar em que – escrito de uma maneira ou outra – teremos que dar ao leitor as clássicas informações necessárias para uma visão abrangente dos fatos: dizer, já na abertura da matéria, seis coisas: quem fez o quê, porque fez, como fez, quando fez e onde fez... A fórmula do “lead” é bastante flexível, exceto num aspecto: é imprescindível deixar claro – e rapidamente – o que aconteceu” (CASTRO, 1991, p. 20-21).

Para que se responda o lead com o fato a ser noticiado, especificamente nas Operações do Projeto Rondon, é imprescindível que os alunos responsáveis pela cobertura jornalística estejam atentos aos detalhes que cercam todo o cronograma do trabalho de extensão. É preciso ressaltar que o calendário oficial do Projeto não se resume às viagens, pois ainda são realizadas viagens precursoras (para que as instituições mapeiem os locais onde desenvolverão os trabalhos com os alunos), além de toda a parte de embarque, chegada, formaturas militares, participação de eventos oficiais, volta dos rondonistas aos quartéis militares e retorno para as cidades de destino. Em todos estes casos é aconselhável direcionar os trabalhos pela hipótese da agenda-setting (WOLF, 1999).

Durante a realização dos trabalhos nos municípios, pelos rondonistas, por sua vez, as histórias captadas devem superar o simples e mais visível. Deve-se procurar produzir as pautas referentes aos acontecimentos esperados, sim, seja para divulgação, seja para registro formal dos fatos, porém a proposta mais atraente, de se falar do sensível, do menos previsível, se torna viável pelas possibilidades geradas pela saída de campo.

Portanto, trabalhar a alteridade no olhar das pautas, registrar histórias informais e manipular o lead, dando ênfase aos seres humanos envolvidos nos trabalhos de extensão são as características que enaltecem os registros jornalísticos e promovem uma leitura humanizada do trabalho acadêmico fora das salas de aula.

## A proposta mais humana

Ao perceber um serviço sendo prestado por alunos da graduação, estando longe dos seus domicílios e acomodados em um ambiente estranho à própria realidade, o destaque jornalístico humanizado deve se dar às pessoas, principalmente. Inicialmente, por sugestão do professor Lunde, o olhar jornalístico para o que estava ao redor das ações deveria ser prevalente quando comparados ao olhar fixo aos trabalhos já esperados.

Observa-se, então, que a inversão de valor, na própria observação para a construção textual pode substituir a importância do agente ou pela simples proposta de trabalho ou até pelo local onde se realiza o atendimento. Em relação ao próprio ato de escrever, sabe-se que “qualquer língua tem uma forma passiva” (GIVON, 2001) e que a voz passiva tira o foco do agente. Desta maneira, avalia-se a diferença na construção frasal quando se produz a reportagem com a intenção textual com foco no ser humano, ou não:

### Exemplo 1:

“Dona Maria não perdeu nenhuma aula de informática”<sup>5</sup>.

Dona Maria é evocada no início, deixando em segundo plano a aula de informática ministrada pelos rondonistas.

### Exemplo 2:

“O céu tinha poucas nuvens, o sol era forte, mas uma agradável sensação de euforia e otimismo podia ser sentida no ar ao fim da cerimônia de recepção aos rondonistas, realizada no pátio general Sampaio do 22º Batalhão de Infantaria, em Palmas - TO, na manhã

<sup>5</sup> Primeira oração da reportagem: Dona Maria, orai por nós, rondonistas de Itapiratins.

deste sábado, dia 14/7, para receber os rondonistas da Operação Capim Dourado - TO<sup>6</sup>”.

Além de um período muito extenso e com erro no título, o clima, o céu, o local e o próprio Projeto são descritos em função dos rondonistas, que, por sua vez, são deixados como detalhes no ambiente descrito.

### Exemplo 3

“Espere; corte essas imagens, estou emocionada<sup>7</sup>”.

O repórter inicia o texto com uma declaração que, normalmente, estaria fora da reportagem, pois se trata de uma parte da entrevista que não apresenta nenhuma informação contundente ou valiosa no ponto de vista da realização de algum trabalho de extensão. Porém, a escolha do repórter remonta o olhar para o que a ação resultou no ser humano entrevistado. Desta maneira, descrever emoções e aspectos físicos gerados no aluno apresenta como o rondonista pode ser afetado pela extensão universitária. O foco se volta ao ser humano e não ao trabalho realizado.

### Exemplo 4

“Nós somos uma elite privilegiada nesse país”.<sup>8</sup>

A opção foi iniciar o texto com uma declaração do professor durante seu discurso. Não há marcas emotivas ou descritivas na frase, como em outros exemplos. Aqui, porém, se destaca o poder de voz que a fonte tem, simplesmente. Valoriza-se a versão pessoal, sem mascarar sentidos de fala, nem sugere

---

<sup>6</sup> Primeira oração da reportagem: Recepção a rondonistas envolve todo o Batalhão Tocantins

<sup>7</sup> Primeira oração da reportagem: Emoção no Projeto Rondon decola no aeroporto”

<sup>8</sup> Primeira oração da reportagem: Professor e aluna discursam em nome de colegas

tionar a motivação do que a fonte afirma durante um discurso ou uma entrevista.

Pontua-se que, sobre os erros de digitação, todos são avaliados e podem ser corrigidos em outras oportunidades antes da publicação, porém, as escolhas efetivadas pelo repórter na produção do conteúdo, em muitos casos, não são modificadas por se tratarem de escolhas pessoais. Portanto, “repórteres, redatores e editores precisam desenvolver a capacidade de escolher a forma de apresentar a notícia<sup>9</sup> ideal para a matéria. Nesse momento duas perguntas se impõem. Uma: o que quero comunicar? A outra: qual a melhor maneira de fazê-lo?” (SQUARISI, 2011).

Cabe ressaltar que não se trata de estipular textos jornalísticos com as fontes e personagens ou sempre em primeiro plano ou com a citação principal no primeiro parágrafo. Iniciar um texto sem evocar a história que envolve o ser humano na matéria é apenas uma forma de humanizar a pauta, sabendo que as escolhas na produção textual é que determinam a importância dos fatos narrados.

“O personagem da notícia é a pessoa que se destaca não por ser a personagem principal, mas por ter papel relevante na história. Nasce das observações do repórter e deve estar repleta de informações – detalhes reveladores do ambiente, das pessoas em volta, das conversas entabuladas... é preciso apresentá-lo com pormenores, como idade, hábitos, origem, lugar onde vive” (SQUARISI, 2011, p.114).

Durante a cobertura em campo, “há necessidade de manter contato permanente com a comunidade para conhecer os seus principais interesses e problemas. Neste sentido, o cidadão também decide o que será notícia” (QUADROS, 2005). Além disso, precisa-se pensar no leitor e respeitar todos os espectadores

---

<sup>9</sup> Grifo do autor.

que aguardam a publicação da notícia referente à Operação que está sendo realizada.

Wolf (1999) destaca a importância de se conhecer o público espectador que, no caso das Operações do Rondon, o público é diversificado, contendo munícipes, rondonistas e profissionais envolvidos na ação, além de cidadãos comuns que buscam informações dos trabalhos realizados pelo Ministério da Defesa.

Desta maneira, o cuidado com erros gramaticais deve existir, embora não deva ser o foco do repórter em campo. O jornalista deve gastar a maior parte da preocupação pessoal em observações da realidade que o envolve, em dicas dos colegas de trabalho, em busca de histórias com os rondonistas que permanecem no município visitado pela equipe de comunicação e em conversas com moradores sobre peculiaridades e casos não trabalhados pelos rondonistas ainda. Isso se justifica, pois a leitura com foco na correção textual pode ser feita até mesmo depois de uma eventual publicação da reportagem, porém, uma pauta mal construída e uma reportagem com pouca pesquisa não consegue ser ajustada em nenhum outro momento.

### O apoio funcional da imagem

“Sem foto, nada feito. A fotografia precisa contar um pouco da história, complementar o título e o subtítulo” (SQUARISI, 2011). Além do apoio audiovisual na construção da reportagem escrita, a fotografia é parte fundamental na divulgação da notícia. Na falta de um fotógrafo experiente, qualquer simples imagem serve de apoio para o texto – na construção e na interpretação da história narrada.

### Exemplo 1

Madalena sacrificou a lua-de-mel para participar do Rondon.

### Exemplo 2

Disparos de 50 mm captam congoçamento.

### Exemplo 3

Não me leve ao pé da letra, essa história não tem pé nem cabeça.

Nesses três exemplos<sup>10</sup> citados acima, é possível realizar a construção abstrata das cenas ou personagens, porém, com o apoio visual, tudo fica mais claro. No exemplo 1, a imagem da rondonista Madalena durante os trabalhos em Caseara-TO, com os colegas da Faculdade Dom Bosco, de Curitiba, auxilia na construção da personagem que carrega o apelo factual descrito no título. No exemplo 2, a imagem panorâmica da formatura militar é primordial para entender o jogo proposto na construção do título e da reportagem. No Exemplo 3, com título fazendo uso de um trecho de música, a reportagem descreve Caroline, uma criança de Aparecida do Rio Negro que ainda sonha em ser dançarina, mas que não apresenta um gancho específico para sua narrativa, como sugere o próprio título.

### O trabalho realizado

Durante as Operações, a equipe de comunicação fica lotada na base militar e se torna preciso sair e retornar com muita frequência para visitar todos os municípios em que os rondonistas estão desempenhando seus trabalhos, além de manter a base operacional munida de informações. Porém o tempo é curto para tantas viagens dentro do Estado – idas e vindas para a base<sup>11</sup> – e para tamanha produção de conteúdo esperado. Em contraproposta ao apoio dado aos alunos de comunicação, pelos rondonis-

<sup>10</sup> Títulos de reportagens publicadas no site do Ministério da Defesa durante a Operação Capim Dourado.

<sup>11</sup> Na operação Capim Dourado a equipe de comunicação percorreu 4.720 quilômetros no estado do Tocantins.

tas, através de dicas de pautas, histórias vividas nos dias de operação e desabafos pessoais, a equipe de comunicação precisa escolher entre abrir mão de conteúdos específicos e pausas na produção em função do conteúdo absorvido.

Geralmente o tempo de descanso é menor que o planejado, mas isso é refletido de acordo com cada planejamento da equipe<sup>12</sup>. Há expectativas e necessidades de produção na cobertura jornalística referentes a um evento de tamanha proporção. Então, é preciso exigir um empenho individual que talvez ainda não tenha sido experimentado durante a graduação para que se alcance novas experiências e resultados positivos.

Ainda sobre a preparação para a viagem, as publicações anteriores ao deslocamento para o Estado da Operação envolvem a produção de reportagens sobre a Operação em questão e sobre o Projeto Rondon de maneira geral, além da preparação de avisos de pauta e produção de *mailing list* dos meios de comunicação locais para divulgação dos trabalhos executados.

Durante a Operação, a produção deve contemplar do acontecimento mais geral ao acontecimento mais detalhado, pois “a história não deve apenas confortar; deve apresentar um desafio, e uma compreensão que ajude no sentido da mudança” (THOMPSON, 1992). Os leitores que aguardam a publicação de notícias devem ser munidos de informação sobre o que acontece no Estado e sobre as propostas de mudança que os rondonistas estão apresentando na Operação.

---

<sup>12</sup> A equipe de comunicação contou com o apoio logístico de um automóvel tipo Van do Exército para as viagens, que servia ou como ambiente de descanso ou como ambiente de produção e edição de conteúdo. Na base operacional, a média de horas dormindo se manteve em torno das 4h30 por noite.

## O resultado prático

Com textos publicados no site do Ministério da Defesa, enviados por e-mail para divulgação e publicados nos veículos de comunicação da UCB, a equipe de cobertura do Projeto Rondon ainda esteve concentrada nos dados coletados durante todo o semestre seguinte à viagem.

Poucos vídeos foram selecionados e devidamente decupados para uso posterior. Foram produzidos cinco vídeos e coletadas três entrevistas feitas pelos próprios rondonistas. Porém, como as entrevistas de vídeo foram gravadas em fita de vídeo, quase a totalidade das quinze horas de entrevistas captadas se perdeu. Os arquivos de áudio usados para produção de rádio serviram para a produção de 43 podcasts e foram publicados em redes sociais, enviados por e-mail aos meios de comunicação regionais de Tocantins e, posteriormente, arquivados com o rondonista responsável. Dentre os 3340 registros fotográficos arquivados, 155 foram publicados em site especializado, além de servirem para ilustração das reportagens publicadas no site e nos meios de comunicação da UCB.

Destaca-se, no processo de captação de histórias na cobertura jornalística, a necessidade de um planejamento para guarda de conteúdo e uso de informações coletadas. A interferência externa no desenvolvimento da reportagem é pequena, mesmo sabendo das implicações individuais de cada repórter. Porém, a informação absorvida em conversas informais pode se configurar em excesso de conteúdo quando a delimitação da reportagem está envolvida no procedimento padrão de cobertura, que envolve estritamente o efeito do trabalho e não a estrutura do evento. Assim, “a possibilidade de utilizar a história para finalidades sociais e pessoais construtivas desse tipo vem da natureza intrínseca da abordagem oral. Ela trata de vidas individuais – e todas as vidas são interessantes” (THOMPSON, 1992). Aqui,

portanto, considera-se mais importante usar o espaço de divulgação para contar boas histórias que para fazer denúncias, gerar confusão em relação aos benefícios do projeto, intriga política regional, entre outras.

### **Considerações finais**

A partir da leitura sistemática de partes da cobertura da Operação Capim Dourado, destaca-se o efeito produzido pelo trabalho da equipe de alunos que, mesmo longe do domicílio e com a necessidade de prestar um serviço profissional, conseguiu obter êxito no trabalho de extensão proposto. Nesse artigo, objetivou-se problematizar as escolhas na produção da pauta de textos escritos, além de destacar o apoio audiovisual na construção e no registro das histórias coletadas, tendo alcançado seu objetivo. Sendo um trabalho pioneiro de cobertura jornalística, a experiência obtida pelos alunos revalida a importância do serviço voluntário na aquisição de técnicas no desenvolvimento da profissão estudada durante a graduação.

À luz da reflexão pessoal e através de um olhar sistêmico sobre o trabalho realizado, tende-se a questionar a própria produção de notícias e as propostas que sucedem essa leitura, ao contemplar trechos iniciais das reportagens e problematizar as informações obtidas no campo. Portanto, o objetivo buscado abarca a motivação de repórteres, profissionais ou acadêmicos, na construção de argumentos que destaquem o ser humano. Descrever ambientes, institutos e mecanismos não deve ser prevalente às descrições humanas como a emoção, a característica pessoal e o impacto produzido pelo trabalho de extensão.

Após levantamento de informações sobre conteúdo produzido e arquivado, conclui-se que muito se perdeu em dados e detalhes digitais, porém muito se aprendeu em riqueza de formação e de oportunidades de construção de trabalho. Os alunos tiveram a oportunidade de ter contato com realidades diversas do cotidiano e com possibilidades alternativas ao padrão jornalístico aplicado de forma comum.

Pode-se dizer que uma grande marca do trabalho extensionista é a humanização do profissional, que chega ao local de trabalho de extensão focado na aplicação de conceitos teóricos, acreditando que pode auxiliar a comunidade escolhida com sua formação acadêmica, e se depara com a possibilidade de voltar para casa com sentidos e sentimentos transformados por meio do contato humano, seja por lágrimas, seja por afetividades que são compartilhadas com os munícipes e demais rondonistas nas Operações do Rondon.

Sugere-se, por fim, que a atividade de cobertura de trabalhos de extensão tenha inclinação às produções de histórias, orais e escritas, que envolvam o ser humano. Sugere-se ainda que se discuta uma política de guarda de materiais coletados nas diversas plataformas e que a privacidade das pessoas envolvidas no Projeto sejam preservadas. Não obstante à cobertura de ações e projetos, o jornalista deve ir a campo para ouvir pessoas e ver reações humanas para relatar em notícias. Dessa maneira, a transformação proposta pelo contato do trabalho de extensão universitária ganhará apelo individual, possibilitando novas leituras, através da empatia e da aproximação pessoal de cada história narrada por papéis ou imagens frias.



## Apêndice 1 – Reportagens<sup>13</sup>

Analisa-se a possibilidade de criação utilizada pelo repórter, pontuando erros e acertos que podem ser melhorados, porém, destacam-se os modos de tratamento na construção das reportagens, principalmente nos inícios de texto, em que se colocaria o tradicional *lead*. Nas reportagens citadas abaixo, cinco iniciam-se com aspas, nove com algum tipo de descrição e uma com pergunta. Estas foram publicadas no site do Ministério da defesa durante os trabalhos em campo. A grande reportagem “Fuga de Miranorte”<sup>14</sup> foi publicada posteriormente, com objetivo e foco diverso, para compor a segunda edição da Revista Jenipapo, eleita a melhor revista laboratório no ano de 2014, no Expocom<sup>15</sup>.

**a) A Jéssica brinca, se diverte, trabalha sério e alegra o ambiente**<sup>16</sup>: Sucesso na internet, rondonista descontraída alegra ambiente enquanto realiza trabalho sério em Barrolândia.

**b) Crianças marcam rondonistas em Itacajá**<sup>17</sup>.

**c) Dificuldades em Marianópolis do Tocantins não pararam trabalho**<sup>18</sup>: Com spots em carros de som e convites porta a porta, rondonistas driblam dificuldades em uma das cidades onde o calor mais castiga durante o dia.

---

<sup>13</sup> Não constam neste apêndice as matérias produzidas para os jornais da Universidade Católica, para distribuição em lista de divulgação, e para finalização da cobertura jornalística em campo.

<sup>14</sup> Revista Jenipapo 2; **Vermelho malagueta**: De baunilha a fetiches apimentados, de sexo envergonhado a escancarado. Fonte: <https://issuu.com/jenipapo/docs/jenipapoumber2>

<sup>15</sup> [http://www.portalintercom.org.br/uploads/files/Vencedores\\_Expocom\\_2014.pdf](http://www.portalintercom.org.br/uploads/files/Vencedores_Expocom_2014.pdf)

<sup>16</sup> <http://projetorondon.pagina-oficial.com/portal/index/noticia/id/62058/area/A/module/default>

<sup>17</sup> <http://projetorondon.pagina-oficial.com/portal/index/noticia/id/62139/area/A/module/default>

<sup>18</sup> <http://projetorondon.pagina-oficial.com/portal/index/noticia/id/62027/area/A/module/default>

**d) Disparos de 50 mm captam congraçamento**<sup>19</sup>: Fotografo explica técnica usada para produzir grande imagem.

**e) Dona Maria, orai por nós, rondonistas de Itapiratins**<sup>20</sup>: Moradora pede a Deus todos os dias para aprender mais em oficinas do Projeto Rondon.

**f) Emoção no Projeto Rondon decola no aeroporto**.<sup>21</sup>

**g) Esposa não saiu da cabeça de rondonista**<sup>22</sup>: Em Colinas do Tocantins, foto de esposa no interior do chapéu ajudou a matar a saudade da esposa, grávida de sete meses.

**h) Gaúchos e sul-mato-grossenses integrados em Miranorte**<sup>23</sup>: Rondonistas trabalham entrosados como um time de futebol, desenvolvendo ações culturais, sociais e na área de saúde.

**i) Não me leve ao pé da letra, essa história não tem pé nem cabeça**<sup>24</sup>: Música do grupo Palavra Cantada movimentou rondonistas em Aparecida do Rio Negro.

**j) Madalena sacrificou a lua-de-mel para participar do Rondon**<sup>25</sup>: Relacionamento que teve início na internet hoje é um matrimônio concretizado.

---

<sup>19</sup> <http://projetorondon.pagina-oficial.com/portal/index/noticia/id/60947/area/A/page/5/module/default>

<sup>20</sup> <http://projetorondon.pagina-oficial.com/portal/index/noticia/id/62050/area/A/module/default>

<sup>21</sup> <http://projetorondon.pagina-oficial.com/portal/index/noticia/id/60084/module/default>

<sup>22</sup> <http://projetorondon.pagina-oficial.com/portal/index/noticia/id/62054/area/A/module/default>

<sup>23</sup> <http://projetorondon.pagina-oficial.com/portal/index/noticia/id/61538/area/A/page/3/module/default>

<sup>24</sup> <http://projetorondon.pagina-oficial.com/portal/index/noticia/id/61539/area/A/page/3/module/default>

<sup>25</sup> <http://projetorondon.pagina-oficial.com/portal/index/noticia/id/62052/area/A/module/default>

**k) Oficinas abordam reciclagem de equipamentos**

**elétricos**<sup>26</sup>: Na hora H o equipamento falhou, mas no lugar certo: Aparecida do Rio Negro, cidade onde a UF-TPR planta a semente da cultura da manutenção.

**l) Prefeito de Miranorte é ex-rondonista**<sup>27</sup>: As experiências vividas há cerca de 30 anos ainda emocionam o prefeito de Miranorte.

**m) Professor e aluna discursam em nome de**

**colegas**<sup>28</sup>: Discursos de rondonistas enfatizam responsabilidade social de participantes da Operação Capim Dourado.

**n) Quem ainda não conhece Roberto Brasil?**<sup>29</sup>:

Com um CD gravado, o trabalhador rural Roberto Brasil, morador de Marianópolis-TO, deixa rondonista convicta sobre as histórias que quer contar como jornalista.

**o) Recepção a rondonistas envolve todo o Batalhão Tocantins**<sup>30</sup>.

**p) Tocantínia inova com ação de “rondonistas**

**municipais**”<sup>31</sup>: Universitários da cidade também são voluntários na Operação Capim Dourado desenvolvida no município.

---

<sup>26</sup> <http://projetorondon.pagina-oficial.com/portal/index/noticia/id/61422/area/A/page/2/module/default>

<sup>27</sup> <http://projetorondon.pagina-oficial.com/portal/index/noticia/id/61074/area/A/page/5/module/default>

<sup>28</sup> <http://projetorondon.pagina-oficial.com/portal/index/noticia/id/60986/area/A/page/5/module/default>

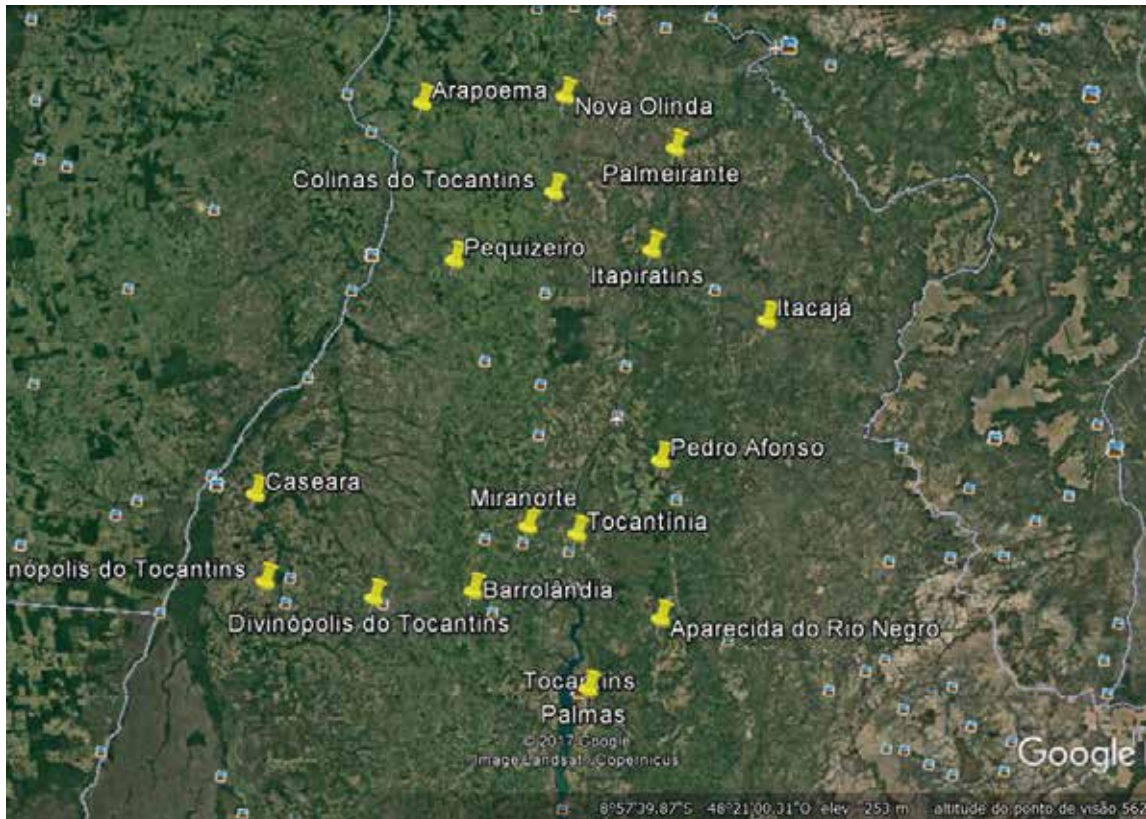
<sup>29</sup> <http://projetorondon.pagina-oficial.com/portal/index/noticia/id/62047/area/A/module/default>

<sup>30</sup> <http://projetorondon.pagina-oficial.com/portal/index/noticia/id/60926/area/A/page/5/module/default>

<sup>31</sup> <http://projetorondon.pagina-oficial.com/portal/index/noticia/id/61221/area/A/page/4/module/default>

## Apêndice 2 – Imagens

### a) Infográfico<sup>32</sup>



**Figura 1-** Mapa com indicação de municípios visitados do estado de Tocantins: destaque para as cidades percorridas na Operação Capim Dourado.

A base operacional da equipe de comunicação ficou situada no 22º Batalhão de Infantaria do Exército, em Palmas-TO. O trajeto percorrido pela equipe foi realizado por um automóvel “Van” oficial do Exército, mediante condução e escolta de militares. A equipe visitou todos os municípios que aderiram às ações da Operação Capim Dourado, além de realizar a cobertura de todas as atividades de abertura e encerramento, que ocorreram na capital do estado que sediou as ações da Operação.

---

<sup>32</sup> Imagem obtida da internet, com informações manipuladas para criação de mapa interativo da Operação:  
Por Everton Lagares

## b) Fotos<sup>33</sup>



Equipe de comunicação: aeroporto de Brasília<sup>34</sup>



Envolvidos na Operação Capim Dourado<sup>35</sup>



Foto panorâmica registrada na formatura de acolhimento no 22º Batalhão de Infantaria<sup>36</sup>



Ação cultura para crianças<sup>37</sup>



Oficina de dança para crianças<sup>38</sup>

<sup>33</sup> Fotos: Leandro Lacerda, publicitário e integrante da equipe de comunicação da UCB. Os registros fotográficos serviram de ilustração em reportagens veiculadas em sites, revistas acadêmicas e algumas foram publicadas nas redes sociais. <https://www.flickr.com/photos/operacaocapimdourado/>

<sup>34</sup> Da esquerda para direita, ao fundo: Cabo Lucena, Sargento Ulisses, Everton Lagares, Junior Assis e Lunde Braghini; à frente, em pé: Raiane Samara, Ana Paula Pires – representante do Ministério da Defesa, Michelle Brito e rondonista; agachado, Leandro Lacerda: imagem registrada com timer da câmera, sendo de autoria do próprio fotógrafo. Fonte: <https://www.flickr.com/photos/operacaocapimdourado/7587506338/in/photostream/>

<sup>35</sup> <https://www.flickr.com/photos/operacaocapimdourado/7587501836/>

<sup>36</sup> <https://www.flickr.com/photos/operacaocapimdourado/7603260668/>

<sup>37</sup> <https://www.flickr.com/photos/operacaocapimdourado/7603260668/>

<sup>38</sup> <https://www.flickr.com/photos/operacaocapimdourado/7688298896/in/photostream/>



Seção de cinema<sup>39</sup>



Munícipe participa de oficina<sup>40</sup>



Equipe de comunicação visita município que aprendeu Libras em curso intensivo no Rondon<sup>41</sup>



Trabalho de campo<sup>42</sup>



Trabalho de campo<sup>43</sup>

---

<sup>39</sup> <https://www.flickr.com/photos/operacaocapimdourado/7636350222/>

<sup>40</sup> <https://www.flickr.com/photos/operacaocapimdourado/7688298196/in/photostream/>

<sup>41</sup> <https://www.flickr.com/photos/operacaocapimdourado/7636349366/>

<sup>42</sup> <https://www.flickr.com/photos/operacaocapimdourado/7619391198/>

<sup>43</sup> <https://www.flickr.com/photos/operacaocapimdourado/7619389632/>



Espaço usado para oficinas<sup>44</sup>



Rondonista assina certificados de participação<sup>45</sup>

<sup>44</sup> <https://www.flickr.com/photos/operacaocapimdourado/7603261404/>

<sup>45</sup> <https://www.flickr.com/photos/operacaocapimdourado/7688297478/>

## Referências

BARBEIRO, Heródoto. **Mídia Training: Como usar a Mídia a seu favor** – 2ª Ed. São Paulo. Editora Saraiva, 2011.

CASTRO, Alexandre. **Redação jornalística de bico** - Alexandre Castro. – Curitiba: Ed. Universitária Champagnat; São Paulo: IBRASA, 1991.

GIVON, Talmy. 2001. **Syntax: an Introduction**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company v.2.

QUADROS, Claudia Irene de. **Jornalismo público, rádio e internet: uma combinação possível?** In: Comunicação e Espaço Público, Ano VIII, volume 5, no 1, 2005.

SQUARISI, Dad. **Manual de Redação e estilo para mídias convergentes**: Dad Squarisi. São Paulo: Geração editorial, 2011.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: História Oral**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1992. 2ª edição.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Portugal: Editorial Presença, 1999.

# EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO VALE DO ARAGUAIA: CONTEXTUALIZANDO A EXPERIÊNCIA DO *CAMPUS* AVANÇADO DA UNB ENTRE 1976 E 1978

José Silva Quintas<sup>1</sup>

## RESUMO

Este trabalho apresenta uma experiência de Extensão Universitária realizada no Vale do Médio Araguaia pela Universidade de Brasília (UnB), por meio do seu *Campus* Avançado, à época, dirigido pelo autor. O texto contextualiza a prática do *Campus* Avançado (1976 a 1978) em um momento histórico de grande repressão política nas Universidades – particularmente feroz no caso da UnB, cuja atuação dependeu do financiamento de órgãos do Governo Federal como o Projeto Rondon, da SUDECO e do apoio institucional e material das Prefeituras e governos estaduais da região.

**Palavras-chave:** Ditadura Militar; Universidade de Brasília; Extensão Universitária; *Campus* Avançado da UnB no Médio Araguaia; Projeto Rondon.

## ABSTRACT

This manuscript represents an experience regarding university extension program carried out in the Vale do Médio Araguaia by Brasilia University – UnB, headed by this author in that time. The text contextualizes the practices in the advanced *campus* (1976 to 1978) in an important historical moment about military dictatorship in the universities and particularly in UnB case, which the performance was dependent of federal government budget such as Rondon Project (from SUDECO) and material/institutional support of town hall and state government.

**Keywords:** Military dictatorship; Brasilia University; University extension; Advanced Médio Araguaia *Campus* of UnB; Rondon Project.

---

<sup>1</sup> Professor do Centro Integrado de Ensino Médio (1969/1970), Departamento de Física da Universidade de Brasília (1971/1979) e Diretor do seu *Campus* Avançado no Médio Araguaia (1975/1978). Educador e Analista Ambiental aposentado, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

## Introdução

Ao receber o convite da Coordenação do Núcleo do Projeto Rondon do Decanato de Extensão da UnB para escrever um relato sobre a experiência que vivenciei, entre 1976 e 1978, como Diretor do *Campus* Avançado da UnB no Médio Araguaia, várias inquietações vieram a minha cabeça. Ainda existirão elementos daquela prática, capazes de provocar reflexões válidas para a prática da Extensão Universitária no presente?

Sobre uma experiência vivenciada há 40 anos, em tempos da Guerra Fria, no contexto de uma Reitoria altamente articulada com o Estado policial-militar à época em vigor (CATMV - UnB, 2015), que interferia em todas as esferas da vida social, há ainda algo a ser dito, que contribua para processos educativos no presente?

Será que há o que dizer, ou aquela experiência já está *caduca* como dizia o povo da Bahia nos tempos da minha juventude? Em outras palavras: num momento histórico em que um Brasil regido pela Constituição de 1988 toma o lugar de um Brasil sob a Ditadura Militar e nele, uma Universidade Pública vigiada é substituída por uma democratizada, terá algum sentido um relato desta natureza? E, ainda, num momento em que uma nova ordem internacional, fundamentada na globalização neoliberal, impõe cada vez mais a sua hegemonia aos modos e meios de vida das pessoas no Planeta, em lugar da velha ordem da Guerra Fria, há o que aprender nesta curta experiência, que sirva para alguma coisa? Ou sendo uma experiência referenciada num momento histórico singular, com uma nova ordem internacional e nacional em curso, que sofrem mudanças expressivas, poderia trazer alguma contribuição significativa para práticas da Universidade no presente? Já que é disto que deve tratar a Extensão Universitária, conforme Roberto Gurgel Mauro (GURGEL [s/d]).

E, ainda, com as reminiscências, necessariamente fragmentadas e sem as informações dos arquivos do Grupo Tarefa Universitário (GTU), responsável pelas articulações no âmbito e fora da UnB e do planejamento das atividades do *Campus* Avançado e do próprio Campus haverá condições para construção de uma narrativa, que não se resume ao “chover no molhado” e possa contribuir com a prática daqueles que acreditam e lutam para aproximar, cada vez mais, a Universidade brasileira da nossa realidade?

No momento em que estou dando os primeiros passos para elaborar este texto, minha convicção é de que, ainda, não tenho respostas para estas indagações. Quem tiver disposição e paciência para ir até o fim deste artigo e do próximo poderá avaliar.

Ao tentar situar a experiência em um contexto histórico mais abrangente, o artigo original ficou bastante extenso para ser publicado como único. Moveu-me a vontade de proporcionar ao leitor, principalmente aqueles que eram muitos jovens ou ainda ou não tinham nascido, a oportunidade de se informar e refletir sobre um momento histórico onde um sonho se transformou em tragédia, para todos aqueles que lutavam por um Brasil mais justo e democrático. E acreditando que o sentido do ato de refletir deve estar associado ao de agir, o texto é também, um convite à ação.

Como se trata de uma experiência datada, antes de qualquer movimento é necessário um exame, ainda que rápido, da realidade da época, que na prática definia as necessidades e possibilidades de sua realização. Realidade, onde as necessidades eram imensas e as possibilidades restritas. Paraphraseando Marx no “18 de Brumário de Luiz Bonaparte” (MARX, 1852/2011) os professores, alunos e funcionários envolvidos com a experiência do *Campus* estavam fazendo a sua própria história porém, não nas circunstâncias por eles escolhidas, mas nas circunstâncias impostas pelo regime militar.



Entretanto, para quem acredita “que outro mundo (melhor que o atual) é possível”, como defende o Fórum Social Mundial<sup>2</sup>, a circunstância adversa do presente deve ser o ponto de partida. Daí a necessidade de nova utopia, que não deve ser entendida como o sonho irrealizável, mas, como afirma Boaventura Souza Santos, “a exploração de novas possibilidades e vontades humanas, por via da oposição da imaginação à necessidade do que existe, só porque existe, em nome de algo radicalmente que a humanidade tem direito de desejar e por que merece lutar” (SANTOS, 1996, p. 323).

Afinal, pelo que se sabe, das que habitam neste planeta, a espécie humana é a única que inventa e reinventa sua existência ao longo da sua história. Ao se relacionar com a natureza – da qual se afastou em algum momento do processo histórico – e entre si, transforma a natureza a realidade e também se transforma produzindo cultura. Assim, os humanos criam arte ciência e técnica e por meio delas, meios de libertar e escravizar, de mitigar o sofrimento e torturar, curar e fazer adoecer, construir e destruir, cultivar e destruir a beleza e outros no decorrer da sua história.

### **UnB e Projeto Rondon em tempos incertos**

O Projeto Rondon nasce num momento de grande tensão entre a comunidade acadêmica e a Ditadura Militar implantada pelo golpe civil-militar de 1964, que, desde sua preparação, foi fortemente apoiado pelo Governo Norte-Americano, como mostra o documentário “O dia que durou 21 anos” (TAVARES, 2012).

---

<sup>2</sup> Conforme o seu site: “Nascido em 2001 no Brasil, o Fórum Social Mundial (FSM) é o maior encontro da sociedade civil para encontrar soluções para os problemas do nosso tempo, a construção de alternativas concretas ao modelo econômico neoliberal e com base em políticas de exploração seres humanos e natureza”. Disponível em <https://fsm2016.org/sinformer/>. Acesso em 20/07/2016

O contencioso entre o movimento estudantil brasileiro e o novo regime se estabeleceu desde os primeiros dias do golpe de 1964, quando vários atos violentos foram praticados pela Ditadura Militar contra a comunidade estudantil do País.

Para Lerner, “com o golpe tornou-se evidente a perseguição e a repressão aos estudantes universitários, sendo esta categoria considerada uma das mais perseguidas durante o regime ficando atrás dos militares que se opuseram ao golpe e dos sindicalistas. Com estes últimos a UNE mantinha estreitas relações. Como consequência, os estudantes passaram a ser associados pelo regime como inimigos da Segurança Nacional e, como tal precisavam ser contidos em seus interesses e mobilizações para não ameaçar a ordem e o desenvolvimento do país” (LERNER, 2013, p. 46).

Com base nesta racionalidade é possível entender a postura ambivalente do Governo Militar de reprimir duramente o movimento estudantil e ao mesmo tempo se aproximar dos estudantes, via Projeto Rondon.

Uma das consequências da participação do Governo dos Estados Unidos na preparação do golpe Civil-Militar foi a profunda influência americana nos rumos da reforma universitária, instituída pelo Governo Militar em 1968, cuja diretriz central era “economia de recursos e sua [do ensino superior] maior produtividade”, como esclarece Otaíza Romanelli (ROMANELLI, 1984; p. 216).

Imediatamente, após o golpe, a repressão política e ideológica atingiu duramente todos aqueles que defendiam as chamadas reformas de base. Uma agenda que contemplava “as reformas bancária, fiscal, urbana, administrativa, agrária e universitária”.

Propunha a ampliação dos direitos políticos pela extensão do “direito de voto aos analfabetos e às

patentes subalternas das forças armadas, como marinheiros e os sargentos, e defendia-se medidas nacionalistas prevendo uma intervenção mais ampla do Estado na vida econômica e um maior controle dos investimentos estrangeiros no país, mediante a regulamentação das remessas de lucros para o exterior” (FERREIRA, s/d).

Políticos artistas, intelectuais, professores, estudantes, militares, trabalhadores da cidade e do campo e suas organizações que defendiam as reformas de base foram perseguidos ao extremo. Segundo Jacob Gorender (1987, p.70), “os vencedores [do golpe] não perderam tempo no desmantelamento da rede de organizações em que se apoiava a FMP<sup>3</sup>. Centenas de sindicatos caíram sob intervenção, as Ligas Camponesas<sup>4</sup> foram dispersadas e as chamas de um incêndio televisado queimaram a sede da UNE [União Nacional dos Estudantes], na Praia do Flamengo [Rio de Janeiro]. Cassações de direitos políticos, iniciadas com o primeiro Ato Institucional, inquéritos policial-militar e processos administrativos expurgaram das Forças Armadas e do serviço público civil mais de dez mil pessoas. Não havia lugar para os milhares de presos e foi preciso encarcerar uma parte deles em navios-presídios no Rio e em Santos. Torturas e assassinatos deram início ao terrorismo de Estado”.

<sup>3</sup> Frente de Mobilização Popular - fundada em 1962, para lutar pelas reformas de base (agrária, urbana, tributária, bancária e constitucional e universitária ) reunia organizações sindicais, estudantis, femininas, camponesas membros do Congresso Nacional e do Partido Comunista Brasileiro (PCB).Ver As frentes partidárias durante o governo Goulart. CPDOC - FGV- disponível em [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As\\_frentes\\_partidarias\\_durante\\_o\\_governo\\_Goulart](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As_frentes_partidarias_durante_o_governo_Goulart). Acesso em 7/06/2016

<sup>4</sup> Organização fundada em 1955 por trabalhadores rurais sem terra (foreiros, meeiros, arrendatários) e pequenos proprietários que praticavam a agricultura de subsistência. A partir do I Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, realizado em Belo Horizonte em novembro de 1961 passa a lutar pela Reforma Agrária. Ver História das Ligas Camponesas. Memorial das Ligas Camponesas - disponível em [http://www.ligascamponesas.org.br/?page\\_id=99](http://www.ligascamponesas.org.br/?page_id=99). Acesso em 7/06/2016.

O Jornal do Brasil, veículo a época de circulação nacional e hoje apenas em versão digital, assim se referiu ao incêndio da sede UNE:

“No dia 1º de abril de 1964, o golpe militar mostrou, instantaneamente, a sua disposição com os estudantes. Destituído o governo legal, a UNE foi invadida, saqueada e queimada num paroxismo de ódio que escapa ao terreno puramente político para cair na esfera psiquiátrica. A ditadura, impondo ao país um curso de desenvolvimento em que todos os aspectos da vida nacional se subordinam aos interesses de outra nação (cf. Ministro Juraci Magalhães, o que é bom para os Estados Unidos, é bom para o Brasil), não poderia deixar de ter seu pensamento quanto à universidade e ao Estudantado” (Jornal do Brasil, 06/11/1966. Apud POERNER, 1979, p. 219, apud Sanfelice, 2015, p.132).

Uma Lei específica, a 4464 de 9 de novembro de 1964 (BRASIL, 1964), chamada Lei Suplicy (Ministro da Educação Flávio Suplicy de Lacerda), criava o Diretório Nacional de Estudantes (DNE) em lugar da UNE, regulamentava as demais instâncias de representação estudantil e proibia expressamente “aos órgãos representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares” (Art. 14). Estabeleceu a eleição direta e o voto obrigatório para os Diretórios Acadêmicos e eleição indireta para os Diretórios Centrais de Estudantes. Considerava falta grave se Reitores, Diretores de Faculdades ou de Escola, “por atos, omissão ou tolerância, permitirem ou favorecerem o não cumprimento desta Lei” (Art. 17), tornando estes dirigentes verdadeiros “capitães do mato”.

Mesmo assim, o movimento estudantil não foi desmobilizado, em um plebiscito, a maioria dos es-

tudantes rejeitou a Lei e, em julho de 1965, a UNE realizou seu XXVII Congresso Nacional, na Escola Politécnica de São Paulo, quando “prevaleceram as teses de reorganização e mobilização do movimento” (SANFELICE, 2015, op.cit. p. 134/135).

Já no contexto da assistência técnica do Governo dos Estados Unidos, o regime militar continua a ofensiva contra o movimento estudantil, revogando a Lei Suplicy e baixando o Decreto-Lei 228 em 28 de fevereiro de 1967 (BRASIL, 1967). Mantém os dispositivos repressivos da Lei 4464/64, porém, reduz a representação estudantil ao plano de estabelecimento de ensino (DA) e de universidade (DCE) [Artigo 2º], extingue os Diretórios Nacional e Estadual dos Estudantes (DNE e DEE).

Em 13 de dezembro 1968, o Governo Militar fechou o Congresso Nacional e decretou o AI-5 (BRASIL, 1968) que, entre outras providências, proibia e criminalizava manifestações e atividades políticas, suspendia a garantia de habeas corpus para crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular, que só foi revogado em 1978. O desdobramento do AI-5 na área educacional foi o Decreto-Lei (DL) 477/69. Este DL impunha punições severas a “professores, alunos, funcionários e empregados de estabelecimento de ensino público ou particular” por práticas catalogadas em seu texto como infrações disciplinares.

Nesta categoria, o Decreto Lei tipificava atividades como “atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dele participe”; uso de “dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública” (BRASIL, 1969). Também determinava que o dirigente da instituição de ensino (Reitor, Diretor de Faculdade, Diretor de Estabelecimento de Ensino Médio, etc.) instaurasse processo sumário de apuração da

autoria das infrações, a ser realizado por trabalhador da área técnico-administrativa, e “concluído no prazo improrrogável de vinte dias”. Havendo suspeita de crime, o dirigente do estabelecimento de ensino deveria providenciar “desde logo, a instauração do inquérito policial”<sup>5</sup>. Se considerado culpado pelo dirigente, a pena do aluno seria o desligamento e a proibição de matricular-se em outra instituição durante três anos. No caso de professores e demais trabalhadores, a pena seria demissão e proibição de trabalhar em qualquer estabelecimento de ensino durante cinco anos. Assim, as instituições de ensino do país foram transformadas em Delegacias Policiais e Tribunais de Exceção.

Com o AI-5 e DL 477, a repressão chegou ao ponto máximo, desde a realização do Golpe Civil-Militar de 1964. Prisões arbitrárias, sequestro, tortura, morte e desaparecimento de opositores do regime passaram a ser constantes. Neste quadro, o movimento estudantil refluíu e somente voltou a se rearticular a partir de 1976. Em maio de 1979, realizou-se XXXI Congresso da UNE em Salvador (BA), com a participação de 10 mil estudantes de vários estados, que aprovou a convocação das eleições para escolha da Diretoria da UNE: foi evento da sua reconstrução. Finalmente, em outubro a eleição foi realizada e Diretoria eleita (Site MEMÓRIAS DA DITADURA [s/d]).

Na UnB, a Ditadura instalou um clima de terror e perseguições. Tratada como inimiga do novo regime, foi imediatamente objeto de uma ação militar de grande envergadura em 9 de abril de 1964, com prisões arbitrárias de professores e alunos. Ação repetida nos anos de 1965, 1967, 1968 e 1977, com prisões indo até 1984, época das mobilizações da sociedade civil no País, pelas eleições diretas para Presidente da República (CATMV - UnB, 2015, op. cit.).

Certamente, a coerência do projeto político-peda-

<sup>5</sup> ibidem

gógico da UnB com o Projeto de Desenvolvimento, que se constituía a partir das lutas pelas reformas estruturais, seja a chave para a compreensão da violência sem limites que a Universidade sofreu durante o regime militar. Para Helena Bomeny, “desde o momento fundador, prevaleceu a ideia de que a Universidade estaria conectada com o projeto maior de desenvolvimento nacional, em suas dimensões políticas, técnicas, intelectuais, científicas e artísticas [...] ela veio no escopo de uma reinvenção do país” (BOMENY, 2006).

Significava que a UnB nascia como elemento estratégico deste Projeto. Portador de forte conteúdo emancipatório, conforme indicava a agenda de reformas estruturais do Governo João Goulart, este Projeto foi tachado à época de esquerdizante pela oligarquia conservadora, que combatia o governo e as reformas. A mesma que participou das articulações e forneceu apoio político e material para realização do golpe civil-militar.

De acordo com o relatório da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da Universidade de Brasília, em vários documentos dos órgãos de informação, “a Universidade de Brasília era vista com suspeição por altos escalões da ditadura” (CATMV- UnB, 2015, op.cit. p. 83). Em um histórico sobre a UnB, constante do documento “Processo sobre a fundação Universidade de Brasília. Ocorrências de 29 de agosto de 1968”, arquivado na Agência Central do Serviço Nacional de Informações (SNI), há o seguinte comentário sobre a UnB: “fundada em 1961 por seu idealizador e primeiro reitor Darcy Ribeiro, a UnB teria recebido sua orientação até 1964, o que teria impresso na universidade um ‘sentido esquerdista’”. Também, no “documento, a UnB é tratada como foco de resistência política, inclusive com a afirmação de que havia no *campus*, à época do golpe, ‘mobilização de luta armada’”.<sup>6</sup> Sobre a invasão de 9 de abril de 1964, o histórico registra que “a importância

<sup>6</sup> Ibidem, p. 83

e a seriedade do problema criado levaram, após a Revolução, à ocupação do *campus* (a primeira pelos órgãos de manutenção da ordem) por contingentes do Exército, inclusive preparados para a ação em força contra como o que se estimou como baluarte comuno-janguista de Brasília” (SNI, [s/d], p. 8, apud CATMV - UnB, 2015, op.cit. p. 83).

Segundo o Professor Perseu Abramo, “a Universidade foi cercada, invadida e ocupada por cerca de 900 homens: 750 da Polícia Militar de Minas e 150 da Polícia Política da Capital Federal. [...] Acompanhavam as tropas carros-prisão, aparelhamento completo de rádio de campanha, com receptores e transmissores; a maior parte dos soldados estava armada de fuzis com baionetas caladas; havia numerosos armados com metralhadoras portáteis; havia, visíveis, algumas metralhadoras pesadas de tripé; os agentes da Polícia Política estavam visivelmente armados com revólveres” (ABRAMO, apud CATMV - UnB, 2015, p. 66).

No texto de apresentação do seu Relatório Final, a Comissão antecipa que: “É possível sintetizar algumas das conclusões alcançadas pela Comissão, que são detalhadas e analisadas com profundidade ao longo do Relatório. Entre elas estão: a existência de mecanismos de espionagem das atividades de docentes e discentes da UnB, o controle ideológico exercido no ato de contratação de professores e admissão de alunos, a severa perseguição realizada contra movimentos estudantis e de professores, a existência de um arquivo político, no âmbito do Batalhão da Guarda Presidencial, destinado a registrar atos de espionagem e investigação na UnB e uma evidente conexão entre repressão militar-policial e a censura a costumes e práticas imputadas aos estudantes e professores.”

“Os depoimentos colhidos reiteram a prática sistemática de crimes contra a humanidade como tortura e desaparecimento. Além disso, as prisões promovi-

das pelo regime, de forma ampla, arbitrária e indiscriminada, são mencionadas, de forma enfática, na expressiva maioria dos relatos prestados por testemunhas. São igualmente referidos atos de resistência à repressão, como a realização de passeatas, assembleias, manifestações, impressão de textos contrários ao regime e outros. Ficou também registrada a existência de uma atmosfera carregada de medo, produto das ações do aparelho repressivo. Ao mesmo tempo, fica clara, pelo exame dos documentos e depoimentos, a construção de mecanismos de solidariedade entre os atingidos pela repressão, traduzidos numa convivência voltada à realização de uma luta comum e de afirmação da democracia<sup>7</sup>”.

Para a Comissão, também “é fato que, desde o início do regime ditatorial, uma parte da comunidade acadêmica se retraiu, temerosa, omitindo-se, ou mesmo colaborou, integrando a estrutura de poder da ditadura. Não menos verdade, porém, é o fato de que outra parte a ela se opôs, de diversas maneiras, numa luta de resistência a esse estado de coisas. Alguns buscaram vias de transformação revolucionária da sociedade, outros lutaram nos marcos institucionais do regime ou em suas frestas, pelo retorno das liberdades democráticas e do Estado de direito. O modo, o ritmo, a intensidade, a dimensão e o sentido de tal oposição variaram inclusive conforme a conjuntura política mais geral, embora tenham, quase sempre, assumido uma forma ativa, mesmo nos momentos de maior violência da repressão política<sup>8</sup>”.

É pela vertente dos arranjos institucionais engendradas pelo regime militar, trabalhando na tensão entre limites impostos e possibilidades existentes, que alunos, professores e servidores da Universidade buscaram implementar práticas de ensino, pesquisa e extensão, que mantivessem em alguma medida a lealdade aos fundamentos que motivaram a sua

criação. Fazer isto era uma forma de resistência ao processo de desfiguração do Projeto de criação da UnB, implementado pela Reitoria. É o caso da experiência do *Campus* Avançado da UnB no Médio Araguaia (CAUnB). Em torno dele se agruparam professores e alunos de várias matrizes político-ideológicas, que não concordavam com a Ditadura Militar nem com os rumos e a violência que o Governo imprimia na UnB.

Os Campi Avançados nascem por iniciativa do Projeto Rondon, em 1969, com o objetivo manter a atuação das Universidades durante todo o ano em determinada região, a partir de uma infraestrutura física e organizacional implantada na localidade. O arranjo institucional básico era um convênio, entre uma ou mais Instituições de Ensino Superior (IES) isoladas e/ou Universidades com o Projeto Rondon, Superintendência de Desenvolvimento Regional com atuação na área, Governo Estadual, Prefeituras, que definia as obrigações das partes. Houve casos que foram envolvidos outros órgãos Federais e que atuavam na área e a Prelazia (Igreja Católica). As IES definiam a Programação do *Campus*, seleção e preparação das equipes em função das demandas locais, a designação do Grupo de Trabalho Universitário (GTU), de um dos seus professores como Diretor e de um funcionário como Administrador.

Ao GTU, coordenado por um professor e integrado por representantes de vários Departamentos, cabia apoiar os trabalhos do *Campus* articulando a participação dos departamentos na sua programação. O Rondon proporcionava os meios materiais e financeiro para o funcionamento do *Campus* e a articulação político institucional com os órgãos Federais, Estaduais e as Prefeituras (principalmente fase de implantação) para inserir as atividades do *Campus* no contexto das Políticas Públicas dos três níveis de Governo (MEC/CRUB/MINTER, 1980, p. 19/21).

De acordo com o Tenente Coronel Mauro Costa Ro-

---

<sup>7</sup> Ibidem.p.15

<sup>8</sup> Ibidem,p. 57/58

drigues, Coordenador do Projeto Rondon, desde sua implantação, em 1967 até 1970, e que implantou os três primeiros Campi Avançados (Roraima, Parintins e Tefé em 1969):

“naquele momento, buscávamos, principalmente, forçar o processo de envolvimento da Universidade como um todo e como instituição, no Projeto Rondon, pois, até então, tínhamos apenas a participação dos universitários e alguns professores voluntários. Queríamos que o Projeto Rondon deixasse de ser visto como um mero programa para férias escolares, tal como o consideravam muitas universidades, para vê-lo integrado como parte dos programas de extensão de seus currículos acadêmicos. Imaginávamos os campi avançados, pela qualificação dos recursos humanos neles envolvidos, inicialmente, como polos de atração das comunidades ao seu redor, para posteriormente, se transformarem em polos de irradiação do desenvolvimento comunitário (MOTTA & SILVA, 2006, T1 p.131)”.

O Projeto Rondon é instituído pelo Governo Militar em 1967, no momento em que é fortemente contestado pelo movimento estudantil. A ideia de sua criação surge no contexto do Seminário Educação e Segurança Nacional, realizado na (ECEME)<sup>9</sup>, no período de 16/10/1966 a 11/11/1966, sob o patrocínio do Departamento Cultural (DECULT) da atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), à época, Universidade do Estado da Guanabara (UEG)<sup>10</sup>.

Além de professores universitários com ligações

<sup>9</sup> Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, cuja “[...] missão é a de preparar oficiais superiores para o exercício de funções de Estado-Maior, Comando, Chefia, Direção e de Assessoramento aos mais elevados escalões da Força Terrestre[...]” Disponível em <http://www.eceme.ensino.eb.br/eceme/insti> Acesso em 24/06/1916

<sup>10</sup> Ver <http://www.uerj.br/institucional/> Acesso em 24/06/6016

com a ECEME e instrutores desta Escola, também participaram do Seminário representantes de órgãos como Conselho de Segurança Nacional, Ministérios da Educação e Cultura, da Marinha, Exército, Aeronáutica, Relações Exteriores, do Governo do então Estado da Guanabara e de Universidades como PU-C-Rio e UFRJ (UEG, Programa do Seminário, 1966, apud Lerner, op. cit., 2013, p. 150).

O Seminário, dirigido pelo Diretor do DECULT e Professor da UERJ, Wilson Choeri, teve como objetivo “intensificar o intercâmbio entre as Universidades e os órgãos educacionais das Forças Armadas, pretendendo estimular e desenvolver a consciência de que os problemas de Educação e Segurança Nacional têm caráter global e integrado” (Boletim UEG, outubro 1966, p. 7 apud LERNER, op. cit., 2013, p. 150).

O evento abordou cinco eixos, que foram trabalhados em cinco comissões temáticas. Cada uma discutiu uma problemática previamente estabelecida e produziu um relatório com recomendações, que foram apresentadas ao plenário do Seminário e, posteriormente, enviado ao Governo e às Universidades participantes (Boletim UEG novembro 1966, p.14-15; UEG, Programa do Seminário, 1966, apud LERNER, op. cit., 2013, p. 151).

No relatório da Comissão responsável pelo tema “principais setores e formas de contribuição da Universidade para a Segurança Nacional”, o texto salienta a relevância da integração nacional para configuração de uma nação com capacidade de “escolher seus próprios caminhos, enfatiza o papel da Universidade para a promoção do desenvolvimento e da segurança nacionais e chama atenção para aproximar a juventude da realidade nacional” (LERNER, op. cit., 2013 p. 152).

O relatório, alinhando-se com a Doutrina de Segurança Nacional vigente, qualificou “o alcance da integração nacional, como um dos objetivos nacionais

permanentes que deveriam ser perseguidos para superação dos obstáculos à segurança nacional, à formação de uma consciência nacional e ao desenvolvimento econômico do Brasil”<sup>11</sup>.

Nos depoimentos dos pioneiros que protagonizaram a criação e a consolidação institucional do Projeto Rondon (MOTTA & SILVA, 2006, T1 op. cit.) e também em discursos da cúpula do regime transparece a convicção de que os estudantes eram uma espécie de “rebeldes com causa errada”, que necessitavam de uma causa correta para se engajarem. Transparece uma profunda preocupação com aqueles que seriam a futura “elite dirigente” do País.

Para eles era necessário o governo proporcionar à juventude outra perspectiva, oposta à defendida na época do Governo João Goulart, para solucionar os problemas da pobreza, miséria, desigualdade social, abandono das populações do interior da Amazônia, do Nordeste, do Centro-Oeste, dos chamados “bolsoes de pobreza”, como os Vale da Ribeira/SP e do Jequitinhonha/MG e as desigualdades regionais. Daí a necessidade de um Projeto Nacional de Desenvolvimento envolvendo a participação das Universidades, que integrasse os vários “Brasis” sem deixar que a subversão se aproveitasse da insatisfação da juventude universitária para contestar ao que os militares denominavam de Revolução. Para o Marechal Castelo Branco, primeiro presidente do regime militar<sup>12</sup>: “aos estudantes compete não ficar a serviço de qualquer grupo, servindo por vezes de joguete nas mãos dos que desejam a subversão.

É preciso não marcar a vida do estudante de hoje, possivelmente o dirigente de amanhã, com a sua vinculação à subversão, à corrupção ou à vadiagem onerosa dos falsos movimentos estudantis. Para se

<sup>11</sup> Ibidem. p. 152

<sup>12</sup> Eleito indiretamente pelo Congresso Nacional, após a cassação dos mandatos dos parlamentares que se opuseram ao golpe, em abril de 1964.

iniciar nas refregas da democracia, basta que se arregimente nas suas agremiações” (BRASIL, 1964, p. 16-21, apud SANFELICE, op. cit., p. 8).

Para o Professor Wilson Choeri, idealizador e formulador da concepção do Projeto Rondon: “o fato de que na América Latina o jovem universitário é politizado e é importante que ele seja politizado, o que significa ter consciência dos problemas nacionais, conhecer sua dimensão, conhecer a sua amplitude, pois muitos problemas não poderão ser resolvidos por uma geração, mas por gerações sucessivas. O que acontece? Essa politização é importante, mas como não existem organismos densos, capazes de carrear esse potencial dos jovens, nós os perdemos. Mas, porque os perdemos? Perdemos porque ultrapassam a fase de politização, passam para a fase ideológica, engajam-se dentro de um partido, e, nesse instante, perdemos o jovem porque ele está, antes de formar-se, voltado para uma tese partidária. Então, se nós “pegarmos” esse jovem para buscar e compreender a realidade brasileira poderemos fazer um trabalho espetacular” (MOTTA & SILVA, 2006, T1, op. cit., p.34).

E citando um encontro com o General João Bina Machado, comandante da ECEME, à época da aproximação UEG com a Escola, conta que: “fez uma análise crítica da Revolução de 1964, mostrando ao General Bina que a Revolução seria contestada não na área sindical, que ficaria sob controle, mas na área universitária. [...] General, antigamente os alunos da Universidade [...] faziam assembleias, discutiam, elaboravam cartazes, hoje não podem se reunir, fecharam os diretórios acadêmicos, fecharam alguns organismos estudantis; as teses que apresentavam são válidas, tanto que a Revolução está resgatando e resolvendo muitas delas. Entretanto, podemos criticar a terapêutica que propunham, mas não podemos mais nos comunicar com os estudantes. Se eu pertencesse ainda ao Partido Comunista,

iria atuar na área estudantil com muita facilidade, e digo que seria fácil: normalmente, os reitores das universidades se apequenam, acovardam-se e não querem enfrentar os problemas”.<sup>13</sup>

De fato, o regime militar, ao estigmatizar como subversiva a pauta das reformas de base, que o movimento estudantil era portador, e ao mesmo tempo perseguiu-o de forma encarniçada, inviabilizou qualquer diálogo entre as partes. Eram perspectivas de construção de um “novo” Brasil, com método e conteúdo opostos. O movimento estudantil pensava que um novo país emergiria do processo de implementação das reformas de base, somente conquistáveis por meio da ação política dos explorados. Não era uma agenda revolucionária, mas reformista que mexia em alguns aspectos estruturantes dos privilégios históricos da oligarquia dominante. Para isto seria necessário a restauração de um Estado que garantisse os direitos individuais e coletivos, sem restrições de caráter político e ideológico, condição imprescindível para o exercício da cidadania plena.

Já o regime militar propunha a construção de um “novo” país por meio do binômio Desenvolvimento com Segurança Nacional, contra a subversão da ordem estabelecida pelo golpe civil-militar. Presumia ser possível superar a condição de pobreza e miséria da maioria da população sem reformas estruturais que alterassem minimamente, a ordem social vigente. Mudar a condição individual sem tocar na estrutura social responsável pela desigualdade e injustiça social. A postura do Rondon de seriedade na sua prática e de não fazer patrulhamento político-ideológico do seu corpo técnico, dos alunos e professores que participaram de suas atividades, certamente explica a sua aceitação, mesmo de modo crítico, pela comunidade acadêmica.

E prosseguindo, o professor Choeri dá indicações

---

<sup>13</sup> Ibidem. p.35

sobre as primeiras articulações que desembocariam na chamada Operação Zero (PR 0), que marcaria o início do Projeto Rondon, ainda na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).

“Então, dentro da ECEME, que nos forneceu a área, durante trinta dias, fizemos o Seminário Educação e Segurança Nacional. Mas já estávamos vislumbrando algo, e eu conversei com o General Bina que, caso recebesse o apoio do Exército para transporte e abrigo, poderia levar estudantes para tomar um ‘banho de Brasil’, para sentir, cheirar e degustar a realidade brasileira”<sup>14</sup> (aspas do entrevistado).”

Uma espécie de banho purificador pelo mergulho na realidade dos vários “Brasis” que ao mesmo tempo preparava a futura elite dirigente do País e funcionaria como antídoto à ação do movimento estudantil que contestava o regime.

Para o professor Choer, “seria preciso criar a filosofia do Projeto Rondon. Então, eu admitia que a Universidade integrada deveria executar uma porção de ações neste Brasil, porque, vejam só, a Universidade copiava a sistemática norte-americana, que não está errada, reúne graduação, pesquisa e extensão; entretanto, não queria o Projeto Rondon só como extensão, mas, sim, como a própria Universidade ingressando na região e mantendo, depois, núcleos [campi avançados] – que realmente foram criados [...] precisava de um slogan nacionalista: ‘integrar para não entregar’<sup>15</sup> dava este importante cunho nacionalista”.<sup>16</sup>

Por outro lado, o processo de implantação do Rondon, ao mesmo tempo em que teve apoio no meio militar, também teve oposição de setores da cúpula

---

<sup>14</sup> Ibidem

<sup>15</sup> Ibidem, p.39. O professor Choeri conta que extraiu a frase de uma palestra do Capitão Lauro Pastor Filho sobre a atuação do 5º Batalhão de Engenharia e Construção (5º BEC) na Amazônia. Foi neste Batalhão que os estudantes do Projeto Rondon Zero fizeram estágio (p.35).

<sup>16</sup> Ibidem, p.39.



la do Ministério do Exército. Por causa disso, os diversos arranjos organizacionais, criados ao longo do tempo para implementação das suas atividades, ficaram no Ministério do Interior (responsável pelo desenvolvimento), cujo Ministro General Affonso Albuquerque Lima pertencia à ala dos chamados militares nacionalistas do regime.<sup>17</sup>

De acordo com o Tenente-Coronel Mauro Costa Rodrigues, a repercussão positiva da Operação Zero (PR-0)<sup>18</sup> na mídia impressa foi de tal ordem que a quantidade de matérias sobre o estágio dos estudantes em Rondônia (local da PR-0) foi quase equivalente ao volume de notícias sobre as manifestações promovidas pelo movimento estudantil no País. Isto, a leitura do editorial do Jornal o Globo, intitulado “O Sabor da Grandeza”<sup>19</sup> e o fato de ter ouvido, na rádio MEC, uma crônica da escritora Rachel de Queiroz sobre o Projeto Rondon, fizeram o Ministro do Exército General Lyra Tavares mudar de opinião, ao ponto de determinar que preparasse um projeto semelhante ao PR-0, porém bastante ampliado, para ser executado com total apoio de Exército.<sup>20</sup>

Ao Coronel Sérgio Mário Pasqualli, como Coordenador Geral do Projeto Rondon (1971/74) e, posteriormente, como Presidente da Fundação Projeto Rondon (1979/80), coube a tarefa de expandir e consolidar o Programa *Campus* Avançado. Na sua primeira gestão foram criados 19 dos 23 campi, nas Regiões Norte, Nordeste, Centro Oeste e Vale do Jequitinhonha.<sup>21</sup>

Ele considera como um dos resultados marcantes do trabalho conjunto do grupo de militares da ECEME e professores universitários para organizarem e realizarem os eventos que desembocaram no PR Zero a

<sup>17</sup> Ibidem, p.51/67.

<sup>18</sup> Ibidem p.67/72 (Iniciada em 11/0106/1967 e concluída 30 dias depois).

<sup>19</sup> Ibidem, p.21

<sup>20</sup> Ibidem, p. 75

<sup>21</sup> Ibidem, p.208

descoberta, por estes últimos, da ideia sintetizada no enunciado do Professor Choeri de que “precisamos fazer com que os jovens, as elites civis que saem da universidade, tenham essa visão global do Brasil que vocês militares, têm. [...] A experiência nacional do militar precisaria ser estendida aos estudantes e às elites brasileiras para torná-los, também, mais brasileiros. [...] Pelas nossas características e em função até dos cursos que fazemos, mesmo na própria ECEME, acabamos sendo obrigados a conhecer todas as peculiaridades socioeconômicas deste país”.<sup>22</sup>

Parece que havia uma crença entre os pioneiros do Rondon de que a inquietação da juventude universitária, potencialmente transformadora, até então aproveitada pelo movimento estudantil para contestar o regime militar, poderia ser redirecionada para melhorar as condições de vida das populações interioranas, desassistidas pelo Estado e, sobretudo, para educar o futuro membro da “elite dirigente” do País e sensibilizá-lo para o sofrimento do povo brasileiro. Assim, o contato com uma determinada realidade poderia transformar um contestador do presente em um reformador do futuro.

Para o Coronel Pasqualli, a ação do Rondon se fundamentava em quatro princípios: “conhecimento da realidade nacional, participação da juventude no processo de desenvolvimento, participação da Universidade no desenvolvimento nacional e [...] interiorização da Universidade. [...] Quando instalou os campi avançados, o Projeto Rondon permitiu que se adotasse uma nova perspectiva para a instituição universitária, que passou a ter outra responsabilidade, além da formação de técnicos e profissionais, engajou-se de forma dinâmica e continuada no processo de desenvolvimento do País”.<sup>23</sup>

Nesta nova configuração do papel da Universida-

<sup>22</sup> Ibidem, p.157

<sup>23</sup> Ibidem, p. 188

de, o Coronel Pasqualli indica como visualizava a inserção das comunidades locais nos trabalhos realizados por estas instituições no interior do Brasil: “A participação ativa e consciente da comunidade no processo econômico dá-se quando empregamos, conjuntamente, o jovem, a universidade e a própria comunidade. A comunidade, célula básica e ponto de partida para qualquer desenvolvimento, é a maior propulsora de todo processo da própria emancipação e a realização do homem enquanto homem”.<sup>24</sup>

Como o *Campus Avançado* era uma extensão da Universidade de Brasília (UnB), as suas práticas, mesmo realizadas em uma realidade específica – o Vale do Médio Araguaia –, eram estruturalmente dependentes da situação da Universidade, que, por seu turno, estava condicionada à realidade produzida pelo regime militar.

Como afirma Magalhães (2013, p. 132), o local “é o geral se fazendo, é experiência multidimensional”. No caso, experiência mediada pela dura realidade daquele momento histórico. No Médio Araguaia, era o clientelismo político; a apropriação privada da coisa pública; a malária e outras doenças endêmicas; a pouca amplitude e a ineficiência das Políticas Públicas de Seguridade Social e de Educação. E, sobretudo, as lutas pela terra de posseiros, trabalhadores rurais temporários e índios, apoiadas pela Prelazia de São Félix do Araguaia, contra as Empresas responsáveis pelos grandes empreendimentos pecuários, financiados com recursos públicos.

Mas era também o apoio material e político-institucional do Rondon, que proporcionava liberdade para planejar e realizar projetos, envolver alunos e professores sem nenhum tipo de controle ou restrição político-ideológica (afirmo por experiência própria). E, também, o apoio do Decanato de Extensão, da Universidade, que, a partir de 1973, vinculou as

---

<sup>24</sup> Ibidem, p.189

ações desenvolvidas pela UnB no *Campus*, ao contexto das atividades de competência da Câmara de Extensão, o que ampliou a participação dos Departamentos na sua programação. E, a partir de 1974, a Coordenadora do GTU e depois, seu sucessor passou a ser um dos membros da Câmara, garantindo a sintonia dos dois colegiados (DEX, 2010, p.24-30; DIAS, 2010, p. 45). E, pairando como uma névoa pegajosa e invisível, o fantasma da repressão política da Ditadura na região e das suas conexões com a Reitoria, que sempre suspeitava de trabalhos com propósitos participativos e emancipatórios.

Nesta intrincada realidade, chocavam-se dois sentidos sobre o uso da terra. Sobre isto, José de Souza Martins refere-se à distinção, que, em um artigo de 1980,<sup>25</sup> estabelece entre “terra de trabalho e terra de negócio, fundamental para compreender as funções opostas que têm a terra na realidade dos trabalhadores rurais e na realidade de empresários e especuladores” (MARTINS, 2013, cap. 7). Estas racionalidades podem ser um dos importantes elementos explicativos da significativa diferença entre os impactos socioambientais da agricultura familiar e aqueles observados no agronegócio, a partir do da colonização do Brasil (SCHWARCZ E STARLING, 2005, cap. 2). Enquanto quem pratica a agricultura familiar, na lógica de “terra de trabalho”, necessita conservar a longo prazo a base natural de produção da sua pequena propriedade (os recursos ambientais), o agronegócio tende a exaurir sua base natural de produção e sempre expandir a fronteira agrícola do país.

Os trabalhadores rurais que já viviam no Vale do Araguaia e os que migravam para o serviço temporário de implantação dos grandes latifúndios para criação de gado, na forma de Empresas de Sociedade Anônima, queriam terra para sustentar suas famílias. Para

---

<sup>25</sup> Segundo José de Souza Martins, trata-se do artigo: Terra de negócio e terra de trabalho: contribuição para o estudo da questão agrária no Brasil, no Caderno Ceas Nº 67 maio/ Centro de Ação Social, Salvador (BA), maio/junho 1980, p. 34/44.(N.A)

o Estado da época, promotor do modelo de ocupação do território, estes brasileiros não existiam. Como também não existiam os povos indígenas que viviam no Vale desde os tempos imemoriais (MENEZES, 2014; BONFIM, 2010; BRASIL- CNV, 2014, V II, p. 218).

Se nas premissas para implementação do Projeto de Desenvolvimento na área; o Vale do Araguaia era parte do espaço vazio da Amazônia Legal, a ser ocupada para integrá-lo ao mercado capitalista, a terra do Vale era “terra de negócio” e não “terra de trabalho”. Portanto, sua concretização deveria ser, necessariamente, por via de empresas privadas. E, por consequência, nele não haveria lugar para trabalhadores rurais e povos indígenas. Nesta realidade, posseiros e índios eram expulsos das terras que dependiam para viver, e os trabalhadores temporários migrantes de outros lugares eram escravos descartáveis.

Também não cabia nenhuma forma de oposição, fosse da Igreja Católica que atuava na área (Prelazia de São Félix do Araguaia dirigida por D. Pedro Casaldáliga), fosse de intelectuais, políticos da oposição ou movimentos sociais. A intimidação e a violência contra posseiros, trabalhadores rurais temporários, religiosos e agentes pastorais da Prelazia, pela Polícia do Mato Grosso e por jagunços contratados por empresas, eram constantes (MENEZES, 2014, op. cit).

Segundo a pesquisa de Luis Roberto Cardoso na região: “Todas as entrevistas que falam sobre a situação dos peões [trabalhadores temporários] nestes empreendimentos enfatizam a exploração a que estão submetidos: ‘... os peões apanham, são presos, e não recebem seus salários’; ‘... os peões das S/A trabalham muito e não recebem’. Na fase de implantação estas empresas (as S/A) contratam um empreiteiro chamado gato que se responsabiliza pela contratação dos peões e pela execução dos serviços. Passada esta fase, estes miseráveis são postos na rua sem dinheiro. O em-

preiteiro não paga nem a metade do que recebe...” (CARDOSO, 1992, p. 17/18).

As S/A destruíam tudo que julgassem obstáculo aos seus objetivos, seja a biota, sejam os modos e meio de vida daqueles que estavam no Vale do Araguaia antes do Projeto de Desenvolvimento chegar; tornando-os o que José de Souza Martins denomina “de não só os materialmente pobres, mas as vítimas das múltiplas privações que modernizaram a miséria fazendo-a pobreza de liberdade, de saber e de esperança” (MARTINS, 2009, cap. 7, op. cit.).

Assim, o *Campus* operava num cruzamento de realidades convergentes produzidas pelo Projeto Nacional da Ditadura Militar, fundamentado na sua Doutrina de Segurança Nacional e constituído pelo binômio Desenvolvimento e Segurança. Projeto que impactava, de um modo ou de outro, o País como um todo, a vida acadêmica na UnB e as comunidades do Vale do Araguaia. No próximo artigo será apresentada a prática realizada por alunos, professores e servidores da UnB nesta realidade entre 1976 e 1978, por meio do seu *Campus* Avançado.

## Considerações Finais

O Projeto Rondon, apesar de nascer e se consolidar no contexto de um Estado Ditatorial, conseguiu sair limpo, e se transformar em pauta de reivindicação do movimento estudantil apresentada pela UNE, a mesma tão perseguida pelo regime militar. Não há prova maior da lisura de sua prática do que a proposta de sua recriação no âmbito do Estado, apresentada ao presidente Lula, em outubro de 2003, e a consequente retomada, sob a coordenação dos Ministérios da Defesa e da Educação.

Finalmente, sinto-me no dever de reconhecer o compromisso, a competência, o alto grau de profissionalismo da equipe do Rondon e a sabedoria dos seus dirigentes, e em particular do Coronel Pasqualli,

com quem tive a honra de interagir, que souberam fazer a difícil mediação, no âmbito do regime militar, para evitar que a interferência dos órgãos de repressão ideológica e política destruíssem a credibilidade tão duramente conquistada e o respeito da comunidade acadêmica pelo Projeto Rondon.

## Referências

BOMENY, H. Duas paixões meteóricas: UnB e Jango, primeiras notas. In Ferreira, M. M. (coord.). **João Goulart: entre a memória e a história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, cap. 1 e 2, edição Kindle.

BONFIM, P. R. A. **Fronteira amazônica e Planejamento na Época da Ditadura Militar no Brasil: Inundar a Hileia de Civilização?** Boletim Goiano de Geografia, v. 30, n. 1, p. 13-33, jan./jun. 2010. Goiânia: UFG. Disponível em <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/11191/7993>. Acesso em 16/06/2016.

BRASIL. Ato Institucional nº 5 de 13 de Dezembro de 1968. **Diário Oficial da União** de 13/12/1968. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm). Acesso em 03/06/2016.

BRASIL. Decreto-Lei 228, de 28 de Fevereiro de 1967. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 28/2/1967, Página 2422 (Publicação Original). Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-228-28-fevereiro-1967-376022-publicacao-original-1-pe.html>. Acesso em 03/06/2016.

BRASIL. Decreto-Lei 477, de 26 de fevereiro de 1969. **Diário Oficial da União** de 26/02/1969. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/De10477.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10477.htm). Acesso em 03/06/2016.

BRASIL. Lei 4464 de 9 de novembro de 1964. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 11/11/1964, Página 10169 (Publicação Original). Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4464-9-novembro-1964-376749-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 03/06/2016.

[www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4464-9-novembro-1964-376749-publicacaooriginal-1-pl.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4464-9-novembro-1964-376749-publicacaooriginal-1-pl.html). Acesso em 03/06/2016.

BRASIL. MEC/CRUB/MINTER. **Uma visão do campus avançado pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras e Fundação Projeto Rondon**. Brasília: MEC/DDD, 1980. Disponível em <http://www.dominipublico.gov.br/download/texto/me002223.pdf>. Acesso em 20/06/2016.

CARDOSO, L. R. **Os Grandes Empreendimentos Agropecuários na Amazônia** (Relatório Parcial). Brasília, 1992. Série Antropologia. Disponível em [https://www.academia.edu/5050629/OS\\_GRANDES\\_EMPREENDIMENTOS\\_AGROPECU%C3%81RIOS\\_NA\\_AMAZ%C3%94NIA\\_Relat%C3%B3rio\\_Parcial\\_](https://www.academia.edu/5050629/OS_GRANDES_EMPREENDIMENTOS_AGROPECU%C3%81RIOS_NA_AMAZ%C3%94NIA_Relat%C3%B3rio_Parcial_). Acesso em 15/06/2015.

DIAS, M. A. R. Memória da Extensão na UnB nos Duros Anos 70. **Revista Participação**, nº 11. Brasília, nov. 2002.

FERREIRA, M. M. **A trajetória política de João Goulart**. Rio de Janeiro. Disponível em [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidencia-Republica/As\\_reformas\\_de\\_base#top](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidencia-Republica/As_reformas_de_base#top). Acesso em 14/06/2016.

GORENDER, J. **Combate nas Trevas - A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Editora Ática, 1987. 2 ed.

LERNER, S. L. T. M. **A Pós-graduação em Estudo de Problemas Brasileiros na UERJ: uma reflexão sociológica sobre um projeto de socialização política no Brasil**. Rio de Janeiro. UERJ, 2013. 444 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação e Ciências Sociais da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em <http://www.edulica.net.br/uploads/arquivo/Tese%20completa%20samarara.pdf.%20>. Acesso em 14/06/2016.

MAGALHÃES, N. A. **Marcas da terra, marcas na terra**. Brasília: Editora UnB, 2013.

MARTINS, J. S. **Sociologia como Aventura-Memória**. S. Paulo: Contexto, 2013, cap. 7, edição Kindle.

MARX, K. **O 18 de Brumário de Luis Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011. [tradução e notas Nélio Schneider, prólogo Herbert Marcuse]. (Coleção Marx-Engels) 1ªed. 1852.

MEMÓRIAS DA DITADURA. **Estudantes**. Disponível em <http://memoriasdaditadura.org.br/estudantes/>. Acesso em 06/06/2016.

MENEZES, F. Q. Uma reflexão acerca dos impactos das políticas de ocupação dirigida implantadas pelos militares na Prelazia de São Félix do Araguaia e os posseiros: 1968 a 1980. In: **Encontro AMPUH**, XII Seção Mato Grosso do Sul, 2014, Aquidauana. Anais. Aquidauana-MS: UFMS/CPAQ, 2014. Disponível em [http://www.encontro.ms.anpuh.org/resources/anais/38/1412129064\\_ARQUIVO\\_textocompletoAquidauana.pdf](http://www.encontro.ms.anpuh.org/resources/anais/38/1412129064_ARQUIVO_textocompletoAquidauana.pdf). Acesso em 03/07/2016.

MOTTA, A. M. e SILVA, G. L. N. (Coord.). **História Oral do Projeto Rondon**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2006. Tomo 1.

ROCHA, R. M. G. Extensão Universitária e Saber Popular. In: **Extensão Universitária - diálogos populares**. MELO NETO, J. F. (org). [s.l.] s/d. Disponível em <http://docplayer.com.br/12186319-Extensao-universitaria-dialogos-populares.html>. Acesso em 05/06/2016.

ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis: Vozes, 1984. 5ed.

SANFELICE, J. L. A UNE na Resistência ao Golpe. **Revista Simbio-Logias**, V. 8, n. 11, Dez/2015. Disponível em <http://www.ibb.unesp.br/Home/Departamentos/Edu->

[cacao/Simbio-Logias/a-une-na-resistencia-ao-golpe-de-1964-e-a-ditadura-civil.pdf](#). Acesso em 10/06/2016.

SANTOS, B. S. **Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. S. Paulo: Cortez, 1996. 2ed.

SCHAWARCZ, L. M. e STARLING, H. M. **Brasil uma Biografia**. S. Paulo: Companhia das Letras, 2015. 2ª edição Kindle.

TAVARES, C. **O dia que durou 21 anos**. Direção e Roteiro de Camilo Tavares. Produção de Flávio Tavares, Camilo Tavares e Carla Ladeia. Brasil: Pequi Filmes, 2012. 1 DVD (77min), NTSC, Colorido.

UnB. Extensão Universitária - Cronologia 1962 a 1970 e 1972 a 1997. **Revista Participação**, Nº 11. Brasília, nov. 2002.

UnB. **Relatório Final da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade**. Brasília: 2015. Disponível em [http://www.unb.br/noticias/downloads/Relat%C3%B3rio\\_Comiss%C3%A3o\\_da\\_Verdade.pdf](http://www.unb.br/noticias/downloads/Relat%C3%B3rio_Comiss%C3%A3o_da_Verdade.pdf). Acesso em 14/06/2016.

# EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO VALE DO MÉDIO ARAGUAIA: A PRÁTICA NO CAMPUS AVANÇADO DA UNB ONDE REALIDADES SE CRUZAM – ANOS 1976 A 1978

José Silva Quintas<sup>1</sup>

*Entre o sim e o não existe um vão*

**Itamar Assumpção e Ricardo Guarά (Sampa Midnight, 1986)**

## RESUMO

O artigo resgata a tensão de se realizar um processo educativo com perspectiva emancipatória, envolvendo alunos, professores e setores da comunidade do Vale do Médio Araguaia, durante a Ditadura, numa área de muitos conflitos fundiários envolvendo posseiros, índios e latifundiários. Para sua elaboração consultou-se bibliografia relacionado com o tema, entrevistas já publicadas de alunos, professores e pessoas da comunidade, envolvidas as atividades do Campus Avançado, técnicos do Projeto Rondon e oficiais do Exército Brasileiro que atuaram na criação e implementação do Rondon.

**Palavras-Chave:** Ditadura Militar; Universidade de Brasília; Extensão Universitária; Campus Avançado da UnB no Médio Araguaia; Projeto Rondon.

## ABSTRACT

The manuscript rescue the stress about to do an educational process in a emancipatory perspective, connecting students, teachers and community sectors of *Vale do Médio Araguaia* under dictatorship in land conflicting area involving squatters, autochthon and lairds. For this manuscript preparing it was accessed bibliography linked the topic, published interviews by students, teachers and community people involved in the advanced campus, technicians of Rondon Project and Brazilian Army officers who acted in Rondon establishment and execution.

**Keywords:** Military dictatorship; Brasilia University; University extension; Advanced Médio Araguaia Campus of UnB; Rondon Project.

---

<sup>1</sup> Professor do Centro Integrado de Ensino Médio 1969/1970, Departamento de Física (1971/1979) da Universidade de Brasília e Diretor do seu Campus Avançado no Médio Araguaia (1975/1978); Educador e Analista Ambiental aposentado, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)

## Banho de realidade e intencionalidade pedagógica

Como visto no artigo anterior, a prática do Campus Avançado da UnB no Médio Araguaia estava imersa numa realidade, que segundo Arruda (apud Vasconcelos, 1989, p. 100), deve ser entendida: “como processo multidimensional, complexo, que tem aspectos “transitórios” e aspectos “permanentes”, aspectos visíveis e aspectos invisíveis, aspectos materiais e aspectos não materiais, aspectos específicos e aspectos gerais, uns agindo sobre os outros em forma de contraposição, de conflito, de contradição”. Portanto, “realidade como movimento histórico, e não como uma externalidade objetiva” (GAN-TOS (Org.), 2016, p.14).

À medida que a expansão da fronteira agrícola se processava no Vale do Médio Araguaia, produzia e realimentava uma realidade caracterizada, principalmente, por grilagem de terras, violência estatal e privada contra posseiros, índios, trabalhadores temporários e agentes da Prelazia de S. Félix do Araguaia, trabalho escravo, pobreza e miséria, agravamento da precariedade já existente da Segurança Social e do Sistema Educacional, patrimonialismo, clientelismo político-eleitoral e invasão de terras indígenas.

Do processo de expansão surgiram grandes fazendas de pecuária de corte para exportação, nos municípios de Barra do Garças, São Félix do Araguaia e Luciara, que resultou em significativa concentração fundiária e Projetos de Colonização de assentamento de pequenos produtores rurais gaúchos (CUNHA, 2006, op. cit. p.32-50).

Frente ao que o Rondon propunha, e, ao mesmo tempo, buscando ser leal aos pressupostos que fundamentaram a criação da UnB, uma questão pedagógica

básica sempre esteve presente para os grupos que operavam o Campus, desde sua implantação. Na realidade do Vale, que relação pedagógica deveria a ser estabelecida entre a UnB e as comunidades, que, ao mesmo tempo, atendessem à demanda local e proporcionasse ao estudante um banho de realidade, ao aprender a agir nela e com as pessoas dela. Uma relação pedagógica, que contribuísse para que as comunidades e grupos sociais fossem protagonistas de um processo de mudanças que repercutissem positivamente nos seus modos e meios de vida de modo duradouro e crescente. Isto, independente da escala da ação realizada. Da mais modesta à de maior amplitude.

Esta perspectiva estava além da de apenas habilitar o futuro profissional para exercer seu ofício em condições adversas. Seria necessário que tanto os estudantes, quanto a comunidade aprendessem não somente lidar com as consequências de determinada condição mas, também, entenderem as suas causas, bem como agirem sobre elas. Da mesma forma que o ensino, a pesquisa e a extensão devem buscar produzir a autonomia do estudante, a Universidade não deveria ter conduta diferente na relação com as comunidades e grupos sociais com quem trabalhava. Não seria aceitável uma intencionalidade pedagógica com viés emancipador no plano interno da Universidade e, no plano externo um viés domesticador.

Por consequência, a Universidade deveria atuar na área de influência do Campus numa perspectiva do conhecer – agir-conhecer, de modo dialógico – com os sujeitos envolvidos na ação pedagógica (da Universidade e da comunidade), pressupondo que a realidade não é auto-legível. Diálogo entre sujeitos de mundos distintos, portadores de racionalidades, valores e saberes diferenciados. O mundo urbano-industrial e o mundo da agricultura familiar em acelerada desestruturação, por conta da natureza

expropriadora material e simbólica da expansão da fronteira agrícola em curso.

Assim, o problema que se colocava para a Universidade era como estabelecer uma relação pedagógica com as comunidades impactadas pelo processo de ocupação, que o Estado patrocinava, que contribuisse para elas se constituírem como sujeitos coletivos orgânicos, capazes de reivindicarem os direitos estabelecidos que, apesar de ser parte do ordenamento legal da Ditadura, no Vale Ihes eram negados cotidianamente.

Nesta configuração, o diálogo somente poderia ser instaurado por meio de uma prática que tornasse inseparável o ato de conhecer a realidade do ato de agir nela, buscando ao longo do processamento da ação, como ensina Paulo Freire, superar a “contradição educador-educando (Universidade-comunidade), de tal maneira que se façam ambos, simultaneamente, educadores e educandos”, rechaçando o que chama de “concepção ‘bancária’” de educação. Para ele, “na concepção ‘bancária’ que estamos criticando, para a qual a educação é um ato de depositar, transferir, de transmitir valores e conhecimentos, não se verifica nem pode verificar-se esta superação” (FREIRE, 1974, p. 67).

Tudo isto objetivando a produção da autonomia por meio do protagonismo das comunidades e de grupos sociais específicos na construção de mudanças duradouras, por eles entendidas como necessárias. Porém, sem cair na armadilha nem do extensionismo autoritário (FREIRE, 1975), que postula que o povo, por não dominar a Ciência e a Técnica modernas, é incapaz de criar soluções adequadas às suas necessidades; nem do “espontaneísmo pedagógico” que acredita que o povo, por viver o cotidiano de determinada realidade, sabe tudo sobre ela e não precisa de outros conhecimentos, como os portados pela Universidade, para a construção de soluções para seus problemas.

Portanto, a qualidade da relação pedagógica (se dialógica ou bancária) a ser estabelecida dependerá de como é concebido o sujeito pedagógico da prática educativa instaurada, que, segundo Adriana Puiggrós, deve ser “entendido como o vínculo entre educador, educando e a produção simbólica que surge de tal vínculo” (PUIGRÓS, 1994, p. 16; tradução livre).

Se admitirmos que numa relação pedagógica educador e educando são simultaneamente mestres e aprendizes, numa prática educativa dialógica não há lugar para existência de polo passivo. Como tanto no extensionismo quanto no espontaneísmo há sempre um polo passivo, o diálogo educador-educando não acontece. Portanto, da interação não emerge produção simbólica (aprendizagem mútua), mas apenas reprodução de saberes mediante sua transmissão unidirecional como esperada, quando se adota concepção “bancária de Educação” (FREIRE, 1974, p.67, op. cit.). Em decorrência não há constituição do sujeito pedagógico emancipado (estudantes da Universidade e grupos sociais da comunidade), mas somente domesticado.

Portanto, no processo educativo será a natureza do vínculo que se estabelece entre educador e educando (dialógico ou não), que determinará a emergência ou não do sujeito pedagógico emancipado. Se a relação entre educador e educando for do tipo emissor (Universidade) e receptor (comunidade) há transmissão de informações em lugar de produção simbólica, portanto, reprodução do informado e, em consequência, a disjunção substitui o diálogo e o processo não permite que haja a constituição do sujeito pedagógico emancipado. Como o ato educativo sempre pressupõe uma intencionalidade (propósitos), o modo como se concebe o sujeito pedagógico é condição necessária para definir a qualidade da relação pedagógica que emergirá do ato.

Num processo educativo que objetiva contribuir para transformar a realidade e emancipar pessoas



e grupos sociais, portanto, dialógico por definição, não há espaço para o que Adriana Puigrós denomina “mitificação da produção espontânea das massas e desqualificação do papel do educador e da cultura socialmente acumulada”.<sup>2</sup> Nesta perspectiva, o educador passa a ser um “facilitador” da aprendizagem dos conhecimentos populares, abstendo-se de trazer para o processo educativo outros saberes. Desta forma a comunidade deve ser blindada de influências exógenas e o educador neutro. Para ela: “o estabelecimento de um vínculo dialógico entre educador e educando é sempre produto de um triunfo de oprimidos, sintoma de uma dura luta, e supõe a criação de novas articulações entre os saberes populares tradicionais e os modernos, entre a linguagem de uns e outros, entre as experiências, entre as histórias. Nas novas formas de relação têm que existir uma hegemonia dos interesses populares reais”.<sup>3</sup> Nada mais fundamental e desafiante para uma Universidade que nasceu comprometida com um Projeto Nacional de Desenvolvimento de cunho emancipatório.

Nestes termos não seria concebível um projeto pronto, acabado e unidimensional para ser executado, mas uma espécie de projeto do projeto, que vai se construindo por meio da tensão entre teoria e prática, uma realimentando a outra, considerando-se como estruturante do processo, a premissa de que operava-se numa “realidade multidimensional e complexa” (ARRUDA 1986, p.15, apud VASCONCELOS, 1989, op. cit. p. 100).

Portanto, para dar conta de atuar no mundo real e dar respostas aos seus problemas, os projetos tinham que ser estruturados e executados conforme o entendimento de que “o concreto é a síntese de determinações múltiplas, unidade do diverso, e não algo estanque e unidimensional” (LOUREIRO,

---

<sup>2</sup> PUIGRÓS, 1994, p. 16, tradução livre.

<sup>3</sup> *Ibidem*, p.17

2006, p.125). Assim, o projeto deveria praticar uma interdisciplinaridade que dialogasse com realidade e com os saberes das comunidades. Tudo isto num contexto de vigilância dos órgãos de repressão que, no caso, agiam em articulação com Reitoria da UnB como se supunha na época (CATVM, 2015, p. 15).

Também, tinha-se clareza que o trabalho era institucional e, desta forma, deveria ficar claro para a sociedade, suas organizações e os Poderes Públicos atuantes no local. A dimensão institucional, que garantia as condições materiais e político-institucionais, também estabelecia os limites. Era nesta tensão entre o possível – sempre aquém do desejável – e o permitido, que as equipes atuavam na área.

O Campus Avançado da UnB no Médio Araguaia (CAUnB) foi implantado em 30 de março de 1970, por iniciativa do Projeto Rondon, por meio de um convênio entre a UnB, Projeto Rondon, e a Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO) por três meses. Em 1º de setembro de 1970, foi firmado um novo convênio, por cinco anos, envolvendo além da UnB, Rondon e SUDECO, as Prefeituras de Aragarças (GO) e Barra do Garças (MT). Sua área de influência englobava os município de Aragarças (GO), Bom Jardim(GO)<sup>4</sup>, Barra do Garças (MT), Torixoréu (MT), Baliza (GO), Montes Claros (GO) e General Carneiro (MT). O Convênio foi renovado em 19 de novembro de 1975 por dois anos e em 16 de outubro de 1977 por cinco anos (BRASIL/ MEC/ CRUB/MINTER, 1980, p. 61/62).

O foco inicial da ação do Campus foi a reativação do Hospital Regional Getúlio Vargas em Aragarças, único hospital público da região, construído no início dos anos 50, pela Fundação Brasil Central (FBC). O hospital foi parte da infraestrutura urbana da cidade de Aragarças, criada em 1943 como base avançada da Expedição Roncador-Xingu, no contexto da “Mar-

---

<sup>4</sup> Posteriormente integrado às Ações do Campus (N.A.).

cha para o Oeste”, promovida pelo Governo Vargas (GALVÃO, 2001; MACIEL, 2006). A FBC, criada neste mesmo ano, tinha como tarefa viabilizar administrativamente a Expedição e implantar a infraestrutura necessária para sua continuidade e como missão “desbravar e colonizar as zonas compreendidas nos altos rios Araguaia, Xingu e no Brasil Central e Ocidental” (BRASIL, 1943).

Nesta fase da Marcha, coube ao Estado criar as bases para a expansão privada da fronteira agrícola na região, que se concretizou a partir dos anos 60, sobretudo após 1964.

Segundo a professora Aldayr Brasil Barthy, docente do Departamento de Serviço Social, que participou das atividades do Campus como professora e como Coordenadora do GTU de 1973 a 1977, “essa escolha (Aragarças e Barra do Garças) foi negociada entre a Universidade e o Projeto Rondon, tínhamos um dado concreto: o hospital fechado, em Aragarças, uma região onde não havia nenhum tipo de trabalho voltado para área da Saúde. Era preciso reabrir, havia uma demanda da população para reabrir o hospital. Depois preparamos as outras áreas” (MOTTA & SILVA, 2006, T. 2, p. 262 e 263).

Para um Professor que participou da fundação Faculdade de Ciências da Saúde (FCS) e da implantação do Campus, o envolvimento da FCS na reabertura do hospital retomava o projeto original da Faculdade cuja finalidade era a formação de médicos generalistas para trabalharem no interior. Daí a implantação do estágio rural para alunos do 4º e 5º e internato para os do 6º anos. Ainda, segundo ele. “houve, inclusive, reações dentro da Faculdade de Ciências da Saúde, achando que as condições precárias do hospital iriam prejudicar, em termos de aprendizado dos alunos” (apud REIS, 1988, p. 89). A realidade do Vale do Araguaia se colocava como uma sala de aula exemplar, que complementava a

formação prática proporcionada ao aluno no Hospital Escola da UnB, localizado na cidade satélite Sobradinho, no Distrito Federal.

A pesquisa de Reis (REIS, 1988, p. 90) e o depoimento do Tenente Coronel Mauro Rodrigues (à época Coordenador Geral do Projeto Rondon) sobre a Operação Aragarça, em julho de 1968, (MOTTA & SILVA, 2006 T1, p.110/113) sinalizam que a implantação do Campus surge da conjunção de pressões políticas do Poder Público local (Prefeituras) e Federal (MINTER/SUDECO e MINTER/RONDON) sobre a cúpula da UnB, decorrentes da demanda de assistência médica-hospitalar da população de baixa renda do Vale, do interesse de professores e do imperativo do Desenvolvimento com Integração Nacional do Regime Militar, do qual o Projeto Rondon era um dos agentes articuladores do Estado no campo do simbólico. Isto apesar do pouco entusiasmo do Reitor, conforme observa a Professora Aldayr em entrevista (MOTTA & SILVA, 2006, T. 2, p. 268).

Os professores que participavam das atividades do Campus viam a possibilidade de resgatar na prática, no limite do possível, as referências que fundamentavam a construção pedagógica da Universidade, interrompida intempestivamente pela Ditadura Militar.

De acordo com o Tenente Coronel, a Operação Aragarças buscava a participação institucional da Universidade no Projeto Rondon: “tínhamos o estudante, mas não tínhamos a instituição universitária”; e “corrigir as distorções do assistencialismo que marcara as operações anteriores, passando a realizar nas comunidades locais, ações cujos efeitos perdessem após o término da operação” (MOTTA & SILVA, 2006 T1, op. Cit., p.110/113). É neste contexto que se consolida a ideia de Campus Avançado.

Nestes casos, creches, ambulatórios, clubes de jovens e clubes de mães tinham pouca chance de

permanecerem. Mesmo que fossem necessários, e, certamente, na maioria dos casos eram, não haveria tempo hábil para que uma equipe, em 30 dias (nas Operações do Rondon ou no Campus), desenvolvesse as capacidades necessárias com os grupos sociais diretamente envolvidos nestes projetos, para que eles se habilitassem a problematizar se seriam estas ou outras suas prioridades e, também, como enfrentariam o “dia seguinte”, ou seja, o desafio de mantê-los funcionando depois que a equipe fosse embora.

São conhecidos os projetos construídos por técnicos bem intencionados para a comunidade, que sempre fracassam. Como também, projetos construídos com as comunidades que, via de regra, sobrevivem após a retirada do apoiador externo. É a tão desejada sustentabilidade do projeto, que não se resume ao aspecto econômico-financeiro, mas também a outros, como político, sócio-cultural, ético, que configuram a realidade e, ainda, o cognitivo-informacional e o organizativo do segmento social diretamente envolvido com ele. A transição entre a condição de agregado de pessoas necessitadas para grupo social organizado ciente de seus direitos, somente poderá se efetivar por meio uma relação pedagógica dialógica.

O fato de se mobilizar pessoas da comunidade diretamente interessadas em determinados projetos para ajudar, com trabalho e outros recursos, não garante a criação de uma relação pedagógica dialógica e emancipatória. Da mobilização social pode sair ou não movimento social. Estas duas coisas não são necessariamente sinônimas.

Quando assumi a sua Direção, em 1976, o Campus Avançado da UnB no Médio Araguaia já estava consolidado e era bastante respeitado na área. Tinha fácil acesso e apoio dos Prefeitos, órgãos estaduais e federais, paróquias, escolas estaduais e municipais, organizações da sociedade civil existentes na sede do município de Barra do Garças

(Associação Comercial, clubes recreativos e de serviços), lojas maçônicas e de empresários em atividade na área.

Na Universidade, um GTU – coordenado pela Professora Rosa Maria Albanuzzi, do Departamento Psicologia, e depois pelo Professor Jorge Cravo, do Departamento de Geologia, meu antecessor – era bastante atuante e bem articulado com vários Departamentos e Faculdades que desenvolviam projetos no Campus em atendimento às solicitações locais. Se não me falha memória, o Campus contava com o apoio orgânico (orientação de equipes de participantes) de pelo menos 17 professores das diversas unidades da Universidade.

Sob o ponto de vista institucional, desde 1973 atividades do Campus constituíam uma das três linhas de atuação do Decanato de Extensão (DIAS, 2002, p. 48) e passaram a ser supervisionadas pela Câmara de Extensão, colegiado definidor da Política de Extensão da UnB. E o docente responsável pela Coordenação do GTU era membro da Câmara.

No Rondon, o trabalho realizado no Campus era bastante reconhecido pelos seus dirigentes e equipe técnica. Um indicador foi o financiamento da reforma do prédio para abrigar a nova sede do Campus, realizada em 1975, na gestão do Professor Jorge Cravo (Diretor) e da Professora Rosa Albanuzzi (Coordenadora do GTU).

O prédio, pertencente ao COMMEA,<sup>5</sup> antigo Grande Hotel de Aragarças, construído pela Fundação Brasil Central exibe uma arquitetura de muito bom gosto bastante adequada ao clima da região.

---

<sup>5</sup> Consórcio de Municípios do Médio Araguaia, formado pelas Prefeituras de Aragarças, Barra do Garças, Torixoréu e Baliza, que por delegação da SUDECO, sucessora da FBC, assumiu a gestão dos Recursos Materiais e Humanos da extinta FBC, inclusive do Hospital Regional Getúlio Vargas.

A reforma do belíssimo prédio, o mais imponente da região, teve grande significado simbólico. Para os trabalhadores da Fundação da Brasil Central, que participaram da epopeia da Expedição Roncador-Xingu, nos anos 1940 e 1950 e agora estavam subaproveitados, o prédio remetia a memória coletiva aos bons tempos, onde no imaginário da população tudo funcionava e nada faltava.

Exatamente o oposto do presente, onde tudo era precário. Com a criação da SUDECO, o Governo deixava de executar diretamente atividades de expansão da fronteira agrícola. A tarefa passou a ser feita por empresas privadas, que atuavam no lado mato-grossense do Vale do Araguaia financiadas por meio de incentivos fiscais e outros recursos públicos, deixando Aragarças economicamente estagnada.

Em síntese, apesar do pouco entusiasmo do então Reitor, ao assumir a Direção do Campus encontrei uma organização fortalecida no Decanato e na Câmara de Extensão, em muitas unidades da UnB e na comunidade local. Em 1976, herdei uma programação anual bem estruturada, com a participação prevista de alunos de Arquitetura, Artes, Serviço Social, Educação Física, Geologia, Agronomia, Educação, Comunicação, Biblioteconomia, História, Psicologia e de outras unidades.<sup>6</sup>

Na área de saúde, sem uma programação como da na época do Internato Rural, alunos do 6º ano atendiam no Hospital de Aragarças e Postos de Saúde de outros municípios no período de férias.

Na área de Educação dava-se continuidade à promoção de cursos de aperfeiçoamento de professores do Ensino Fundamental e de várias disciplinas do Ensino Médio (2º Grau, na época) das redes estadu-

---

<sup>6</sup> Devido a indisponibilidade dos Arquivos do GTU e do Campus, as informações são de cabeça (N.A.).

ais de Mato Grosso e Goiás e Municipais de Ensino, ministrados por licenciandos, durante as férias escolares, orientados por um grupo de Professores da Faculdade de Educação, do Departamento de Psicologia e de outros, quando se tratava de licenciandos de outras disciplinas, que vinham trabalhando com o Campus há vários anos.

As escolas municipais, em geral situadas nos povoados e na área rural, atendiam majoritariamente, alunos de 1º a 4º séries do 1º Grau. Como era comum no País, a maioria das escolas rurais funcionava em condições pedagógicas, materiais e trabalhistas precárias, muitas em regime de classe multiseriada. Nos cursos destinados aos professores das redes municipais, pela escolarização precária, trabalhava-se métodos de ensino, passíveis de uso nas condições das escolas, orientação psico-pedagógica e conteúdos referentes a grade curricular das séries iniciais.

Em junho de 1977, em visita aos povoados e escolas rurais de Barra do Garças, aproveitei para conhecer a prática dos professores e dialogar com eles visando coletar elementos que subsidiassem a equipe da Faculdade de Educação para eventuais ajustes nos cursos. Além das instalações físicas precárias contarem apenas com um quadro de giz, os professores, em geral, contavam apenas com um livro texto por série, distribuído em todo o país pelo Programa do Livro Didático Ensino Fundamental do Ministério de Educação e Cultura (PLIDEF/MEC).

Os livros completamente alienados da realidade dos alunos, a maioria filhos de posseiros e pequenos proprietários rurais, apresentavam o campo como se fossem chácaras de fim de semana, onde tudo era novidade para criança bem vestida e calçada e tratada como fosse visitante. Em um desenho colorido, uma família típica da classe média urbana, servida por uma empregada doméstica, fazia a refeição

numa mesa bacana e com pratos variados. Evidentemente, os textos não problematizavam as diferenças e não colocavam em discussão outros modos e meios de vida em outras realidades. Na maioria das situações este era único material de ensino que as professoras e professores dispunham para usar em sala de aula.

A surpresa da viagem foi a escola de ensino de 1ª a 8ª séries (a única encontrada) do povoado de Cascalhareira (cerca 380 km de Barra do Garças, à época em estrada de terra). Lá os professores desenvolviam o currículo escolar tomando como ponto de partida a problematização da realidade local, com forte participação dos pais e de outras pessoas da comunidade que contribuíam com o seu saber no processo educativo e na administração da escola.

O processo educativo usava livros, mas não era livre. Não havia cartilha para alfabetização das crianças. A aprendizagem na alfabetização era construída com as crianças com base no contexto sociocultural da comunidade. Notava-se a forte influência da pedagogia freiriana na prática escolar. Educadores da Prelazia de S. Félix, dirigida por Dom Pedro Casaldáliga, prestavam assistência pedagógica à escola e trabalhavam com as comunidades no sentido de organizar a luta política pela posse da terra.

Desde a viagem de campo do Diretor do Campus, o aprofundamento da cooperação com a Prefeitura na área de Educação começou a tomar corpo. No retorno, foi feito um relato sobre a precariedade das condições materiais das escolas e do ensino e de outros problemas observados nos povoados e da área rural ao Prefeito e assessores. Ali mesmo combinou-se a realização de um curso intensivo mais longo, nas férias escolares de julho do ano seguinte, e qual seria a contribuição da Prefeitura. Basicamente, a divulgação, inscrição, transporte dos participantes e re-

ursos para aquisição de gêneros alimentícios para o preparo das refeições pela cozinha do Campus. No caso de Barra do Garças, por sua extensão territorial de 121 mil km<sup>2</sup> (CARDOSO, 1992, p. 2), grande quantidade de dispersão dos povoados e de escolas rurais, o curso com duração de 15 dias (80 horas) foi realizado nas férias escolares de julho de 1978, período da seca, na sede do Campus, onde, também, todos ficavam alojados. Foi planejado, dentro do possível, para atender as condições objetivas e subjetivas dos participantes, e dos seus alunos conforme observadas na viagem de junho do ano anterior, ou seja, para além dos aspectos pedagógicos stricto sensu. Docentes de Torixoréu e Aragarças, também participaram do Curso. Nos outros municípios, as equipes se deslocavam para realizarem os Cursos in loco como sempre.

Como a maioria das professoras e professores não se conhecia, o curso criava condições para se conhecerem, trocarem experiências, estabelecerem novas relações e atenderem outras necessidades, quando possível. Aproveitavam para resolverem pendências administrativas na Secretaria de Educação do município, fazerem compras no comércio de Barra do Garças, consultas médicas no HRGV, visitarem parentes, etc.

Tudo isto foi possível porque o novo Prefeito de Barra do Garças, ex-aluno da UnB, eleito em 1976 pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) – partido de oposição à Ditadura – desde que tomou posse expressou o desejo de buscar assessoria da Universidade para sua Administração. Condição que os gestores anteriores do Campus e o GTU nunca tiveram. Até então, todos os prefeitos eram conservadores e pertenciam a ARENA, partido do Regime Militar, e não investiam na qualidade do ensino.

Para a Universidade realizar uma prática que dialogasse com a realidade da educação no Vale e com

os professores das escolas rurais, tinha-se clareza da necessidade de um projeto que fosse além de cursos anuais de aperfeiçoamento. Um projeto que produzisse mudanças significativas e duradouras na realidade do fazer educacional nas redes municipais. Uma Política Pública que articulasse formação de docentes em serviço com a estruturação de uma carreira de magistério.

Para viabilizar este tipo de proposta era necessário que a área de Extensão contasse com apoio político do Reitor, o que não estava disponível. Muito pelo contrário, em 1977 o “acordo tácito”<sup>7</sup> estava sendo enterrado e a “política de confrontação” do Reitor e seu grupo com estudantes e professores estava em pleno andamento. O que somente terminaria em 1985 (DIAS, 2013, p. 83-85 e 135-138).

Na mesma linha de cooperação, o prefeito propôs que a Universidade assessorasse a Prefeitura na realização do Plano de Desenvolvimento Urbano da sede do Município. Ele se reuniu com professores e alunos do Mestrado em Planejamento Urbano da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo na Universidade para discutirem o encaminhamento do trabalho com a Prefeitura. Ficou definido que uma equipe de mestrandos e professores visitariam a cidade de Barra do Garças, fariam um estudo preliminar, discutiriam os resultados com técnicos da Prefeitura, e, posteriormente, fariam um novo encontro para se debater sugestões das diretrizes que orientariam a confecção do Plano.

De acordo com o previsto, as diretrizes foram apresentadas e discutidas com Prefeito e técnicos da Prefeitura. Como o município não cobrava Imposto

---

<sup>7</sup> Período, entre 1969 e 1976, em que a UnB, objetivando a reconstrução das atividades acadêmicas após as invasões do Campus Universitário, contratava professores com base no currículo sem questionar a postura político-ideológica deles. Em contrapartida, os professores não deviam se envolver em movimentos políticos ou aliciar estudantes para contestar o regime militar (DIAS, 2013, op.cit. p.83).

Predial e Territorial Urbano (IPTU), uma das diretrizes era sobre a implantação do cadastro de contribuintes, que uma vez efetivado, permitiu o início da cobrança do imposto em 1977. Outras atividades que já vinham sendo realizadas continuaram. Uma delas, a Colônia de Férias, realizada nas férias escolares do meio do ano com crianças de Aragarças e da Vila Santo Antônio, bairro periférico de Barra do Garças, era bastante popular nas comunidades. Era organizada por uma equipe de estudantes do Departamento de Educação de Física e de Artes, orientada por professores destes departamentos, com apoio de um clube de Barra do Garças, que cedia Instalações, das duas prefeituras e de comerciantes.

O Programa Integrado de Saúde Comunitária do Médio Araguaia, a mais estruturante das ações do Campus e com maior potencial emancipatório e dialógico da época, iniciou suas atividades no Hospital Regional Getúlio Vargas (HRGV), no último trimestre de 1977, após celebração de convênio entre Projeto Rondon, SUDECO e o Consórcio dos Municípios do Médio Araguaia (COMMEA). Abrangia os Municípios de Aragarças, Barra do Garças e Torixoréu.

O Programa retomava a atuação orgânica da Faculdade de Ciências da Saúde na área, iniciada em 1970, em outros termos. Desde 1975, a Faculdade vinha desenvolvendo uma experiência de integração docente-assistencial com regionalização da atenção à saúde, por meio do Programa Integrado de Saúde Comunitária de Planaltina, cidade satélite do DF. A proposta de integração docente-assistencial partia da premissa “de que não se pode ensinar adequadamente medicina, e muito menos educar o médico, sem contar com um razoável serviço de saúde” (BARBOSA et al, 1977, p. 26-27).

Além de resgatar os fundamentos do projeto de criação da UnB no campo da Saúde, o Programa se contrapunha à hegemonia da medicina flexneriana

no país em termos paradigmáticos. Para Paranaguá Santana, coordenador local do Programa, a experiência de Planaltina “foi a retomada do projeto original de integração docente-assistencial [da UnB] que formasse um médico para as necessidades de saúde das comunidades pobres do Brasil” (PARANAGUÁ SANTANA, 2005).

Na chamada medicina flexneriana, “o estudo da medicina deve ser centrado na doença de forma individual e concreta” (FLEXNER, 1910, apud PUGLIOSA e DA ROS, 2008, p. 496) e “a doença é considerada um processo natural, biológico. O social, o coletivo, o público e a comunidade não contam para o ensino médico e não são considerados implicados no processo de saúde-doença” (SANTOS, 1986, apud PUGLIOSA e DA ROS, 2008, p. 496).

A possibilidade do Programa Integrado de Saúde Comunitária do Médio Araguaia (PISCMA) se tornou real por uma “janela de oportunidade”, surgida em virtude da situação econômico-financeira, clínica e administrativa quase falimentar do HRGV e de uma singular condição político-institucional favorável, no local e na SUDECO, da existência do Programa Integrado de Saúde Comunitária de Planaltina (PISCP) e do apoio, sempre presente, do Projeto Rondon.

Em 1977, o prefeito recém-eleito de Barra do Garças, tornou-se o Presidente do COMMEA, instituição responsável pelo HRGV. A SUDECO, responsável pela criação do COMMEA, avaliou que, a partir do envolvimento da UnB trazendo uma experiência bem sucedida e inovadora do PISCP, havia a perspectiva de criação de um Sistema Público de atenção à saúde na área, envolvendo os governos de Mato Grosso e Goiás e as prefeituras da região.

A prevenção e a atenção à saúde por nível de complexidade, já praticadas no PISCP, eixo estruturante do modelo regionalizado proposto, a médio prazo

deveria diminuir custos e melhorar a qualidade do atendimento da população à medida em que ampliasse a área de cobertura. O Sistema Público de Saúde (ainda não existia o SUS) que emergiria deste processo de construção, além da qualidade, deveria atingir gradativamente a autossuficiência, meta de qualquer Agência de Desenvolvimento. Nesta condição, a SUDECO se comprometeu a fornecer recursos para manutenção do PISCMA e reformar e adaptar o HRGV para funcionar como unidade hospitalar central do Programa (hospital de base).

Como primeiro passo, houve uma visita técnica de um grupo de médicos residentes do 1º e 2º anos de Pediatria, Ginecologia e Obstetrícia e Medicina Comunitária que atuavam no PISCP, dos professores responsáveis pelas Residências, de membros da equipe e do Coordenador Local do Programa de Planaltina, acompanhados do Professor Simões Barbosa para vivenciarem a rotina do hospital e avaliarem se havia condições mínimas para a integração docente-assistencial. Mesmo constatando as condições adversas o grupo resolveu aceitar o desafio.

O montante arrecadado pelo atendimento médico-hospitalar, por meio dos convênios do COMMEA com a FUNAI (povos indígenas), FUNRURAL (trabalhadores rurais) e INAMPS<sup>8</sup> (trabalhadores com carteira assinada) não cobria as despesas com pessoal e encargos sociais, medicamentos, material hospitalar, alimentação dos pacientes internados, limpeza, manutenção dos equipamentos e outras. Quando o Programa foi implantado, no último trimestre de 1977, o pagamento dos funcionários técnicos e administrativos estava três meses atrasado, havia falta de medicamentos e atraso do pagamento de fornecedores.

---

<sup>8</sup> Instituto Nacional de Assistência e Previdência Social. BRASIL. Lei Nº 6.439 de 1º de Setembro de 1971. D.O.U. de 2.9.1977. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6439.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6439.htm). Acesso em 20/07/2016.

O Programa começou seguindo o oposto do circuito clássico do sistema regionalizado de serviços de Saúde: Domicílio-Posto de Saúde-Hospital, essencial para regular o fluxo de entrada de usuários do sistema e diminuir gradativamente a pressão de demanda sobre o HRGV. Ao contrário, mais oferta de atenção hospitalar sem a regionalização gera mais demanda (BARBOSA et al, 1977, op.cit. p.28). As condições da realidade impunham este percurso inverso.

Enquanto pudesse, o Programa teria que fazer o caminho caminhando, buscando contribuir para a construção da sua autonomia político-institucional, econômica e técnico-operacional, mediada pela complexa realidade local, nacional e da própria Universidade. Não poderia assumir somente o ensino de seus alunos, a pesquisa e a avaliação no âmbito do PISCMA, como na experiência de Planaltina.

Não havia recursos para a contratação dos auxiliares de saúde<sup>9</sup> que fariam o atendimento domiciliar em Aragarças e em Barra do Garças. As Prefeituras e Governo de Goiás alegavam não ter recursos. Mesmo já dispondo de um Posto de Saúde, sem eles o sistema regionalizado de atenção a saúde não começaria a se concretizar. E, por decorrência, o componente pedagógico do Programa tanto no plano da integração docente-assistencial quanto no plano do atendimento à população não seria efetivado.

O número de objetivos específicos ilustra o tamanho do desafio. A proposta final do Programa encaminhada oficialmente ao Projeto Rondon,<sup>10</sup> com o pedido de

---

<sup>9</sup> Na época vários países já utilizavam estes profissionais. A experiência mais conhecida era dos médicos de pés descalços, que atuavam na área rural da China Continental. Ver entrevista de Xiaouri Zhang, Coordenadora da OMS, na Revista Brasileira Saúde da Família. Ano IX, Edição Especial, Maio de 2008. Disponível em [http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/revistas/revista\\_saude\\_familia18\\_especial.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/revistas/revista_saude_familia18_especial.pdf). Acesso em 25/07/2016.

<sup>10</sup> A UnB não foi envolvida administrativamente por se saber que a Reitoria poderia colocar obstáculos burocráticos para inviabilizar o convênio. Em 1977, o fim do acordo tácito já estava em curso (N.A).

financiamento à SUDECO, continha 10 objetivos específicos, que, entre outros, previam o “diagnóstico da situação técnico-administrativa, a reorganização e a reforma do HRGV para que funcionasse como unidade base do PISCMA; a implantação de estágios rotativos docente-assistencial nos diversos serviços do Hospital e nos postos de saúde e, também, um Programa de Atenção Primária à Saúde na região” (BRASIL, 1977-A: 3/4, apud REIS, 1988, p. 69/70).

Com os recursos repassados pela SUDECO, a folha de pagamento dos funcionários do Hospital foi regularizada e iniciou-se a reorganização técnico-administrativa e espacial do Hospital. Articulações com a Organização de Saúde do Estado de Goiás (OSEGO) e Fundação de Saúde de Mato Grosso (FUSMAT), Secretaria de Saúde e INAMPS foram realizadas pelo Coordenador Local do PISCMA. Tudo tinha que ser feito simultaneamente. Não havia como parar o atendimento e diagnosticar para reorganizar.

A questão do comprometimento do Poder Público Estadual e Municipal com a sustentação material e político-institucional do PISCMA era componente estrutural para sua sobrevivência. A finalidade estratégica do Programa era de contribuir para construção de Sistema Público de Saúde na região do Médio Araguaia com participação e controle social, condição essencial para sua sustentabilidade na realidade do Vale.

Os resultados teriam que aparecer o mais rápido possível, para legitimar o Programa junto à sociedade local; a equipe tinha clareza que não controlava o tempo político nem no local, nem na UnB nem na SUDECO. Sabia também que contrariar interesses do clientelismo político e promover um processo educativo comprometido com produção da autonomia da população explorada e excluída da região eram práticas potencialmente conflituosas com os donos do poder local.

Além disso, em 1977, a ofensiva autoritária e repressiva do Reitor e seu grupo estava no ápice na UnB. Em 1979,



o último General-Presidente tomaria posse, o que sempre provocava mudanças de dirigentes da Administração Pública Federal, que poderiam repercutir negativamente no funcionamento do Campus e do PISCMA.

As articulações permitiram o fornecimento regular dos medicamentos da CEME pelos órgãos estaduais, a transformação do convênio COMMEA-INAMPS em convênio global, acabando com o credenciamento individual dos médicos pelo Instituto. Ao mesmo tempo o Programa passou a integrar a rede de atenção dos Programas Nacionais de Controle da Tuberculose e da Hanseníase, fornecendo a medicação e fazendo acompanhamento clínico dos portadores destas patologias, em tratamento.

A atenção Odontológica que vinha sendo realizada na região, desde abril de 1977, por equipes mensais de alunos do último ano da Faculdade Federal de Odontologia de Diamantina (FAFEOD), Minas Gerais, supervisionados por professores da Instituição, foi integrada ao PISCMA logo que iniciado. Um convênio entre o Rondon e a FAFEOD foi articulado pelo Professor Volney Garrafa da UnB junto à sua Direção e corpo docente. Com a presença de professores foi possível, ainda, oferecer cursos de atualização para dentistas da região.

Também houve condições de implantação do regime de tempo integral e dedicação exclusiva para contratação de quatro médicos para supervisionarem os estágios rotativos docente-assistencial mensais dos residentes de 1º e 2º anos em Pediatria, Ginecologia e Obstetrícia e Medicina Comunitária, além dos existentes. Todos os quatro tinham concluído a residência e participado do PISCP. Os médicos residentes em Pediatria, Ginecologia e Obstetrícia atendiam, predominantemente no HRGV, e os de Medicina Comunitária no Posto de Saúde da Vila Santo Antônio, na periferia urbana de Barra do Garças, que passou a ser a primeira unidade de atendimento secundá-

rio do PISCMA. Ainda no contexto da reorganização técnico-administrativa do HRGV, iniciou-se o fortalecimento do Laboratório de Análises Clínicas supervisionado por uma professora do Departamento de Biomedicina da FCS e contratação de uma recém-graduada deste Curso, e, também, a capacitação de uma pessoa da comunidade, por meio de estágio no Laboratório da Biomedicina na UnB.

Somente no segundo trimestre de 1978, ano das eleições estaduais já na data limite estabelecida pela legislação eleitoral, conseguiu-se a contratação dos dez auxiliares de saúde necessários pela FUSMAT para atuarem na área urbana de Barra do Garças e em um Distrito de Torixoréu (Pontal). Um convênio entre o Rondon e a FUSMAT oficializou a sua participação no Programa. Entre a negociação da equipe do Programa com a Fundação, mobilização das comunidades para elegerem diretamente os auxiliares de saúde e o encaminhamento dos nomes e da documentação das dez escolhidas<sup>11</sup> à FUSMAT, a equipe teve menos de 60 dias. O tempo disponível entre a mobilização e escolha foi em torno de 40 dias.<sup>12</sup>

Antes do início da mobilização, a área de cobertura do atendimento domiciliar foi dividida em 10 comunidades, usando-se como critério inicial (o do PISCP) o número máximo de domicílios para cada auxiliar de saúde. Em seguida, reuniões foram realizadas em cada comunidade usando-se exposição dialogada e dramatizações para se explicar o Programa e o trabalho do auxiliar de saúde. E na reunião seguinte as pessoas presentes fizeram a escolha por votação.

Dois critérios para candidatura à vaga de cada comunidade foram comunicados desde as primeiras

---

<sup>11</sup> Se não me falha a memória, a equipe de auxiliares de saúde era composta por mulheres. Por esta razão, a partir deste ponto do texto sempre usarei o gênero feminino quando me referir a elas.

<sup>12</sup> São quantitativos estimados, baseados na memória do autor (N.A).

reuniões: morar na comunidade e dominar leitura, escrita e cálculos elementares. Como esperado, a maioria das escolhidas já desenvolviam alguma atividade em saúde na comunidade.

Ainda, que à época não existisse o Sistema Único de Saúde (SUS)<sup>13</sup>, se houvesse tempo e condições político-administrativa na UnB, havia uma chance real de construção de um Sistema Público de Saúde regionalizado, no mínimo, alcançando os Distritos, Povoados e Projetos de Colonização da extensa área rural de Barra do Garças. Apoio político e institucional da UnB era tudo que não se tinha. Ao contrário, o reitor, quando avaliou que não precisava mais do “acordo tácito”, primeiro destruiu o Programa Integrado Saúde Comunitária de Planaltina em 1978 (DIAS, 2002, op. cit. p. 50) e, em seguida, o PISCMA em 1979 (REIS, 1986, op. cit. p. 68). Ambos por ato administrativo unilateral da Universidade, como revelam estes autores.

Renato Hilário dos Reis, ao analisar o caráter da relação UnB-população (REIS, 1988, op. cit. p. 114/115) com base em 106 entrevistas realizadas com pessoas relacionadas ao Programa (CA/PISCMA)<sup>14</sup>, entre novembro de 1986 e setembro de 1987, identificou três momentos distintos e inter-relacionados.

<sup>13</sup> O SUS surgiu com a Constituição de 1988. Antes, o direito à saúde não era um direito constitucional. O trabalhador que tinha carteira assinada recolhia uma contribuição mensal do salário para o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) e assim adquiriria direito à assistência médico-hospitalar e previdenciária. Aqueles sem carteira assinada, se tinham condições, pagavam pelo acesso aos serviços de saúde. Os que não tinham, recorriam aos hospitais de caridade ou aos poucos hospitais públicos que existiam no País (N.A). Disponível em: <http://sistemaunico-desaude.weebly.com/index.html>. Acesso em 24/04/2016.

<sup>14</sup> Alunos da UnB, principalmente da área de saúde, estagiários do curso de Odontologia da FAFEOD. Professores: docentes que participaram do CA/PISCMA. População: atendentes de saúde do HRGV, auxiliares de saúde; lideranças formais da região; Pessoas que foram usuárias, beneficiárias ou funcionários do CA/PISCMA; dirigentes e servidores do Rondon que conceberam e implantaram o Projeto Rondon e o Programa Campus Avançado, os que acompanhavam o CA/PISCMA e os que estavam a frente do Rondon na época da pesquisa (Reis, 1988, op. cit. p. 245-246).

No momento inicial houve “predominância absoluta da Universidade e quase nenhuma participação da população em termos de iniciativa, direção, comando e conteúdo das ações”. No seguinte, ainda que a UnB mantivesse “a predominância na iniciativa e comando das ações [...] cresce acentuadamente [...] a influência [da população] determinando a direção e o conteúdo das ações”. A pressão e a demanda por atendimento médico-hospitalar cada vez aumentava. Era a consequência esperada por iniciar o Programa pelo hospital. No último momento, a pesquisa identificou “o esforço do equilíbrio Universidade-população [...] em que ocorreram maiores iniciativas e decisões conjuntas entre professores, alunos e população [...] também quando se pôde perceber uma participação mais organizada, sistematizada mais reciprocamente educativa entre a população através dos auxiliares de saúde e a Universidade, através de seus professores e alunos expressão incipiente de uma relação dialógica, de um exercício conjunto de poder e aprendizagem”.

Uma relação dialógica que estava se esboçando, ainda não chegando perto de abalar a predominância hegemônica da UnB “durou em torno de seis meses, face a interrupção da experiência pela administração superior da Universidade de Brasília.”<sup>15</sup>

O trabalho das auxiliares estava criando condições para que a população pobre descobrisse que a possibilidade de acesso a um serviço público de saúde de qualidade, como direito e não como favor de políticos e patrões, era real. A fala de uma delas é bastante emblemática: Se “a gente observar do início, percebe que foi a partir daí que teve interesse popular. Foi o interesse popular que fez melhorar, acordar também o interesse do governo em termos de saúde. Foi como tivesse nascido na época uma vida melhor em termos de saúde em Barra do Garças” (Pop. entrevista 223, p.2/5, apud REIS, 1988, op.cit. p.110/111).

<sup>15</sup> Ibidem.p. 112

No domínio da integração docente-assistencial “o desenvolvimento da autonomia pessoal do aluno, de sua capacidade de decisão e da sua auto-iniciativa frente aos desafios de sua vida profissional, se constituiu num decisivo resultado do PISCMA. Isto, segundo os entrevistados, veio do fato do aluno decidir o que e como fazer, frente às situações e desafios profissionais”. Como também, “a descoberta e o conhecimento da realidade da condição política, econômica, social e cultural do interior do país, suas contradições e conflitos foi apontado por ampla maioria dos entrevistados como outro resultado significativo da ação do CA/PISCMA”. E, também, contribuiu para “a formação de uma consciência de responsabilidade social e coletiva, solidária e ideologicamente comprometida com os interesses da população”, ainda que não fossem “padronizados, uniformes” (REIS, 1988, op.cit. p. 117 e 122).

O PISCMA, após oito anos da sua extinção, ainda é lembrado na região: “Entre as múltiplas repercussões junto à população, apontadas pelos entrevistados, apareceu com maior ênfase o acesso e o uso fruto que a população teve a serviços públicos de saúde, a nível curativo e preventivo em quantidade, qualidade e gratuidade”. E que “os recursos humanos treinados na época constituem ainda hoje, a base de saúde da região”. Estes fatos talvez expliquem as manifestações da população de “anseio e necessidade do retorno e continuidade das ações do CA/PISCMA na região”.<sup>16</sup>

Também, oito anos após a saída do Campus de Aragarças-Barra do Garças (1986/1987), depois de atuar quase 16 anos nestes municípios, à população restou um “profundo sentimento de “nostalgia”, face à ausência do Campus Avançado e consequentemente da ação conjunta Universidade de Brasília-Projeto Rondon na região. Esta “reação nostálgica”, pela nossa análise, se deve, talvez, à comparação que a população está estabelecendo entre o ocorrido com

---

<sup>16</sup> Ibidem. p. 218-219.

a presença e o ocorrente hoje com a ausência do Campus Avançado na região”.<sup>17</sup>

## Considerações Finais

Se for verdade que o Brasil superou a Ditadura Militar e vive um Estado de Direito Democrático Liberal, sob a Constituição de 1988, é também verdade que a pauta das reformas de base continua presente. Pelo menos duas delas, as reformas agrária e urbana, estão por se realizar. Manifestações dos movimentos sociais do campo e da cidade, que reivindicam terra e moradia, estão quase que diariamente na mídia em diferentes locais do País. A desigualdade social, as exportações centradas em commodities agrícolas e minerais mostram ainda que a agenda derrotada pelo Golpe Civil Militar de 1964 continua atual.

A questão ambiental, ausente da pauta de disputa naquele momento, hoje articulada com a desigualdade social mostra uma das faces mais perversas da sociedade brasileira, na de forma de injustiça ambiental.<sup>18</sup>

Não há dúvida que uma Extensão Universitária que articule Ensino e Pesquisa com suas práticas fundamentadas na perspectiva emancipatória e dialógica, numa prática estruturada no conhecer-agir-conhecer terá muito a contribuir na construção de um Brasil emancipado, tal como sonhado pelos alunos e professores que participaram da fundação da UnB e da resistência à destruição do seu projeto original. Este tipo de proposta exige uma forte articulação interna no âmbito da Universidade e externa com órgãos estatais responsáveis pela formulação e exe-

---

<sup>17</sup> Ibidem. p. 154-155.

<sup>18</sup> Ver: Manifesto de lançamento da Rede de Injustiça Ambiental - disponível em <http://www.mma.gov.br/destaques/item/8077> acesso em 14/06/2016; ver, Blog da RBJA - disponível em <https://redejusticaambiental.wordpress.com/>, acesso em 14/06/2016 e; Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil. Disponível em <http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/index.php>, acesso em 14/06/2016.

cução de políticas públicas instituídas para garantir direitos políticos e sociais da população brasileira. O Projeto Rondon e particularmente, os campi avançados tentaram isto nas condições da época. O desafio continua.

## Referências

BARBOSA, F. S.; CARVALHO, A. G.; LAVOR, A. C. H.; PARANAGUÁ SANTANA, J. F. N. Atenção à saúde e Educação Médica: uma experiência e uma proposição. *Educación médica y salud*. Vol. 11, No. 1 (1977).

BRASIL. LEI Nº 5.173, DE 27 DE OUTUBRO DE 1966. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 31/10/1966, Página 12563 (Publicação Original). Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5173-27-outubro-1966-358978-norma-pl.html>. Acesso em 23/06/2016.

BRASIL. MEC/CRUB/MINTER. **Uma visão do campus avançado pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras e Fundação Projeto Rondon**. Brasília: MEC/DDD, 1980. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002223.pdf>. Acesso em 20/06/2016.

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 5.873 DE 4 DE OUTUBRO DE 1943. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 6/10/1943. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5878-4-outubro-1943-415823-norma-pe.html>. Acesso em 18/05/2016.

CANDAU, V. M. (Org.) **Rumo a uma nova didática**. Petrópolis: Vozes, 2ª edição. 1989.

CARDOSO, L. R. **Os Grandes Empreendimentos Agropecuários Na Amazônia (Relatório Parcial)**. Brasília, 1992. Série Antropologia. Disponível em [https://www.academia.edu/5050629/OS\\_GRANDES](https://www.academia.edu/5050629/OS_GRANDES)

EMPREENDIMENTOS\_AGROPECU%C3%81RIOS\_NA\_AMAZ%C3%94NIA\_Relat%C3%B3rio\_Parcial\_. Acesso em 15/06/2015.

CUNHA, Sarah Tavares Corrêa. **No vale do Araguaia mato-grossense: uma análise do mercado imobiliário de Barra do Garças no período de 1950-1976**. 2006. 152 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2006. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/93457>>. Acesso em 22/06/2016.

DIAS, M. A. R. **Memória da Extensão na UnB nos Duros Anos 70**. Revista Participação, Nº 11. Brasília, novembro de 2002.

DIAS, M. A. R. **UnB e Comunicação nos anos 1970**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

\_\_\_\_\_. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. Cap. 1.

GALVÃO, M. E. C. G. **A Marcha para o Oeste na Experiência da Expedição Roncador-Xingú**. In XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, p. 1/13, julho 2011. Anais. Disponível em [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300890981\\_ARQUIVO\\_MarchaparaoOeste.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300890981_ARQUIVO_MarchaparaoOeste.pdf). Acesso em 18/05/2016.

GANTOS, M. (Org.) et al. **A Caravana Territórios do Petróleo: ressignificando a educação ambiental na Bacia de Campos**. Campos dos Goytacazes: Editora da Universidade Estadual do Norte Fluminense. Darcy Ribeiro, 2016.

LOUREIRO, C. F. B. **Problematizando conceitos: contribuição à práxis em educação ambiental**. In: LOUREIRO, C.F.B.,

LAYRARGUES, P.P. & CASTRO, R.S. (Orgs.) **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006.

MACIEL, D. P. **Aragarças (1943-1968): a moderna urbe na rota para o oeste**. In IV JORNADAS NACIONALES ESPACIO, MEMORIA E IDENTIDAD, Rosário (Argentina), 4 a 6 de outubro de 2006. Anais. Rosario: Universidad Nacional de Rosario [sd] (CD). Disponível em <http://www.nee.ueg.br/seer/index.php/revistaplurais/article/viewFile/66/91>. Acesso em 15/06/2016.

MOTTA, A. M. e SILVA, G. L. N. (Coord.). **História Oral do Projeto Rondon**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2006, Tomo 2.

MOTTA, A. M. e SILVA, G. L. N. (Coord.). **História Oral do Projeto Rondon**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2006, Tomo 1.

PAGLIOSA, F. L. e Da ROS, M. A. **O Relatório Flexner: Para o Bem e Para o Mal**. Rev. bras. educ. med. [online]. 2008, vol.32, n.4, pp.492-499.

PARANAGUÀ SANTANA, J. F. N. **História da Cooperação Técnica em Recursos Humanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2005. Disponível em <http://observatoriohistoria.coc.fiocruz.br/php/level.php?lang=pt&component=43&item=4>. Acesso em 27/06/2016.

PUIGRÒS, A. **Historia y Prospectiva de la Educación Popular Latinoamericana**. In Gadotti, M. e Torres, C. A. (Org.). Educação Popular Utopia Latino-Americana. S. Paulo: Cortez: Editora da Universidade de S. Paulo, 1974.

REIS, R. H. **A Extensão Universitária na relação Universidade-População: a contribuição do Campus Avançado do Médio Araguaia - Programa Integrado de Saúde Comunitária**. UnB, 1988. Dissertação

(Mestrado) - Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Brasília, Distrito Federal, 1988.

UnB. **Relatório Final da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade**. Brasília: 2015. Disponível em [http://www.unb.br/noticias/downloads/Relat%C3%B3rio\\_Comiss%C3%A3o\\_da\\_Verdade.pdf](http://www.unb.br/noticias/downloads/Relat%C3%B3rio_Comiss%C3%A3o_da_Verdade.pdf). Acesso em 14/06/2016.

VASCONCELOS, Iolani. **A metodologia enquanto ato político da prática educativa**. In: CANDAU, Vera Maria. (Org.). Rumo a uma nova didática. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

# COLHENDO SONHOS E REALIDADES: PESQUISAS DE OPINIÃO COMO FERRAMENTA DE ESTUDO DO UNIVERSITÁRIO ACERCA DAS COMUNIDADES QUE RECEBEM O PROJETO RONDON

Mathaeus Lazarini de Almeida<sup>1</sup>

## RESUMO

Ao longo da Operação Itacaiúnas (2015), desenvolveu-se, na oficina de capacitação em informática básica, pesquisa de opinião para conhecer melhor o município de São Domingos do Araguaia (PA). Sendo necessário um texto para que os alunos conhecessem as ferramentas de edição do *software* “Word”, propôs-se que eles mesmos redigissem tal texto, contudo no formato de respostas a um questionário, cujo propósito foi extrair tanto a percepção deles acerca do município quanto suas próprias perspectivas de vida. Os alunos escreveram seu nome, data e cidade de nascimento, escolaridade e, na parte principal, três coisas que gostavam e outras três que não gostavam na cidade, duas atividades lúdicas de seu dia a dia e dois sonhos que guardavam consigo para a vida. As oficinas trouxeram interessantíssimo panorama acerca de carências da cidade, seus atrativos, hábitos e perspectivas de vida daquela comunidade. Colher a opinião dos moradores, portanto, sobretudo no formato de pesquisa, impulsiona rondonistas a entrarem em contato profundo com a realidade do município que visitam, e mesmo refletirem sobre aquelas dificuldades e confrontá-las com as próprias – sendo este, talvez, o grande aprendizado do Projeto Rondon: expor nossos sonhos e desafios à luz da dura realidade dos brasileiros mais simples deste país.

**Palavras-chave:** Projeto Rondon; operação itacaiúnas; pesquisas de opinião

## ABSTRACT

Throughout the Itacaiúnas Operation (2015), it was developed an opinion poll in order to better understand the city of São Domingos do Araguaia (PA). This poll was conducted by undergraduate students through a workshop of basic informatics, in which local students were stimulated to express their opinions by the use of the text editing software “Word”. Hence a

---

<sup>1</sup>Graduando em Direito pela Universidade de Brasília – UnB.

questionnaire was provided them and a text was made from its answers. The purpose of this survey was to extract the students' perspectives on the city they live and also on their life aspirations. That being said, the students started by writing their names, school level, date and city of birth; then the following personal questions were answered: three things they liked and three things they didn't, two recreational activities of their daily and two life dreams. The workshop brought an interesting overview regarding the city's needs, its attractions, besides the habits and life aspirations of its communities. Polls based on the opinion of locals is a significant way of putting undergraduate students in deep contact with the reality of the city they visit. They were stimulated to think about those difficulties and also to confront them with their own difficulties – and this is perhaps the greatest learning of the Rondon Project: expose our dreams and challenges in light of the harsh reality of the Brazilian backland.

**Keywords:** Rondon Project; Itacaiúnas Operation; Polls.

## Introdução

Contando em sua história<sup>2</sup> com 827 municípios visitados por 18.793 rondonistas, sendo estes provenientes de 289 instituições de ensino superior de todo o país, o Projeto Rondon consolida-se como o maior projeto de extensão universitária do Brasil. Frente o seu tamanho monumental, possível graças ao apoio das Forças Armadas e a coordenação do Ministério da Defesa, também pairam ideais de enorme relevância para a construção de uma sociedade mais justa, consciente e cidadã – seja pelas comunidades carentes visitadas, ao contribuir para o seu desenvolvimento sustentável, bem estar social e qualidade de vida a partir do conhecimento levado pelos universitários, seja por estes estudantes de extensão (rondonistas), ao proporcionar-lhes o conhecimento de aspectos peculiares da realidade brasileira e mesmo o desenvolvimento dos sentimentos de responsabilidade social, espírito crítico e patriotismo<sup>3</sup>.

Dentro deste espectro de significados, torna-se de grande relevância não apenas o exercício das atividades planejadas pelo rondonista, visando o

---

<sup>2</sup> Dados de Junho de 2016. Fonte: Ministério da Defesa. Disponível em [www.projettorondon.defesa.gov.br](http://www.projettorondon.defesa.gov.br), acessado em 1º de junho de 2016.

<sup>3</sup> Objetivos do Projeto Rondon. Objetivos gerais: a. Contribuir para o desenvolvimento e o fortalecimento da cidadania do estudante universitário; b. Contribuir com o desenvolvimento sustentável, o bem-estar social e a qualidade de vida nas comunidades carentes, usando as habilidades universitárias. Objetivos específicos: a. Proporcionar ao estudante universitário conhecimento de aspectos peculiares da realidade brasileira; b. Contribuir com o fortalecimento das políticas públicas, atendendo às necessidades específicas das comunidades selecionadas; c. Desenvolver no estudante universitário sentimentos de responsabilidade social, espírito crítico e patriotismo; d. Contribuir para o intercâmbio de conhecimentos entre as instituições de ensino superior, governos locais e lideranças comunitárias. Fonte: Ministério da Defesa. Disponível em <http://www.projettorondon.defesa.gov.br/portal/index/pagina/id/9752/area/C/module/default>, acessado em 1º de junho de 2016.

cumprimento daqueles objetivos para com o desenvolvimento da comunidade. Torna-se também imperioso, frente os enormes esforços humanos e materiais empreendidos pelas operações, que o próprio rondonista se aplique à imersão, estudo e compreensão daquela realidade que lhe envolve, não se limitando a tangenciar aquele contexto social apenas através de suas atividades. Faz-se necessária a criação de mecanismos capazes tanto de levar o conhecimento de forma objetiva (encaminhando à comunidade a experiência acadêmica relevante para promoção de seu bem-estar e desenvolvimento social), quanto também trazer conhecimento e elementos objetivos para a construção de um entendimento acerca daquela realidade e, assim, contribuir para o desenvolvimento e fortalecimento daqueles sentimentos de cidadania, responsabilidade social e espírito crítico no próprio universitário.

## Objetivos

Imbuídos deste propósito, que envolve tanto levar quanto colher conhecimentos, rondonistas que participaram, em julho de 2015, da Operação Itacaiúnas, no município de São Domingos do Araguaia (PA), desenvolveram uma estratégia para colher informações capazes de retratar tanto o município quanto sua comunidade, retrato este necessariamente a partir do ponto de vista de seus próprios moradores. Os rondonistas responsáveis pelo desenvolvimento de uma oficina de capacitação em informática básica (Leonardo de Souza Lourenço Carvalho e Mathaeus Lazarini de Almeida) colheram, junto aos seus 96 alunos, informações de faixa etária, naturalidade, escolaridade e opinião, sendo esta acerca de aspectos positivos e negativos no município, preferências de entretenimento em seu cotidiano e, por fim, sonhos que esses alunos desejavam um dia realizar. Desta forma, os objetivos da pesquisa poderiam ser elencados em quatro tópicos principais:



## **Conhecer o município através do ponto de vista de seus moradores**

A partir da coleta de informações dos próprios moradores, buscou-se promover nossa desvinculação das descrições fornecidas pelos administradores locais (prefeito, secretários e demais servidores da prefeitura), que assessoravam e constituíam, recorrentemente, nossa interface com a comunidade. Através da coleta de um número expressivo de opiniões, procurava-se também fugir de impressões individuais marcantes que acabam por imprimir uma visão talvez equivocada da realidade local, quando não confrontadas tais impressões com um espectro mais amplo de descrições dos moradores acerca de seu modo de vida e dificuldades.

## **Quebrar preconceitos dos próprios rondonistas**

Através das informações colhidas, atestar, com respaldo nestes dados, impressões e opiniões – e não apenas com base em perspectivas pessoais isoladas, geralmente providas de algum preconceito, por mais positivo que ele seja. Logo, transformar o olhar do rondonista acerca daquela comunidade de um jeito mais consistente, fundamentado e desvinculado de estigmas e clichês, comuns quando o senso comum predomina à razão.

## **Traçar um panorama do público do Projeto Rondon no município**

Buscar conhecer o quantitativo, faixa etária, escolaridade, naturalidade e opiniões acerca de seu modo de vida e de seu município, percebendo também expectativas para com o conteúdo oferecido pelos rondonistas – especificamente, o conteúdo da oficina de capacitação em informática básica. Através deste levantamento, colher informações acerca do público visando compreender o impacto social do projeto, o que viabilizaria inclusive seu planejamento, o estabelecimento de metas, mensuração de resultados e prestação de contas.

## **Traçar um panorama da realidade de São Domingos do Araguaia**

Esboçar os pontos positivos e negativos do município, na visão de seus moradores, percebendo de que forma a realidade municipal, suas oportunidades e, sobretudo, suas dificuldades impactam na perspectiva de vida e nos sonhos daqueles moradores. Através deste estudo, refletir os problemas característicos das comunidades e pensar nestes problemas como desafios a se superar para o progresso humano de nosso país.

## **Desenvolvimento**

### **Oficinas de capacitação em informática básica**

Nas oficinas de capacitação em informática básica, desenvolvidas a partir de instruções elementares acerca de *hardware* e *software*, além do reconhecimento de funcionalidades do sistema operacional e, principalmente, o trabalho com ferramentas do pacote *Office* da *Microsoft* (*Word*, *Excel* e *PowerPoint*), os rondonistas depararam-se primeiramente com um problema de público-alvo – problema este transformado em oportunidade, como se descreverá adiante. Planejada inicialmente para abarcar um público de cerca de 50 alunos, a demanda pela oficina superou a centena (130 pessoas se inscreveram declarando interesse em participar, apenas no primeiro dia do projeto), razão pela qual teve de ser amplamente reformulada.

Nesta reformulação, optou-se por um conteúdo mais enxuto, visando atender o maior número possível de pessoas interessadas, com carga horária de 8 horas e a divisão das turmas entre os dois rondonistas. Esta divisão ocorreu de acordo com a experiência em informática dos alunos: uma turma de nível iniciante, composta por aqueles que nunca tiveram contato com computador (ou, mesmo tendo contato, conhe-

ciam muito pouco do aparelho e suas funcionalidades) e outra turma de nível intermediário, composta por aqueles que já usavam eventual ou regularmente o computador. Tal divisão se deu com o propósito de proporcionar àqueles com maior conhecimento de informática um conteúdo mais aprofundado, o que não seria possível junto à turma de iniciantes, uma vez estes demandem tempo maior para assimilação da máquina – havia alunos, por exemplo, que sequer sabiam mexer no *mouse* ou ligar o computador, o que demandava esforço e tempo maior no sentido de sua ambientação com o aparelho. Ao final da Operação Itacaiúnas, os rondonistas conseguiram com que 96 pessoas concluíssem este curso de capacitação em informática básica.



**Figura 1** - Salas onde foram realizadas as atividades da oficina de capacitação em informática básica, situadas no Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) de São Domingos do Araguaia. Fotos de Mathaeus Lazarini.

### **Estratégia para formulação da pesquisa**

Algumas características tornaram as oficinas em uma circunstância ideal para a coleta de informações. Desta forma, estabeleceu-se uma estratégia para a coleta dos dados, que conciliava tanto essas características peculiares da oficina quanto suas atividades-fim de capacitação. A estratégia se deu, então, em seis pontos.

### **1º ponto da estratégia: definição do público-alvo**

As oficinas de informática contavam não apenas com um público potencialmente mais numeroso (96 alunos concluíram o curso) como também bastante heterogêneo quanto à faixa etária (de oito a 62 anos), o que trazia à tona a ideia de diversidade nas respostas. Outro elemento que fundamentou a escolha da oficina como ponto de coleta das informações foi o fato do curso acontecer ao longo de oito horas (em dois períodos de quatro horas cada), proporcionando tempo suficiente para coleta tranquila das informações.

### **2º ponto da estratégia: aplicação do questionário concomitante à oficina**

A aplicação do questionário deveria ser concomitante às atividades da oficina, sob pena de trazer algum sentimento negativo aos alunos, seja de impaciência, seja de indiferença e desleixo, previsíveis caso fosse aplicado antes ou após a oficina. Devendo ser aplicado concomitantemente, pensou-se nele como

uma parte intrínseca das atividades, ou seja, como exercício indispensável à própria oficina, de forma a motivar os alunos em sua conclusão. Assim, visando a instrução acerca das diversas ferramentas e funções do software *Word*, um texto seria necessário para exercitar estas técnicas de formatação e digitação – sendo este texto a ser usado a própria resposta dos alunos ao questionário proposto.

### **3º ponto da estratégia: construção de temas do questionário**

Visando os propósitos originais de se conhecer tanto as pessoas quanto a comunidade, definiu-se a coleta de alguns dados elementares (nome, data de nascimento, escolaridade e naturalidade) e, posteriormente, a opinião das pessoas acerca de determinados pontos (aspectos positivos e negativos do município, hábitos que prezavam fazer e sonhos que mantinham). Evidentemente, decidiu-se pela exclusão de temas polêmicos que suscitasse opiniões apaixonadas, procurando tanto preservar os alunos quanto a própria oficina em si.

### **4º ponto da estratégia: brevidade e simplicidade dos questionários**

A brevidade está relacionada com a necessidade de se tomar o mínimo de tempo possível da oficina – e mesmo evitar qualquer ansiedade ou impaciência dos alunos para com essa etapa. Já a simplicidade se justifica pela necessidade de um questionário acessível, frente a constatação da baixa escolaridade dos alunos. Perguntas complexas demandariam ajuda dos instrutores, quando o propósito era, na intimidade de seus computadores, cada qual construir seus textos de forma espontânea e independente.

### **5º ponto da estratégia: espontaneidade para respostas**

Por estarem sozinhos, cada qual em sua mesa e computador, os alunos sentiam-se mais desinibidos

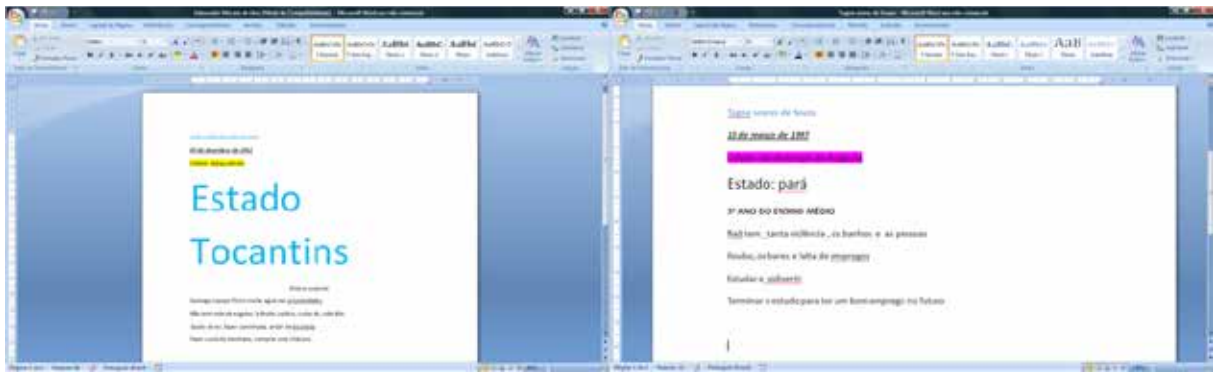
para descreverem suas respostas ao questionário. Fria-se que não era permitido aos alunos influenciarem-se na resposta aos quesitos. A espontaneidade faz-se necessária principalmente para as questões de opinião, tendo em vista buscarmos percepções individuais e não meras influências de colegas: cada pessoa carrega consigo uma realidade e se faz exposta, diariamente, a problemas, preferências, vantagens e perspectivas de vida inerentes a esta realidade. Buscávamos estas impressões personalizadas.

### **6º ponto da estratégia: retenção dos questionários**

Por durar 8 horas, cada oficina compreendia dois turnos. No primeiro turno consumia-se o tempo descrevendo as noções de hardware e software, além de introduzi-los no *Word*. O término deste turno foi pensado para coincidir com o término da construção do texto – ou seja, o término das respostas ao questionário. Quando finalizado o questionário, ensinava-se a turma a salvar o arquivo do *Word* – ao passo que estavam salvando seu questionário na própria máquina. Dispensados os alunos para o intervalo, os instrutores passavam de aparelho em aparelho recolhendo os questionários salvos para o levantamento posterior.

### **O questionário**

Havendo, portanto, a necessidade de um texto para exercitar as funcionalidades e ferramentas do software *Word*, cada instrutor dava as coordenadas para se abrir o programa através de uma projeção que podia ser vista por todos no quadro branco. Inicializado o programa, o instrutor ditava o que queria que cada aluno digitasse e, para cada linha da folha em branco do *Word*, estes alunos eram encaminhados a escrever uma única resposta. No total de oito questões, seu texto terminava por conter oito linhas (oito respostas), sendo este texto ponto de partida para edições e formatações através das diversas funcionalidades do software.



**Figura 2** - Exemplos de exercício no Word para a turma de nível iniciante. Como se observa, a partir do texto escrito por eles mesmos (na forma de respostas a um questionário ditado pelo instrutor), os diversos mecanismos de edição, formatação e demais recursos eram demonstrados.



**Figura 3** – Exemplos de exercícios no Word para a turma de nível intermediário. Para estes alunos conseguia-se progredir mais em recursos, de tal forma que os trabalhos alcançavam níveis maiores de sofisticação. Para esta turma era usual, ao invés das respostas estarem isoladas em cada linha, estarem escritas na forma de uma narrativa.

O primeiro bloco de questões visava colher aspectos elementares como nome, idade, escolaridade e naturalidade. Já o segundo bloco reunia questões que buscavam explorar a opinião de cada aluno acerca de temas diversos envolvendo aspectos da cidade, de seu cotidiano e aspirações de vida. Necessário destacar que neste último bloco as respostas pedidas sempre foram múltiplas (duas ou três opções de resposta poderiam ser descritas), ao passo que foi dada a liberdade para os alunos responderem fazendo menos citações que as recomendadas (por exemplo, uma ou duas respostas ao invés das duas ou três sugeridas).

Essa liberdade foi pensada tendo em vista que tanto citar algo é um indicativo de sua notoriedade quanto deixar de citar é um indicativo de sua relevância talvez questionável – ao menos para um espectro mais amplo de pessoas. Portanto, a abstenção de um aluno que citou apenas uma resposta mostra-se como indicativo do que ele considera relevante e, por mais que algo tenha sido citado por diversas outras pessoas (e não por ele), sua abstenção imprime a conclusão de que aquilo que foi citado pelos outros talvez não seja uma unanimidade ou mesmo notoriedade tão grande assim. Por isto, não se forçou que os alunos respondessem a todos, dando-lhes a liberdade para responderem até os limites propostos.

### **1ª questão: nome**

Com o único propósito de se evitar homônimos, pedia-se aos alunos que escrevessem seu nome na primeira linha – seu primeiro nome e um sobrenome qualquer. Não era pedido nome completo, sequer que eventuais alunos retificassem quando colocados exclusivamente o primeiro nome. Ou seja, o propósito era apenas diferenciar diversos questionários, evitando-se contabilizar mais de uma vez o mesmo aluno – e mesmo preservar em alguma medida o sigilo dos entrevistados, dada a impossibilidade de identificação imediata.

### **2ª questão: data de nascimento**

Com o propósito de separá-los por faixas etárias, e mesmo verificar como as respostas de opinião talvez variassem com a idade dos alunos, foi pedida a data de nascimento. Necessário destacar que muitas crianças não sabiam sua data de nascimento, mas conheciam a idade – o que já era suficiente, dado o propósito ser de situá-los nas faixas.

### **3ª questão: nome da cidade de nascimento**

Terceira linha do documento, quesito que visava identificar de onde vinham aquelas pessoas, tendo em vista a cidade de São Domingos do Araguaia não ser uma cidade antiga (foi emancipada apenas em 1991 de São João da Aliança) – mas fruto de povoaamentos recentes naquela região, na segunda metade do século XX<sup>4</sup>.

### **4ª questão: escolaridade**

Para aqueles que não estavam na escola, pediu-se que escrevessem a série que concluíram por último. Já para os estudantes, o ano que frequentavam atualmente. Buscava-se assim relacionar escolaridade e opiniões, ou mesmo qualificar o público da oficina.

### **5ª questão: três coisas que gostavam na cidade**

Adentrando a parte de opinião, iniciava-se por questioná-los acerca de três coisas que gostavam em São Domingos do Araguaia, quaisquer que fossem. Frisava-se que poderiam ser coisas de qualquer tipo, devendo descrever aquelas que lhes viessem a mente.

### **6ª questão: três coisas que não gostavam na cidade**

Qual descrito para a 5ª questão, pedia-se que escrevessem três coisas que não gostavam em sua cidade, visando então conhecermos pontos negativos de São Domingos do Araguaia, talvez despercebidos ao longo de nosso tempo no município.

### **7ª questão: duas coisas que gostavam de fazer em seu dia-a-dia**

Visava-se observar o hábito dos moradores da cidade, suas preferências de entretenimento, atividades lúdicas e formas com que se divertiam ao longo do dia-a-dia, ante a realidade que aquele interior lhes proporcionava. Tratou-se de um quesito problemático tendo em vista o fato de que muitos alunos confundi-

---

<sup>4</sup> “A história do município de São Domingos do Araguaia teve início com a chegada do lavrador piauiense Serafim Canário da Silva, no ano de 1952. A partir do ano de 1953 outras famílias, inclusive parentes de Serafim, começaram a chegar e se estabelecer próximo ao local onde habitava o lavrador piauiense. (...) Com o rápido crescimento e desenvolvimento do distrito começou haver reivindicações pela autonomia política já que a localidade abrigava a maioria dos comerciantes e produtores de São João do Araguaia. Em 1991 foi realizado o plebiscito para emancipação do município tendo 99,5% dos votantes apoiado esse movimento, que se concretizou no mesmo ano. A área do município de São Domingos do Araguaia foi desmembrada do município de São João do Araguaia.” Fonte: IBGE, disponível em <http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/historico.php?codmun=150715&search=para%7Csao-domingos-do-araguaia%7Cinphographics:-history&lang=> acessado em 1º de junho de 2016.

rem-no com a 5ª questão, onde listaram três coisas que gostavam na cidade – desta forma, optou-se por excluir este ponto do presente trabalho, ante numerosas abstenções e problemas constatados.

### 8ª questão: dois sonhos que guardavam consigo

Apesar de a ideia original ser perguntá-los acerca de dois sonhos que levavam consigo, percebeu-se que muitos se mantinham afeitos a um único desejo. Desta forma, optou-se por permitir que citassem apenas uma aspiração, ao passo que a maioria elencou dois sonhos. Buscava-se compreender as perspectivas de vida daquelas pessoas, sempre muito associadas às circunstâncias, problemas e recursos do local em que vivem – daí a busca por mais de um sonho: inevitavelmente, algum estaria bastante associado às limitações do local.

## Resultados

### Dados para naturalidade

Ao contrário do que se imaginava, 61% dos alunos declararam ter nascido em São Domingos do Araguaia; 22% em outras cidades do Pará, 11% no Maranhão e 6% Bahia, Paraná e Tocantins. Ou seja, por mais recente que seja a cidade, o povoamento na área remonta o início dos anos 1950 e, ainda que não constituísse município, as pessoas se identificam como sendo da região de São Domingos do Araguaia presente.

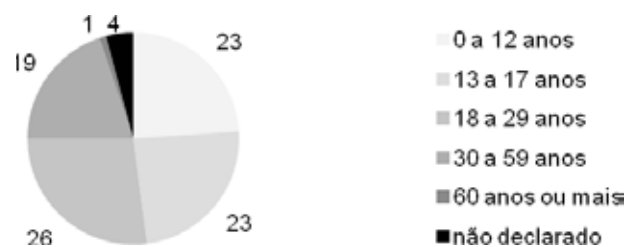
### Dados para sexo

Das 96 pessoas que concluíram o curso, 63 eram mulheres (66%) e 33 eram homens (34%). O predomínio de mulheres se explica pelo fato das oficinas serem realizadas ao longo da semana, pela manhã

e pela tarde – muitos pretendentes da oficina, principalmente homens, alegavam sua impossibilidade de comparecer dado trabalharem no horário (uma das razões, inclusive, por ter sido aberta turma extra no sábado).

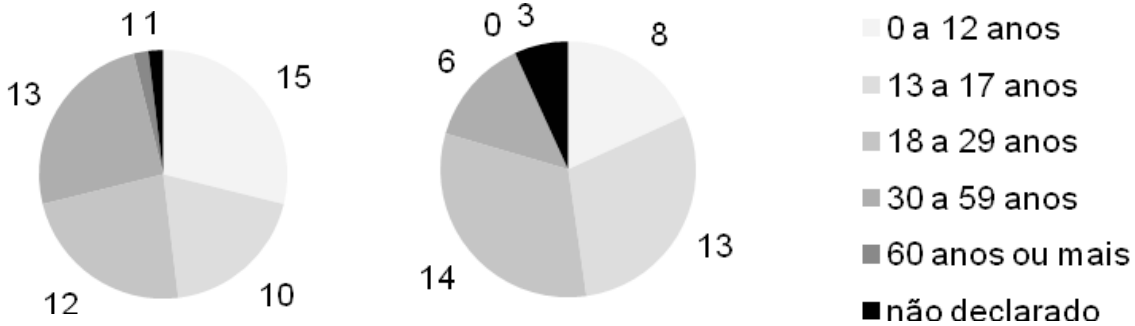
### Dados para faixa etária

Segmentados entre crianças (0 a 12 anos), adolescentes (13 a 17 anos), jovens (18 a 29 anos), adultos (30 a 59 anos) e idosos (60 anos ou mais), a distribuição entre os diversos grupos, com exceção dos idosos, mostrou-se surpreendentemente equilibrada – quando analisadas as duas turmas, nível iniciante e nível intermediário, de forma conjunta.



**Gráfico 1** – Alunos que cursaram as oficinas de informática básica, por faixa etária

Tratou-se de um aspecto positivo frente ao receio de que o trabalho com ênfase em algumas faixas etárias pudesse trazer consequências negativas para as perguntas de opinião – tendo em vista a idade ser fator determinante para a forma com que se interpreta a realidade. Analisadas isoladamente as turmas, o Gráfico 2 exhibe algumas tendências que se traduziram, inclusive, como dificuldade para os instrutores. Percebe-se que na turma de nível intermediário há predomínio de jovens e adolescentes – o que foi percebido por seu instrutor como fundamental para o progresso acelerado na aplicação do conteúdo.

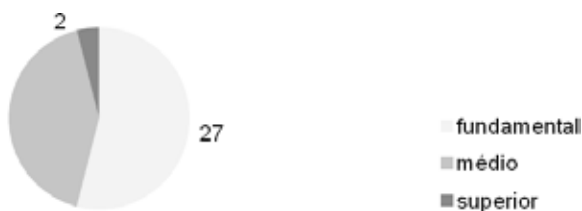


**Gráfico 2** - Distribuição por idade: no gráfico da esquerda, alunos que frequentaram o nível iniciante; no gráfico da direita, alunos que frequentaram o nível intermediário.

Por outro lado, na turma de nível iniciante, percebe-se uma distribuição bem maior de idades – com leve predomínio de crianças e adultos, repercutindo para o instrutor dessa turma na dificuldade de assimilar aspirações distintas de seu público: enquanto as crianças anseiam um conteúdo mais lúdico, os adultos desejam algo mais funcional, de tal forma que o equilíbrio entre ambos envolvia, inevitavelmente, insatisfações para uma ou outra faixa etária, de acordo com o conteúdo ministrado.

### Dados para escolaridade

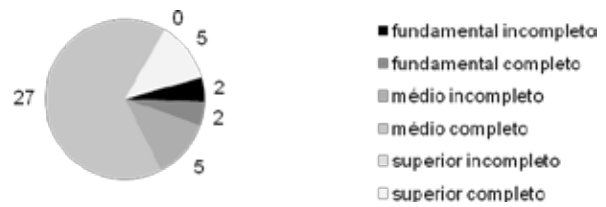
Na coleta de dados acerca da escolaridade, até mesmo pela diversidade da faixa etária, esperava-se um público composto similarmente entre estudantes e aqueles já egressos do sistema de ensino. Algo que se comprovou: 50 alunos responderam que frequentavam algum ano do ensino fundamental, médio ou superior contra 41 alunos que afirmaram não mais cursar qualquer nível escolar (cinco foram as abstenções a este quesito).



**Gráfico 3** - Nível escolar frequentado por aqueles que atualmente estudam

Dentre as pessoas que cursavam algum ano dos ensinos fundamental, médio ou superior, percebeu-se a quantidade muito reduzida de integrantes no nível superior. São Domingos do Araguaia não possui faculdade, razão pela qual parte de seus jovens anseiam a mudança para Marabá, distante 50 km do município, maior cidade da região sudeste do Pará. Aqueles que declararam cursar nível superior, inclusive, comentaram o deslocamento regular de São Domingos do Araguaia para Marabá a fim de frequentarem o curso.

Já dentre as pessoas que não mais frequentam escola, percebeu-se o predomínio daqueles com ensino médio completo, algo que surpreendeu os instrutores. Para aqueles que frequentaram nível superior, todos os cinco haviam concluído, não restando um sequer que tenha pausado ou abandonado os estudos. Tratou-se de um grupo inclusive mais numeroso do que aqueles com fundamental completo ou incompleto apenas.



**Gráfico 4** - Escolaridade daqueles que não frequentam mais a rede de ensino

Por último, entre aqueles que não mais estudam, pouca diferença foi observada em termos de escolaridade quando comparados os sexos: 73% dos homens que não mais estudavam disseram ter concluído o ensino médio – o valor para as mulheres ficou em 62%. Para o nível superior inverte-se a predominância, com 7% dos homens e 15% das mulheres declarando terem concluído a graduação – de tal forma que não pôde ser observada qualquer relação entre o sexo e níveis maiores ou menores de escolaridade nas turmas.

### Dados de opinião: citações positivas sobre a cidade

Adentrando a parte das opiniões, é preciso destacar os significados do que se apresenta ao longo do Gráfico 5. As respostas para uma pergunta de opinião divergem de forma praticamente total entre as pessoas – contudo, a estratégia usada foi de reunir citações distintas dentro de categorias capazes de representar aquele grupo de citações que resguardam similaridades de gênero entre si, por mais que as espécies sejam diferentes.

Um bom exemplo repousa na citação que lidera o Gráfico 5: “banhos”. Trata-se de uma forma dos moradores se referirem a pontos de água nos quais se

divertem: muito comum a citação às praias de água doce (sobretudo nos rios Tocantins e Araguaia), cachoeiras (como as da Serra das Andorinhas) e mesmo córregos e igarapés, citados com entusiasmo. Quanto às “festas”, frisaram os festejos tradicionais do município, sobretudo as festas do padroeiro da cidade, São Domingos (quando a cidade celebra, ao longo de uma semana inteira, o dia do padroeiro, 8 de agosto, com jogos, brinquedos, comidas típicas, shows, barracas em praças e diversas apresentações). A “tranquilidade” também é bastante citada, envolvendo a percepção dos moradores do quão serena é a vida na cidade dada sua pequena dimensão, além da cordialidade de seus moradores, expressa na satisfação de muitos pela amizade que constroem com vizinhos, parentes, amigos de filiação religiosa e mesmo no comércio – a facilidade no trato humano e a solicitude em se ajudar o próximo.

As “praças” são locais em que, tradicionalmente, se reúnem à noite para conversar, namorar e brincar (notadamente a juventude), e mesmo se reunirem nas saídas de celebrações religiosas, sendo citadas junto a tais justificativas por diversas pessoas. Outro aspecto que merece destaque são as citações compreendidas pelo critério “lanchonetes”, que agrêmia citações envolvendo lanchonetes propriamente ditas, pizzarias, quiosques de lanches, restaurantes e

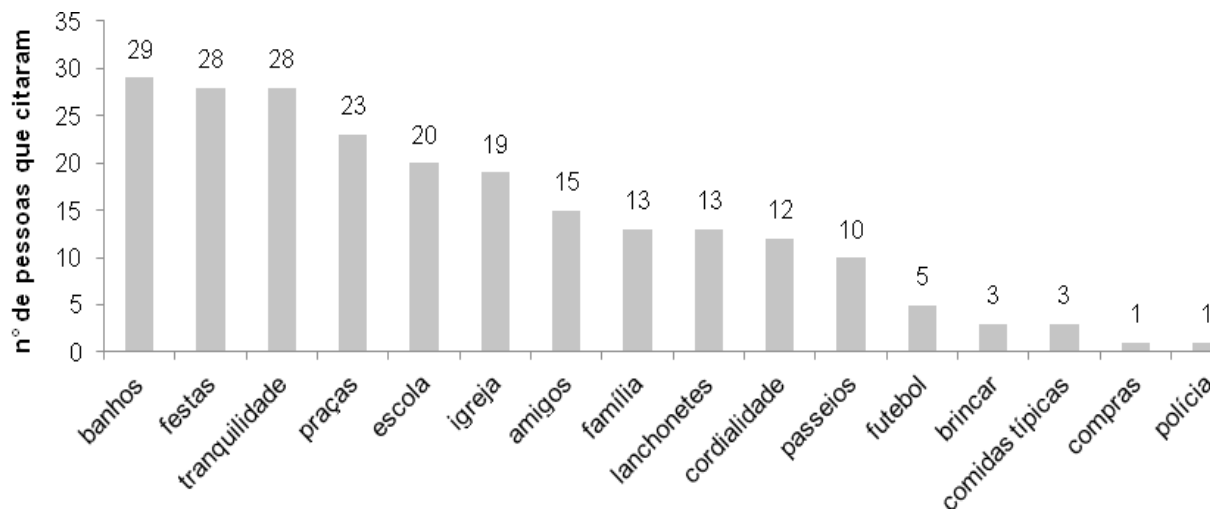


Gráfico 6 - Citações de aspectos positivos na cidade



mesmo bares com churrasco e bebida, sendo todos agremiados no mesmo conjunto pelo aspecto comum de reiterada associação de tais ambientes a um local de confraternização e boa comida. A categoria “passeios” reúne as citações de alguns acerca de trilhas nos arredores, e mesmo visitas ocasionais a sítios nas redondezas ou excursões para locais de banhos. Foi desmembrada da categoria “banhos” devido à ênfase dos moradores não no curso d’água em si, mas em todos os aspectos que reúnem aquela atividade lúdica – sendo o curso d’água um aspecto secundário frente a todo o significado daquela atividade.

### **Dados de opinião: citações negativas sobre a cidade**

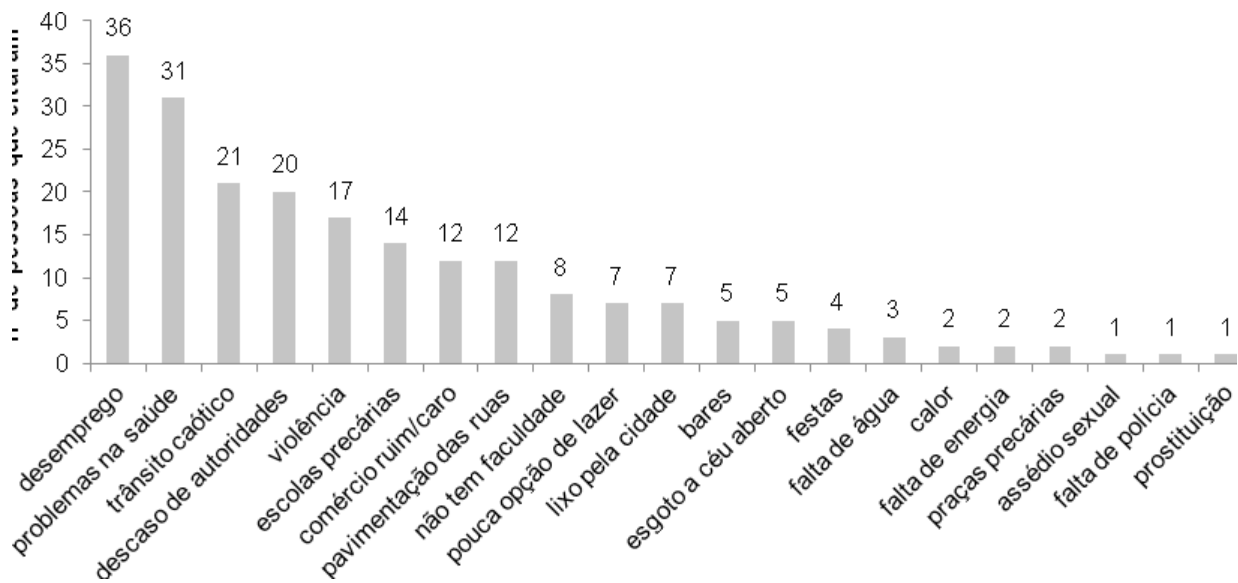
Quanto às citações negativas, destaca-se acentuadamente o problema do “desemprego”: sobretudo os jovens e as mulheres frisam ser muito difícil a colocação profissional em São Domingos do Araguaia, uma vez a cidade não apresenta setor industrial relevante e a agropecuária, fonte primordial de receitas do município, realizar-se, sobretudo, a partir da pecuária extensiva, que emprega pouquíssimos e precários postos de trabalho, reiteradamente com renda baixa e serviço pesado. Resta o comércio, onde a demanda por postos de trabalho também é muito limitada, ou mesmo a informalidade, onde as pessoas não alcançam o nível de satisfação material capaz de lhes proporcionar uma boa qualidade de vida.

Outro fator de grande destaque nas queixas se refere aos “problemas na saúde”. A grave carência de médicos foi citada como maior dos problemas, mas ainda assim foram colhidas opiniões descrevendo também a falta de equipamentos hospitalares e medicamentos, instalações dos postos de saúde bastante precárias, além da forma ruim com que

são atendidos pelos profissionais da saúde, que muitos acreditam não os respeitar ou dar a devida importância ao seu caso quando buscam as unidades de saúde.

O “trânsito caótico” agremia referências à falta de sinalização e imprudência dos motoristas que, conjugadas com o fato da cidade se dispor ao longo de uma rodovia bastante movimentada (a BR-153, com tráfego intenso de caminhões), resultam em diversos problemas envolvendo acidentes. A BR-153 também constitui a principal avenida, onde se dispõe a maior parte do comércio e demais instalações públicas. Contudo, o aspecto que mais frisaram quanto ao trânsito caótico foi a total irresponsabilidade com que os motociclistas trafegam pela cidade. Característica comum da região como um todo, a cidade tem muito mais motociclistas do que condutores de carros e outros veículos, sendo que a maior parte dirige sem capacete ou documentos, sendo inclusive bastante comum presenciar menores de idade andando pela cidade dirigindo moto – quase sempre sem capacete e às vezes carregando mais crianças consigo em garupa. É corriqueira a disputa de motos em rachas ou mesmo motociclistas empinando a moto pela rodovia. Relatam que os motoqueiros, reiteradamente, desrespeitam sentidos de fluxo e mesmo avançam sobre calçadas ou canteiros sem qualquer prudência. Destacam também que, diariamente, há acidentes graves e as unidades de saúde vivem a rotina de vítimas deste trânsito caótico. Problemas que foram, em grande medida, presenciados pelos próprios rondonistas ao longo da operação.

A “violência” faz menção aos casos de roubo e furto crescentes, e mesmo circunstâncias de brigas, agressões e assassinatos que, ainda que pouco numerosos ante as dimensões do município, assustam cada vez mais os moradores, sempre habituados a tranquilidade da cidade – a escalada nas ocorrências foi citada por alguns, posicionando São Do-



**Gráfico 7** - Citações de aspectos negativos na cidade

mingos do Araguaia como uma cidade que tem perdido sua tradicional tranquilidade.

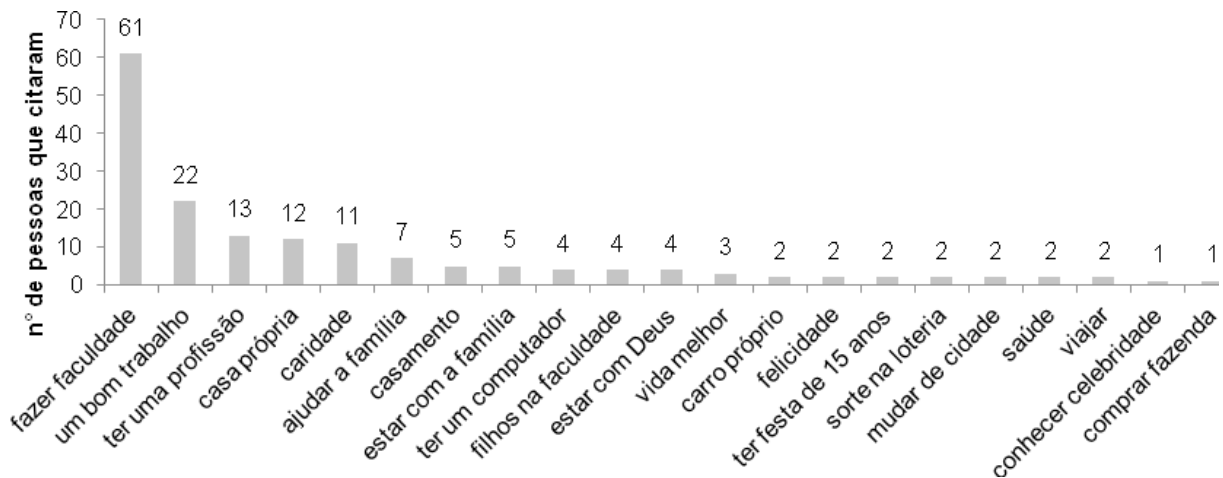
São também citados problemas de infraestrutura como a precariedade das instalações escolares, as praças da cidade sem manutenção e já bastante depredadas, a pavimentação ruim das ruas (ou mesmo inexistência de pavimentação, como ocorre em grande número de ruas de terra dentro do perímetro urbano), os problemas com coleta de lixo (pontos na cidade onde há seu acúmulo) e o esgoto a céu aberto (não há tratamento de esgoto no município, sendo este destinado a fossas ou mesmo, em muitos casos, despejado em cursos d'água ou nas ruas). Faltas recorrentes de água e luz em alguns bairros (ambas fornecidas por empresas privadas) também foram comentadas, assim como a falta de policiamento (não há quartel de polícia no município, havendo patrulha de um único carro da polícia militar, deslocado de Marabá).

Interessante destacar as citações para os bares da cidade e suas festas como pontos negativos, visão corrente para alguns frente a tais circuns-

tâncias implicarem, quase sempre, em indivíduos alcoolizados e confusão deles decorrentes. Por último, e não menos importante, a queixa para o fato de não haver faculdades no município, o que força jovens e adultos a migrarem para Marabá ou mesmo desistirem de continuar os estudos após o término do ensino médio, dado que muitos não conseguem arcar com o deslocamento diário.

### **Dados de opinião: os sonhos que os alunos carregam consigo**

Último aspecto pesquisado, os sonhos de cada um dos alunos, dada a possibilidade de citarem até dois, surpreenderam na medida em que o alvo preferencial foi mencionado muito mais do que os outros: o anseio em se fazer uma faculdade. Mesmo considerados os demais sonhos com grande número de citações (“um bom trabalho” e “ter uma profissão”), percebe-se os mesmos, em grande medida, relacionados com essa percepção central da comunidade de que uma melhor perspectiva de vida passa, necessariamente, pela obtenção de um diploma de nível superior.



**Gráfico 8** - Sonhos dos alunos

A citação “fazer faculdade” reúne respostas de alunos ao sonho de um dia cursar nível superior: respondiam apenas que queriam fazer faculdade, não delimitando qual o curso. Já a citação “ter uma profissão” engloba respostas específicas de alunos que sonhavam com profissões que envolviam algum curso superior, como quando diziam sonhar em serem advogados, médicas, dentistas, enfermeiros, engenheiras, veterinárias, entre outras profissões que implicam, necessariamente, um curso superior. Desta forma, caberia inclusive a reunião de ambos os grupos – o que alçaria o desejo de um curso superior à condição de 74 citações. Não obstante, resolveu-se por separá-las dado o critério genérico “fazer faculdade” envolver uma condição mais ampla do que, necessariamente, perseguir uma profissão meta de vida.

## Conclusão

A coleta de informações diretamente junto aos moradores e, principalmente, de uma forma ampla e objetiva, coloca-se como instrumento muito interessante para perseguir aqueles ideais de representação do município, quebra de preconceitos, clichês e opiniões superficiais, além do levantamento de dados para quantificar impactos e elaborar planeja-

mentos para operações. Finaliza por resultar na valiosa obtenção de conhecimento acerca das características, problemas, desafios e expectativas das comunidades que vivem no interior do Brasil, frequentemente esquecidas pelo poder público e sem acesso aos meios materiais imprescindíveis para o exercício pleno de sua cidadania e para o desenvolvimento humano de seus cidadãos.

Por conseguinte, estratégias devem ser elaboradas de tal forma a conciliar a prospecção de informações e as atividades-fim que o rondonista se propõe junto à comunidade, fazendo com que este rondonista realize sua pesquisa sem prejuízo do conhecimento que ele se comprometeu em levar àquela comunidade. O fluxo de informações deve acontecer em duplo sentido, uma vez ser indispensável ao Projeto Rondon promover desenvolvimento humano tanto no público-alvo quanto nos seus agentes de transformação: os rondonistas. E, se o público-alvo terá contato com um conhecimento útil e transformador trazido do ambiente acadêmico, o rondonista precisa também ter contato com informações mais detalhadas daquela difícil realidade que se pretende visitar e trabalhar.

São Domingos do Araguaia pôde ser retratada de forma abrangente, instigante e, ante os dados coletados – e a grande possibilidade de outras informações mais que poderiam ser colhidas – percebe-se o potencial de compreensão e transformação daquela comunidade, além da elaboração de reflexões acerca do alcance das ações empregadas. Colher a opinião de moradores, portanto, neste formato de pesquisa, impulsiona os rondonistas a entrarem em contato profundo com a realidade do município que visitam, e mesmo refletirem sobre suas dificuldades e confrontá-las com as próprias – sendo este, talvez, o grande aprendizado do Projeto Rondon: expor nossos sonhos e desafios à luz da dura realidade dos brasileiros mais simples de nosso país. E assim, transformar estes sonhos para o bem da construção de uma sociedade com mais oportunidades para aqueles que mais precisam.

# CAMPUS AVANÇADO DO MÉDIO ARAGUAIA: UM OLHAR SOBRE A EXPERIÊNCIA NA FORMAÇÃO DE EDUCADORES EM UMA PERSPECTIVA LIBERTADORA

Maria Osanette de Medeiros<sup>1</sup>

## RESUMO

Neste texto, relato a experiência vivida no *Campus* Avançado do Médio Araguaia da Universidade de Brasília, em Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, no período de 1982 a 1987. A partir do Projeto de integração universidade e comunidade, proposto pelo Projeto Rondon, via *Campus* Avançado, apresento relatos do trabalho de um grupo de estudantes de diversas áreas do conhecimento, voltado para a educação, com foco na formação de professores, ressaltando-se a experiência do Projeto Logos II. A experiência desenvolveu-se no Município de Nova Xavantina e no distrito de Campinópolis, ampliando-se pela região do Médio Araguaia. Como resultado direto da ação do *Campus*, ocorreu a interiorização de egressos de diversos cursos da UnB.

**Palavras-chave:** *Campus* avançado; Projeto Rondon; Educação.

## ABSTRACT

In this text, I report my own experience at Advanced Campus of the Médio Araguaia of the University of Brasília, in Nova Xavantina, Mato Grosso State, from 1982 to 1987. From the University and Community Integration Project proposed by the Rondon Project, via advanced *Campus*, I present reports on the work of a group of students from different areas of knowledge, focused on education, focusing on teacher training, highlighting the experience of Logos II Project. The experiment was carried out in a city called Nova Xavantina and in the district of Campinópolis, extending through the Médio Araguaia region. As a direct result of the action of the *Campus*, graduates of several UnB courses went inland these cities.

**Keywords:** advanced *campus*; Rondon Project; Education.

---

<sup>1</sup> Professora no Curso Educação do Campo na FUP-UnB

## Introdução

Início este relato prestando uma homenagem póstuma a duas professoras da Faculdade de Educação (FE) da Universidade de Brasília (UnB), Lucília Alencar e Maria Alice Pitaguary. Ambas tiveram um papel preponderante na formação dos estudantes que participaram do Projeto *Campus Avançado* do Médio Araguaia, preparando-os, incansavelmente, com seu entusiasmo, sua competência e garra. Acreditavam que o conhecimento estava além da Universidade. Contribuíram, significativamente, para que a carreira docente fosse encarada pelo poder público com dignidade. Lutaram por uma escola pública de qualidade, comprometida com a construção de uma sociedade mais humana e mais justa. Com esse espírito, faziam vibrar seus ideais, seus sonhos e utopia na preparação dos estudantes, fazendo-se presentes em todo o processo.

Aproveito para fazer uma justa homenagem à professora Leda Del Caro Paiva, primeira Diretora do *Campus Avançado* do Médio Araguaia, em Nova Xavantina (MG), que, prematuramente, retornou às suas atividades acadêmicas na UnB, interrompendo, dessa forma, os sonhos e a utopia de contribuir, por mais tempo, com aquela comunidade, com a construção do processo de redemocratização do país. Mesmo a distância, continuou colaborando e estimulando professores e estudantes de vários cursos para a continuidade de projetos, não só no município de Nova Xavantina, mas na região do Vale do Araguaia. Seu desejo de contribuir concretizava-se no incentivo à participação dentro do Projeto *Campus*, que representava um espaço de construção e reconstrução de saberes, no qual cada um podia descobrir e realizar sonhos, construir... O *Campus Avançado* era um espaço de possibilidades.

Atraída pela sua proposta e, mais ainda, pela perspectiva de um trabalho fundamentado na integração dos saberes acadêmicos e os saberes do povo,

comecei, ali, minha trajetória, quando ainda era estudante do curso de Pedagogia da Universidade de Brasília, na década de 1980. Parecia mais uma aventura pelos desafios enfrentados, considerando-se a precariedade das estradas, transporte e hospedagem. As viagens duravam de 18 a 30 horas, para percorrer uma distância de 770 km. Só havia duas estações: a da chuva e a da seca. No tempo da chuva, muita lama, atoleiros; no tempo da seca, a poeira, os areões, muitas vezes também causadores de atoleiros.

Saíamos de Brasília, um grupo de estudantes de diversos cursos da UnB, para o sonho/missão de viver outra realidade, conviver com outros modos de vida. Alguns conheciam aquela realidade pela sua origem, pela sua raiz, ou por meio de viagens. Outros talvez conhecessem por meio da literatura, da sociologia. Lá íamos nós, com data para sair de Brasília, mas nem sempre com data para retornar, pois dependia das condições das estradas, dos ônibus, das estações climáticas.

Instalado ainda em Aragarças, Goiás, o *Campus Avançado* havia realizado um diagnóstico em Campinópolis, em fevereiro de 1982, a partir de demandas daquela comunidade. Ao se instalar em Nova Xavantina, em junho desse mesmo ano, o trabalho teve continuidade, envolvendo todo o município. O ponto de partida desse trabalho foi a Comunidade Dharmakaya e a Escola Estadual Couto Magalhães de Campinópolis.

As equipes eram compostas por estudantes de diversos cursos, como administração, agronomia, antropologia, artes, arquitetura, biologia, economia, educação física, engenharia florestal, letras, matemática, medicina, pedagogia, serviço social, sociologia e outros. Neste trabalho, o enfoque será dado, especificamente, na equipe da educação, que passou a ser denominado **Grupo da Educação**, in-

tegrado por estudantes dos cursos de agronomia, artes, educação física, matemática e pedagogia em uma perspectiva interdisciplinar. Esse grupo passou a desenvolver um curso de capacitação para professores da zona rural de Campinópolis, distrito de Nova Xavantina, a 90 km da sede do município, cuja principal via de acesso era uma estrada de terra, com maior parte do trajeto de areia. A viagem durava, em média, de 3 a 4 horas, devido às condições precárias das estradas.

Esse curso, como outras atividades do *Campus*, articulava-se ao “Projeto de Desenvolvimento Integrado Urbano-rural: ensaio de uma metodologia”, coordenado pela professora Suely González, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, e envolvia prefeitura, comunidade e escolas.

### **O Campus Avançado e a construção do caminho**

Na proposta do Projeto Rondon, o *Campus Avançado* era entendido como uma atividade de extensão, com grande potencial para dar uma nova dimensão ao ensino e à pesquisa. Nesse sentido, recomendava que as atividades fizessem parte da programação curricular dos cursos, principalmente no tocante à carga horária dos docentes.

“E dar-lhes “foros de cidadania”, na estrutura programática da universidade, significará cercá-las de pelo menos tanto esforço de planejamento, acompanhamento e avaliação quanto se consagra ao ensino tradicional em sala de aula e laboratório, uma vez que as atividades de extensão levam ao “laboratório” mais real da vida” (BRASIL, 1980, p. 22).

Os programas e projetos se definiam a partir de demandas da comunidade, com foco na educação, resultando daí a elaboração de um projeto que

“(…) melhorasse a qualificação dos professores do município e também qualificasse pessoas para o trabalho comunitário e atividades diversas, formando agentes multiplicadores. Era um momento de surgimento de diferentes atores sociais, por meio de metodologias participativas, dando ênfase aos processos locais de participação popular” (BRASÍLIA, 1982, p. 5).

Em Nova Xavantina, a educação foi apontada pela comunidade como uma das áreas de maior necessidade, dando-se continuidade ao diagnóstico participativo, desta vez sendo ampliado para a zona rural de Campinópolis, com visitas a treze escolas de extensão rural da região, para conhecer de perto a realidade dos professores que, em sua maioria, só tinha cursado o ensino fundamental, à exceção de três que tinham concluído o ensino médio. Esse diagnóstico gerou os projetos e a programação a ser desenvolvida pelo *Campus*, que implementou uma metodologia própria, envolvendo estudantes, escolas e comunidade, e, assim, possibilitou avivar potenciais, ampliar espaços, criar o novo.

O Grupo da Educação realizou a primeira programação com quarenta professores da zona rural de Campinópolis, em 1982, após as referidas visitas. A partir daí, o Grupo passou à definição do problema, conforme trechos do documento produzido à época.

No presente projeto, o grupo da área de educação está constituído por uma equipe de professores e alunos do Curso de Educação Física e do Curso de Pedagogia. Sendo a educação uma área interdisciplinar, o grupo carece da participação das demais licenciaturas da Universidade de Brasília, tais como: Educação Artística, Geografia, História, Língua Portuguesa, Matemática [...] As informações que fundamentam este trabalho foram obtidas a partir de contatos realizados pelo grupo, com a Escola de 1º Grau Couto Maga-

Ihães, de Campinópolis e em treze Extensões Rurais do referido Distrito (BRASÍLIA, s/d, p. 1).

Desenhavam-se, como questões principais a serem consideradas na ação do *Campus*, as áreas de educação, saúde, saneamento básico, habitação, delimitação e propriedade da terra, garimpo, técnicas de produção agrícola e de comercialização, entre outros. Comunidade e poder público viam, na Universidade, uma possibilidade de resolução de muitos de seus problemas e, assim, buscavam o diálogo, a parceria, o apoio.

Diante de tantas demandas, foi feito um recorte para a área da educação. No entanto, conscientes de que, a esse setor, não competia a exclusividade na resolução dos problemas demandados, propunha-se trabalhar de modo integrado com o poder público e os diversos setores da comunidade.

Apesar das limitações das instituições, como dificuldade dos professores e estudantes em se ausentarem das suas atividades na Universidade, entraves burocráticos, falta de recursos financeiros para manter as atividades em andamento no *Campus Avançado*, bem como de uma estrutura adequada para os participantes em Campinópolis, muitos não desistiam, chegando ao ponto de realizarem viagens por conta própria a fim de dar continuidade aos compromissos assumidos. Os professores e os estudantes foram a força motriz geradora de grandes realizações no *Campus*, sem falar do apoio da comunidade, sempre receptiva, participativa, somando a essa força seus saberes, sua solidariedade, seu apoio incondicional.

Imersos em tantas questões, o Grupo buscava enfatizar a educação como o eixo transformador da realidade, com ênfase na formação dos educadores, construindo parcerias com a rede de ensino local, com os diversos movimentos e grupos para a concretização da proposta.

As reivindicações dos professores e da comunidade eram ouvidas, registradas atentamente e alimentavam o debate na Universidade, retornando nas viagens seguintes em forma de propostas. Isso não bastava. As escolas queriam mais. As discussões se aprofundavam e os professores reivindicavam um curso de formação que lhes desse não só o diploma, mas a devida e necessária qualificação para um ensino adequado aos seus contextos. Aquela escola rural isolada já não mais atendia às necessidades nem às expectativas da população.

Associadas a essas questões, os relatos apontavam a inexistência de salas de aula, que se limitavam a ranchos precários de palha, construídos pelos pais dos estudantes, quando não funcionavam na casa da própria professora. O quadro que se apresentava demonstrava um total abandono da educação, que envolvia questões desde a formação dos professores até o recurso mais elementar, como a falta de giz. O compromisso daqueles professores, seu pensamento crítico e o entendimento que apresentavam sobre educação e seu papel transformador encorajavam o Grupo a estudar, buscar subsídios para atender ao que solicitavam. Suas reivindicações extrapolavam a falta ou escassez de recursos materiais e didáticos e, associado ao problema da sua formação, apontavam a ausência de formulação explícita de uma filosofia de educação; “currículos inadequados, com os conteúdos alheios à cultura local e regional, desconhecimento da criança e seu desenvolvimento — as atividades curriculares limitam-se, exclusivamente, à transmissão de informações” (BRASÍLIA, s/d, p. 2).

Diante da problemática apresentada, o Grupo da Educação optou por uma abordagem teórica adequada ao contexto socioeconômico e cultural da região, para contemplar as demandas dos professores, conforme consta do relatório:

“[...] promover uma educação visando o desenvolvimento integral (cognitivo, sócio afe-



tivo e psicomotor) do educando, a partir de suas características individuais e socioculturais, tendo em vista a formação de seres críticos e criativos capazes de interpretar e transformar a sua realidade” (BRASÍLIA, s/d, p. 1). (Parêntese do autor).

Uma vez feito esse mapeamento e identificados os principais pontos a serem trabalhados, o Grupo da Educação passou a realizar um programa constituído de encontros pedagógicos, inicialmente em Campinópolis, local de maior demanda por formação. À medida que avançavam na construção de metodologias e recursos didáticos e pedagógicos que contemplassem uma educação minimamente almejada, os professores avançavam, também, na busca de um curso de formação para o magistério.

Para atender às reivindicações dos educadores de Nova Xavantina e Campinópolis, o Projeto Logos II chegou ao Município, em 1984, fruto do trabalho e da articulação dos envolvidos nesse processo e da própria comunidade. O Logos II era um programa do Ministério da Educação, em nível de magistério, destinado a habilitar professores não titulados (professores leigos), atuantes no ensino fundamental (de 1ª a 4ª séries), na zona rural. Um critério básico para participar do curso era estar em atividade docente, pois o projeto destinava-se àqueles que exerciam docência sem a devida habilitação ou qualificação; outro critério era que a sala de aula fosse o campo de experimentação, onde o professor pudesse testar o que aprendia no curso.

O Logos II, além de preparar professores para o exercício do magistério, tinha o propósito de vinculá-los a uma carreira docente mais bem remunerada e que, uma vez formados, fossem reconhecidos como tal e passassem a integrar o quadro efetivo do município, por meio de concurso público. Desse modo, o Projeto contribuiria para que os municípios

implementassem o plano de carreira do magistério, garantindo melhores condições de trabalho para os professores.

Implantar um Núcleo do Logos II em Nova Xavantina foi uma conquista para a área de Educação e para o Município, fruto da mobilização dos professores e de uma articulação MEC/Secretaria de Estado da Educação do Mato Grosso e UnB/via *Campus Avançado*, com apoio da prefeitura e da comunidade.

Nesse momento, confirma-se meu compromisso com a educação em Nova Xavantina, em uma dimensão que vai além do sonho, desejo de contribuir, de estar presente, de ser parte daquela realidade. Estar junto, pensar e realizar de modo integrado passou a ser o meu projeto de vida, pois me sentia parte daquele corpo, daquele tecido social, e passei a viver, junto com muitos, o sonho de uma educação libertadora. Deixei minhas atividades em Brasília, cidade onde me criei, abdiquei de um emprego público e passei a morar em Nova Xavantina, como egressa do curso de Pedagogia. Interiorizada como profissional que experimentou a extensão, o *Campus Avançado/UnB/Projeto Rondon*, passei a viver uma nova etapa na trajetória profissional e pessoal. Apoiada por colegas e professores que fizeram parte do projeto do *Campus Avançado*, direta ou indiretamente, sentia-me representando-os, incorporando seus ideais a um projeto que se expandia cada vez mais.

Posteriormente, fui efetivada como professora do Estado e, residente em Nova Xavantina, dei sequência ao trabalho que o Grupo vinha desenvolvendo. Com a implantação do Logos II, assumi a coordenação do Núcleo Pedagógico desse Projeto, o que se configurou um passo a mais para representar o sonho que vinha sendo construindo e uma nova era se inaugurava na Educação no Município. Começava uma jornada para se tecerem os fios de uma rede que se passou a construir, em especial nos municí-

pios mais próximos, envolvendo educadores, poder público, organizações, principalmente associações e comunidades.

Influenciada pela pedagogia progressista, que emergia como um novo ideal de educação, e as ideias de Paulo Freire, defendia um currículo, uma prática pedagógica e uma didática a partir dos pressupostos da apropriação do saber pelo educando, entendendo-o como um ser concreto com vida social, cultural, econômica, afetiva, inserido em uma realidade concreta. Dessa forma, o cursista do Logos II, mais do que qualquer outro, deveria ser tratado como esse educando concreto, um ser no mundo. Freire (2005, p. 100), ao apresentar a ideia das relações homem-mundo diz que “será a partir da situação atual, existencial, concreta, refletindo o conjunto das aspirações do povo, que poderemos organizar o conteúdo programático da educação ou da ação política”.

Esse pensamento norteou o trabalho na formação dos professores cursistas, com princípios que pautassem de sua prática e para ela retornasse; que a escola em que atuasse e a sua sala de aula fossem um laboratório vivo de produção de saber, de cultura e de conhecimento.

Nosso entendimento era de que os espaços de formação deveriam ser espaços de proposição e ação política, capazes de subsidiar a educação nos municípios de onde vinham os professores cursistas. Como portadores de um saber prático, os professores passavam a refletir sobre a sua experiência, realizando as sínteses do conhecimento nos encontros pedagógicos e outros espaços educativos.

A troca de ideias, de experiências sobre o que deu certo; o receio de adotar certas práticas, por não estarem muito seguros; o medo de enveredar por caminhos nunca dantes trilhados constituíam espa-

ços de aprendizagem e de ensino e revigoravam as práticas do cotidiano de cada participante. O processo era constituído de avanços e recuos, tendo em vista as adversidades próprias do contexto vivido.

O que se buscava era uma pedagogia da práxis, libertadora, para construção de novos métodos, novas formas pedagógicas em que o ponto de partida e de chegada seria a realidade social mais ampla e os diversos contextos: econômico, cultural, social. As questões ambientais permeavam todo o trabalho, tendo a arte em suas diversas formas de expressão, como um dos componentes. Os professores eram estimulados a construir uma prática pedagógica com base em referenciais de uma pedagogia crítica, em diferentes espaços escolares e não escolares.

O Projeto Logos II teve influência na prática pedagógica nas escolas. A do Núcleo Pedagógico consistia, fundamentalmente, em trabalhar com os professores da área rural e urbana, fossem da rede municipal ou estadual, embora o Projeto fosse destinado aos professores da rede municipal. O que se propunha era um trabalho integrado: urbano e rural, municipal e estadual, respeitando-se as especificidades de cada contexto.

O Logos II deu sequência ao que o Campus Avançado deu início, proporcionando um processo de diálogo e discussão crítica com os diversos atores sociais: educadores, arte educadores, artesãos, agentes culturais, para assim redimensionar e identificar papéis na comunidade e fortalecer as atividades pedagógicas e didáticas nas escolas. Isso envolvia diretamente a discussão de projeto político-pedagógico e de currículo. Daí as discussões acerca da escola como uma construção coletiva, envolvendo todos os atores do processo educativo. Essa forma de organizar o trabalho escolar

funcionava mais nas escolas rurais, pelas suas próprias características.

E assim começamos a tecer os fios de uma história que se prolongou por vários anos... e se prolonga

Havia um entendimento dos participantes do Projeto *Campus* Avançado de que a Universidade poderia desenvolver ações que contribuíssem para o desenvolvimento das comunidades, desde que, junto com elas, ampliasse seus espaços de atuação. Ou seja, que as ações ocorressem de modo a ampliar e despertar a consciência, por meio da leitura da realidade.

O “Projeto Desenvolvimento Urbano Rural Integrado: ensaio de uma metodologia” tinha este objetivo: contribuir com o poder público para o desenvolvimento da comunidade, sem assumir o seu papel. Ao mesmo tempo que contribuía, oportunizava aos estudantes o exercício da prática de sua profissão. Mesmo em épocas de autoritarismo, havia professores na Universidade que instigavam seus estudantes, inquietavam seu pensamento e os estimulavam a ultrapassar as fronteiras da racionalidade técnica, em busca de outros modos de produção do conhecimento.

### **Considerações: O que ficou de toda essa experiência?**

O primeiro ponto a ser considerado refere-se às práticas pedagógicas, a construção de experiências significativas provocadoras de mudanças no contexto social, com reflexos na dinâmica escolar, nas metodologias em sala de aula, produção de material didático.

Um segundo ponto é que os professores egressos do Logos II passaram a fazer parte dos quadros efetivos da rede municipal e estadual, por meio de concurso público e carreira do magistério. Cargos na gestão pública foram ocupados por alguns desses profes-

sores, nas direções e coordenações pedagógicas de escolas, secretarias municipais de educação e diretorias regionais de ensino.

Ainda se pode destacar um terceiro aspecto relativo à integração universidade e comunidade, proporcionada pelo Projeto Rondon, que constituía um de seus propósitos, por meio dos *campi* avançados. Esse Projeto possibilitou a interiorização de outros estudantes da UnB. Alguns permaneceram por poucos anos, outros ficaram por mais tempo, chegando a constituir família e consolidar sua carreira profissional na região. Essa interiorização pode ser interpretada como uma oportunidade oferecida pelo Projeto Rondon, via Extensão, *Campus* Avançado, com uma proposta que integrasse universidade e comunidade. As experiências vividas no *Campus* envolveram os estudantes de tal forma que, comprometidos com aquela população, deram continuidade ao seu trabalho, passando a fazer parte dos moradores de Nova Xavantina, Campinópolis e região.

Em 1986, o *Campus* foi fechado. Ficou a pergunta que não quis e não quer calar: por que o *Campus* fechou? É certo que ele foi secando, secando, secando, morreu de inanição. Teria cumprido sua função? Uma função que não era revelada?

Plantado ali naquele chão, nadando nas correntezas do rio que corta Nova Xavantina, embalado pelo som dos riachos e cachoeiras que se espalham pelo interior do município, por Campinópolis, ficou a certeza de um trabalho realizado com compromisso; ficaram os sonhos e tantas outras coisas que um dia serão conhecidas... A travessia foi feita, nessa terra, nessas águas, ao som dos pássaros, nos atoleiros, com destemor, de peito aberto ao novo, ao inusitado, na busca de Ser Mais. “Quem elege a busca não pode recusar a travessia” (João Guimarães Rosa).

As ações da interiorização foram se ampliando e o compromisso estendeu-se à região de São Félix do

Araguaia, contribuindo com a educação naquela região e, em especial, com a formação de educadores, integrando-me ao trabalho da equipe da Prelazia de São Félix do Araguaia. Sobre o solo fecundo do Araguaia e navegando em suas águas, mais uma vez a oportunidade de participar da construção de uma educação libertadora, de um projeto de emancipação humana, bebendo em fontes cristalinas, como na humildade e sabedoria de Pedro Casaldáliga, dos agricultores, posseiros, indígenas e tantos outros que ensinaram lições de sabedoria. Hoje, atuando na Universidade de Brasília, levo esse compromisso e compartilho com comunidades quilombolas, tradicionais, assentadas, acampadas, de modo que possa fazer a travessia em outras águas.

## Referências

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Uma visão do campus avançado pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras e Fundação Projeto Rondon**. Brasília, MEC/DDD, 1980. 79 p.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Ensino Supletivo –DSU/MEC. **Projeto Logos II**. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1975.

BRASÍLIA. UnB. **Projeto urbano—rural integrado**: ensaio de uma metodologia. Seminário. Grupo da Educação. Relatório. Universidade de Brasília: GTU. Brasília s/d.

BRASÍLIA.UnB. **Projeto campus avançado**. Brasília: Nova Xavantina: Universidade de Brasília: *Campus Avançado do Médio Araguaia*, 1982.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

## RELATOS

### **O desejo de abraçar o Brasil**

Maria Luiza P. G. Fragoso

### **Fazendo memória**

Leda Del Caro Paiva

### **No interior do Projeto Rondon: como são planejadas as operações**

Alexandre Scholtz e José Antônio Gomes da Silva

### **Cobertura Jornalística das operações do Projeto Rondon: uma tentativa de humanizar as pautas através do aluno da graduação**

Everton Lagares

### **Extensão Universitária no Vale do Araguaia: contextualizando a experiência do campus avançado da UnB entre 1976 e 1978**

José Silva Quintas

### **Extensão Universitária no Vale do Médio Araguaia: a prática no Campus Avançado da UnB onde realidades se cruzam – anos 1976/1978**

José Silva Quintas

### **Colhendo sonhos e realidades: pesquisas de opinião como ferramenta de estudo do universitário acerca das comunidades que recebem o Projeto Rondon**

Matheus Lazarini de Almeida

### **Campus Avançado do Médio Araguaia: um olhar sobre a experiência na formação de educadores em uma perspectiva libertadora**

Maria Osanette de Medeiros

[www.congressorondon2017.unb.br](http://www.congressorondon2017.unb.br)